



**Marco Antonio Lima do Bonfim  
Francisco Jeimes de Oliveira Paiva  
(organizadores)**

**I CURSO DE FORMAÇÃO EM RELAÇÕES  
ÉTNICO-RACIAIS E COMBATE AO RACISMO  
DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO DO CEARÁ  
(TURMA PRETA SIMOA): SABERES CONSTRUÍDOS  
NA LUTA ANTIRRACISTA CEARENSE**

**I CURSO DE FORMAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E  
COMBATE AO RACISMO DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO  
DO CEARÁ (TURMA PRETA SIMOA): SABERES CONSTRUÍDOS  
NA LUTA ANTIRRACISTA CEARENSE**

## HINO DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

**Nethio Benguela**

*A certeza de ser  
Movimento Negro Unificado  
A malícia de ter  
No pensamento  
Toda luta do passado*

*Na praça, palanque  
Ecoa pelos ares  
O grito da negrada  
Zumbi não morreu  
Ora viva Palmares!  
Nossa luta unificada*

*Ah! Que sabor deve ter  
Um pedaço, um espaço  
De poder*

*E se poder é bom  
Negro também quer o poder  
Cantando em alto tom  
Negro também quer o poder.*



## Da conjuração dos versos — *nossos poemas conjuram e gritam*

*O silêncio mordido  
rebela e revela  
nossos ais  
e são tantos os gritos  
que a alva cidade,  
de seu imerecido sono,  
desperta em pesadelos.*

*E pedimos  
que as balas perdidas  
percam o nosso rumo  
e não façam do corpo nosso,  
os nossos filhos, o alvo.*

*O silêncio mordido,  
antes o pão triturado  
de nossos desejos,  
avoluma, avoluma  
e a massa ganha por inteiro  
o espaço antes comedido  
pela ordem.*

*E não há mais  
quem morda a nossa língua  
o nosso verbo solto  
conjugou antes  
o tempo de todas as dores.*

*E o silêncio escapou  
ferindo a ordenança  
e hoje o anverso  
da mudez é a nudez  
do nosso gritante verso  
que se quer livre.*

(Conceição Evaristo. In: **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008 – Coleção Vozes da Diáspora Negra).

**Marco Antonio Lima do Bonfim  
Francisco Jeimes de Oliveira Paiva  
(orgs.)**

**I CURSO DE FORMAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E  
COMBATE AO RACISMO DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO  
DO CEARÁ (TURMA PRETA SIMOA): SABERES CONSTRUÍDOS  
NA LUTA ANTIRRACISTA CEARENSE**

### **Copyright © do autor**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

---

**Marco Antonio Lima do Bonfim; Francisco Jeimes de Oliveira Paiva (organizadores).**

**I Curso de Formação em Relações Étnico-Raciais e Combate ao Racismo do Movimento Negro Unificado do Ceará (turma Preta Simoa): Saberes construídos na luta antirracista cearense.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 202p.

ISBN: 978-65-86101-26-3

1. Saberes. 2. Relações Étnico-Raciais. 3. Racismo. 4. Movimento Negro Unificado. 6. Autores. I. Título.

CDD – 7993

---

**Capa:** Andersen Bianchi

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

### **Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi Maia (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Melo (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil)



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 - São Carlos – SP

2020

## Os Organizadores



**Marco Antonio Lima do Bonfim** é Pós-doutorando em Educação e Ensino no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino na Universidade Estadual do Ceará (PNPD/CAPES/MAIE/UECE). Doutor (2016) e mestre (2011) em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE (PosLA/UECE). Graduado em Letras Português-Literatura (2008) pela mesma instituição. Professor do Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) da UECE, *campus* Quixadá orientando investigações na linha de pesquisa *Gênero, Raça e Identidades*. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa Discurso, Identidades, Raça e Gênero (GEDIRG) no MIHL-UECE. Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) no Instituto Federal de Educação do Ceará, *campus* Caucaia. É membro da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN. Membro e co-fundador da Associação Brasileira de Pragmática (ABRAP).

Coordenador municipal de Formação Política e Consciência Negra no Movimento Negro Unificado do Ceará (MNU-CE). Membro-Pesquisador dos Grupos de Pesquisa Pragmática Cultural, Linguagem e Interdisciplinaridade vinculado ao PosLA/UECE; coordenado pela profa. Dra. Claudiana Alencar; Linguagem e Identidade: abordagens pragmáticas vinculado ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), coordenado pelo prof. Dr. Kana-vilill Rajagopalan. Tem experiência em Estudos Críticos da Linguagem, especificamente em Linguística Aplicada, Pragmática, Análise de Discurso Crítica e Antropologia da Linguagem. Atua principalmente nos seguintes temas: performances corpóreo-discursivas de raça, gênero e classe na sua relação com racismo, branquitude, colonialidade/decolonialidade; ato de fala, corpo e identidades; Análise de Discurso Crítica; etnografia da linguagem e movimentos sociais. ORCID iD <http://orcid.org/0000-0001-6491-3667>



**Francisco Jeimes de Oliveira Paiva** é Mestre pelo Programa de Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC/UECE), *campus* da Universidade Estadual do Ceará (2017-2019). Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Literaturas e Administração de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas. Especialista em Gestão Escolar Integrada e Práticas Pedagógicas pela Universidade Cândido Mendes/UCAM (2017). Graduado em Letras (Língua Portuguesa e Literaturas) pela Universidade Estadual do Ceará (2011). Atualmente é Professor Efetivo de Língua Portuguesa/Literaturas da Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará. Revisor *Ad hoc* de alguns periódicos da área de Letras, Educação e Linguística. É membro do Conselho Consultivo da Revista *Form@re/Parfor/UFPI*. Fundador e coordenador do Laboratório de Práticas de Letramentos, Modalidade e Produção de Materiais Didáticos Digitais (LA-

BLENDI, 2016). ORCID iD <http://orcid.org/0000-0003-0073-5632>

## **Sumário**

**Dedicatória 10**

**Prefácio 11**

**Apresentação 14**

**O racismo e seus desafios em dois estados brasileiros: vivências  
de uma mulher negra e militante 19**

Ana Cristina Rodrigues da Silva

**Ser negro no Ceará: dor, racismo e reexistência! 23**

Marco Antonio Lima do Bonfim

**A Pretagogia no cotidiano escolar: contribuições para imple-  
mentação da Lei Nº 10.639/03 35**

Regis Alves Pires

**Crônicas afetivas de uma jovem quilombola 40**

Luiza Maria Leite da Costa

**O racismo que conheci 43**

Luiz de Souza Filho

**Reflexões de um negro cearense inquieto com o combate ao  
racismo no Ceará 47**

Hilário Ferreira

**Movimento Negro, Quilombos e Democracia: trajetórias de  
lutas 88**

Vera Rodrigues



**Memórias organizativas do movimento negro cearense: olhares  
de mulheres negras militantes 122**

Joelma Gentil

**Racismo estrutural e as políticas de promoção da igualdade  
racial no Brasil 139**

Zelma Madeira

**Por uma educação antirracista: algumas reflexões sobre o  
currículo escolar e o ensino de história e cultura africana e af-  
ro-brasileira na escola cearense 174**

Maria Edleuza da Silva

José Ernandi Mendes

**A representação de corpos de mulheres negras no cinema: re-  
produção de estereótipos racistas ou empoderamento  
feminino? 190**

Vanessa Rodrigues da Silva

# Dedicatória

Dedicamos este livro aos nossos ancestrais africanos e africanas que, com seu sangue, vida e axé edificaram e sempre reacendem a luta contra o racismo antinegro.

À Lélia Gonzalez e à Abdias do Nascimento, fundadora e fundador do Movimento Negro Unificado, símbolo da persistência e resistência quilombista entre nós.

# Prefácio

**O I Curso de Formação em Relações Étnico-Raciais e Combate ao Racismo no Brasil**, planejado e executado pelo MNU-CE em parceria com o Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará, é aqui apresentado ao leitor na forma de um instrumento cuidadosamente organizado para a fixação dessa experiência como memória das nossas lutas antirracistas.

Composta de textos reflexivos das/os facilitadoras/es e das/os cursistas, essa publicação, sob a responsabilidade da companheira Ana Cristina Rodrigues da Silva – Coordenadora do GT Formação MNU-CE e do companheiro Marco Antonio Lima do Bonfim – Coordenador Municipal de Formação MNU – Fortaleza, é mais que o registro de muitas horas de trabalho. É parte dos nossos sonhos, como aquele que inspirou Martin Luther King, de vivermos em um país livre do ódio racial e de qualquer ódio.

É neste sentido que o presente livro avoca um caráter simbólico dado o momento crítico de exacerbação da “política como arma de guerra” – parafraseando a expressão empregada pelo filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe. Desde o golpe de Estado que derrubou a presidente Dilma Rousseff e a posterior tomada do poder pela extrema direita, nas últimas eleições, vivemos no Brasil tempos sombrios.

Acompanhando Mbembe, o MNU considera que o atual governo brasileiro recorreu, de forma explícita, à mesma lógica da *necropolítica* adotada para a colonização, diáspora e escravização negra. A política de morte exercida pelo Estado colonial, representada, na ponta da ação coercitiva, pelo capitão do mato, é a mesma readaptada para a elaboração do infame “pacote anticrime”, em tramitação no Congresso Nacional. O excludente de licitude ali defendido pelo atual ministro da Justiça é o imo da política de repressão praticada atualmente no estado do Rio de Janeiro,

que tem como expressão máxima de poder a capacidade de decisão sobre quais vidas merecem ser vividas e quais corpos devem ser eliminados.

A violência da colonialidade europeia a partir do século XVI na África, com a ocupação de territórios, determinou a prática da matança de pretas e pretos nos seus lares. Os níveis da matança foram correspondentes à manutenção das exigências para o equilíbrio do mercado dentro e fora do Continente. A matança, que, portanto, ora figurava mais ou menos desenfreada conforme o planejamento para a maximização dos lucros obtidos com o comércio da nossa gente, no período escravista, tem continuidade na afrodiáspora brasileira, sem freios nenhuns nesse longo período pós-escravista que ainda não se concluiu.

A dominação branca tem, hoje, como parâmetro de recálculo no sistema capitalista reorientado pelas novas tecnologias e nova cadeia produtiva a exclusão das famílias de trabalhadores com baixa qualificação para o mercado cada vez mais sofisticado. Exclusão pelo abandono e pela fome, como sempre se fez, ou simplesmente abatendo, ainda na infância e na juventude, aqueles que se entende representar a maior ameaça para o mercado futuro, as pretas e os pretos nas periferias.

Realizar um curso de formação política dedicado sobretudo a docentes que compõem a maior rede pública de educação em uma grande capital brasileira, ao tempo em que gratifica aos seus organizadores também exige esforços que estão para além dos meses de sua realização. O método escolhido para o curso espera ampliar a formação política da militância do MNU no estado do Ceará, tendo em vista ações preventivas ao ambiente ameaçador à vida, que se configuram desde a identificação de traços neonazifascistas no âmbito das instituições nacionais, incluindo a escola, até a reação organizada, coletiva.

Contribuir para a luta antirracista no Ceará, problematizando estereótipos e mitos atribuídos aos corpos de pretas e pretos residentes neste estado; fortalecer as parcerias entre o MNU e as

universidades públicas e/ou privadas atuantes em Fortaleza e região metropolitana; contribuir para a efetivação da lei 10.639/03 no Ceará; estimular a cada professora/or, a cada família que espera de nós a realização intelectual da sua criança ou jovem, à compreensão e à negação dos papéis sociais que nos foram destinados pelos colonizadores. É nossa tarefa de educadoras/as construir novos papéis sociais que nos permitam dar continuidade às lutas que buscam transformar a estrutura de poder político e simbólico deste país. Esses são os compromissos inarredáveis com os quais abrimos as páginas deste livro para quem se vê na proa da nau das/os educadoras/es, formais e informais, do Ceará.

## **IÊDA LEAL**

Coordenadora Nacional do MNU

Secretária de Combate ao Racismo da CNTE

Tesoureira do SINTEGO

Vice-Presidenta da CUT-Goiás

Conselheira do Conselho Estadual de Educação - CEE/GO

Coordenadora do Centro de Referência Negra Lélia Gonzales

Com os contatos: (062) 3291-8383 (062) 9 9972-4367

# Apresentação

Esta publicação (em formato *e-book*) constitui-se enquanto memória da *existência* e *reexistência* dos saberes antirracistas produzidos pelo Movimento Negro Unificado do Ceará (MNU-CE) por meio do I CURSO DE FORMAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E COMBATE AO RACISMO NO BRASIL planejado, organizado e executado pelo GT Consciência Negra e Formação Política, sob a coordenação de Ana Cristina Rodrigues da Silva. O Curso foi uma realização do MNU-Ceará em parceria com a Universidade Estadual do Ceará por meio do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE), que financiou esta publicação e do Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras da (MIHL/ UECE), especificamente por meio do Grupo de Estudos Discurso, Identidades, Raça e Gênero – GE-DIRG, coordenado pelo professor doutor e militante do MNU, Marco Antonio Lima do Bonfim. Esta formação teve como objetivo central fornecer um embasamento teórico-prático para militantes e simpatizantes do movimento negro cearense, sob um olhar preto, acerca da formação étnico-racial do Brasil e do Ceará bem como no que se refere à compreensão e combate do racismo.

É importante escurecer (utilizamos o termo *escurecimento* para não usar *esclarecimento*, dando a entender que tudo deve estar claro, isto é, branco. Trata-se de uma posição política enegrecida ou porque não dizer, antirracista) que o curso ocorreu no ano de 2019 durante seis (6) meses, aos sábados mensalmente na sede do Sindicato dos Servidores da Educação e Cultura do Estado e Municípios do Ceará (APEOC) e, em um segundo momento, no Centro de Humanidades da UECE, *campus* Fátima, ambos localizados em Fortaleza - CE.

As discussões aconteceram em formato de Rodas de Conversas – no período da tarde - em que tínhamos uma/um debatedo-

ra/or e textos (artigos científicos ou capítulos de livro) indicados e/ou elaborados pelos/as debatedoras/es e enviados previamente pela comissão organizadora por *e-mail* aos/as cursistas. Tivemos cerca de 60 inscritos entre militantes do MNU, professoras/es da rede pública de Fortaleza, estudantes de graduação da Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNI-LAB), da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da UECE, entre outros simpatizantes.

Em segundo lugar, *escurecemos* que antes da roda de conversa propriamente dita sempre tínhamos as *místicas do Movimento Negro* que duravam em torno de vinte minutos. As místicas eram momentos político-culturais-afetivos de reencontro com a nossa (de negras e negros) ancestralidade africana por meio de cantos, tambores, roda de capoeira, declamação de poemas e músicas de escritoras/es negras/os e homenagens a intelectuais negras/os que vieram antes de nós, como Preta Simoa, Lélia Gonzales, Angela Davis, Nilma Lino Gomes, Bell Hooks, Abdias do Nascimento, Kabenguele Munanga, Steve Biko, entre outras/os.

Um terceiro *escurecimento* faz referência ao nome Preta Simoa. Decidimos nomear esta turma do curso como TURMA PRETA SIMOA, em homenagem a Maria Simôa da Conceição conhecida como Preta Simoa; mulher preta cearense que teve um papel fundamental na luta contra a escravatura no Ceará, principalmente na Greve dos Jangadeiros, ocorrida em 1881. De acordo com a pesquisa de mestrado do museólogo Saulo Rocha intitulada “Esboços de uma biografia de musealização: o caso da Jangada Libertadora” (2008), Preta Simoa auxiliou seu marido negro, José Luís Napoleão que junto a outro negro, Francisco José do Nascimento, conhecido como “Dragão do Mar” fecharam o porto de Fortaleza como atividade da Greve dos Jangadeiros que impediu a continuidade do tráfico negreiro interprovincial.

Retomando a explicação acerca do desenvolvimento do curso, é importante dizer que os temas de cada roda de conversa foram colhidos na primeira roda de conversa em um momento de

escuta. Em quarto e último lugar, *escurecemos* que as/os debatedoras/es foram todas/os militantes e/ou intelectuais negras/os, professoras/es doutoras/es ou mestras/es.

Queremos aqui deixar os nossos agradecimentos a cada uma e cada um das e dos debatedoras/es: professora doutora Vera Rodrigues (Curso de Antropologia da UNILAB) Roda “Movimento Negro no Brasil: trajetórias”, professora doutora Sandra Petit (Faculdade de Educação – UFC) Roda “A Lei 10.639/2003 e a construção de identidades negras no Brasil: desafios na sua implementação”, professor mestre e escritor Hilário Ferreira (UNIATE-NEU) Roda “História do/a negro/a no Ceará, professora doutora Zelma Madeira (NUAFRO/UECE/CEPPPIR) “Racismo estrutural e as políticas de promoção da igualdade racial no Brasil”, professora mestra Joelma Gentil (SEDUC-CE/ MNU) “História do Movimento Negro Unificado no Ceará e a luta das mulheres negras: problemas e perspectivas”, professor doutor Lourenço Cardoso (UNILAB) e Jamieson Simões (pesquisador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Conflitualidades e Violência – COVIO/ UECE) Roda “Segurança da População Negra no Ceará, Braquitude e a Necropolítica de Estado”.

O curso foi finalizado em novembro de 2019 e aquelas/es que obtiveram 75% de frequência receberam um certificado de 40 horas/aula emitido pela Coordenação do Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará (MIHL/ UECE).

Diante desta profusão de ideias, reflexões e conhecimentos negros, resolvemos, como uma forma de registrar todo o conhecimento gerado entre nós, negras/os, publicar este livro com o título *I Curso de Formação em Relações Étnico-Raciais e Combate ao Racismo do Movimento Negro Unificado do Ceará (Turma Preta Simoa): saberes construídos na luta antirracista cearense*. Desse modo, a presente obra está organizada da seguinte maneira: Precede esta apresentação o prefácio escrito pela coordenadora nacional do MNU, Iêda Leal, e adiante seguem os textos que foram



agrupados em duas categorias: **ensaios autobiográficos** - textos que buscam fazer um relato da experiência, da trajetória das/os cursistas negras/os neste Curso – em um total de cinco textos, e **artigos científicos**, escritos pelas/os debatedoras/es e duas acadêmicas negras, em um total de seis textos, sendo os dois últimos uma contribuição da mestrandia em Educação Maria Edleuza da Silva, vinculada ao MAIE-UECE referente à defesa de uma educação antirracista nas escolas cearenses e o outro texto uma discussão acerca da representação do corpo feminino negro no cinema nacional, escrito por Vanessa Rodrigues da Silva, graduada em produção audiovisual pela PUC- Rio Grande do Sul e militante de movimento negro de mulheres.

Antes de encerrar esta apresentação, gostaríamos de agradecer às Coordenações Municipal, em nome da irmã Daniela Ferreira da Silva, e a Coordenação Estadual, em nome do irmão Francisco Antonio Ferreira Lopes, conhecido como Kim Lopes, do MNU. Agradecemos também a engenheira florestal negra e coordenadora nacional de formação do MNU, Angela Maria da Silva Gomes. Aos/as integrantes do nosso GT de Formação Política e Consciência Negra que se fizeram presentes em todo esse processo de planejamento e execução do curso ao longo de todos os seis (6) meses, bem como a todas, todes e todos que nos auxiliaram principalmente na parte dos recursos didáticos e de multimídia necessários. Agradecemos à direção do Sindicato APEOC, em nome do seu presidente, o professor Anízio Melo, por todo apoio em termos de infraestrutura inicial para o nosso curso. Ao Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará, na pessoa da professora Dra. Ana Maria Pereira Lima, coordenadora deste mestrado. Novamente, agradecemos as professoras doutoras e mestras debatedoras negras, aos professores debatedores mestres e doutores negros e aos irmãos militantes que também contribuíram nessa ponte de aprendizados sobre nós, povo preto.

Agradecemos ao professor mestre Francisco Jeimes de Oliveira Paiva pelo apoio logístico para que essa publicação viesse a

concretizar-se. Estendemos também nosso agradecimento a *Pedro e João Editores* por acreditarem e viabilizarem o nosso sonho de termos as memórias deste curso eternizadas na história.

Por fim, agradecemos a todas, todos e todes que frequentaram, ensinaram e aprenderam conosco nestes seis sábados de 2019 muito da história, memória, identidade, existência e reexistência de nossos ancestrais negros e negras na luta contra o racismo anti-negro em nosso país e em nosso estado.

Que a nossa ancestralidade conduza a leitora e o leitor no entendimento desta obra de preto para preto a fim de que possamos, juntas/juntes/juntos, fortalecer a luta antirracista no estado do Ceará!

**Um abraço preto e ancestral!**

**Coordenação do GT Consciência Negra e Formação  
Política do MNU-Ceará- Gestão 2019**

# 1

## **O racismo e seus desafios em dois estados brasileiros: vivências de uma mulher negra e militante**

SILVA, Ana Cristina Rodrigues da.  
Coordenadora do GT de Formação Política e Consciência Negra e integrante do GT de Mulheres do Movimento Negro Unificado – MNU CE  
E-mail: [anacristina.rs@gmail.com](mailto:anacristina.rs@gmail.com)

Sou uma mulher negra, gaúcha, nascida na cidade de Pelotas no estado do Rio Grande do Sul e desde muito cedo compreendi o que é ser negra e as consequências dessa negritude em minha vida, vivendo em um estado e num país completamente racistas. Minhas vivências pessoais e profissionais, enquanto mulher negra de pele preta, sempre deixaram em evidência o quanto eu precisaria me esforçar para conseguir alcançar meus objetivos.

Na intenção de tornar essa caminhada menos dolorosa, me vi em alguns momentos de minha vida, em total rejeição comigo mesma, tentando mudar meu cabelo com produtos para alisá-lo, e entrar em um padrão de beleza completamente distante do meu, chamo isso de ilusão da aceitação.

Meu reencontro pessoal, se deu através das leituras sobre raça, racismo, identidade negra e branquitude crítica, por meio da família, de pessoas e movimentos sociais que fui conhecendo ao longo de minha vida, por exemplo, o Movimento Negro Unificado do Ceará (MNU). No MNU fui participando e me organizando junto a essas pessoas, o que provocou mais ainda um sentimento de total aceitação, orgulho e conhecimento de quem eu sempre fui, uma mulher negra.

O Movimento Negro Unificado do Ceará, por intermédio do Grupo de Formação Política promoveu em 2019, o I Curso de Formação em Relações Étnico-Raciais do Movimento Negro Unificado do Ceará – Turma Preta Simoa, em parceria com o Mestrado Interdisciplinar em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará.

Nas seis rodas de conversas desenvolvidas durante seis meses foram abordados, pelas facilitadoras/es, diversos assuntos acerca da vida, luta e conhecimento de nosso povo preto que contribuíram e enriqueceram nossos conhecimentos. Lembro da discussão sobre o negro no Ceará, encontro conduzido pelo Professor Mestre em História Social Hilário Ferreira, onde nos foi explicado o apagamento do negro no Ceará, um estado que diz não ter negras/os e eu percebi uma semelhança com o Rio Grande do Sul, por ser este último um estado que salienta a colonização europeia, e não a luta e resistência de negras/os bem como a existência de

vários quilombos nesse estado da região Sul, como nos foi mostrado na roda de conversa com a Professora Doutora Vera Rodrigues da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

Eu mesma ao chegar ao Ceará, por várias e inúmeras vezes fui abordada como uma turista carioca, baiana, maranhense, cabo-verdiana, entre outras nomeações, menos como gaúcha, e quando eu falava que era gaúcha percebia desconfiança nas pessoas que me diziam sem nenhum constrangimento, “gaúcha? Com essa corzinha?”, pois o Sul é conhecido por um único padrão racial, ou seja, brancas/os, loiras/os de olhos claros. Como eu com minha pele preta e demais características negróides poderia ser gaúcha? Nem tão pouco cearense, já que no Ceará não existem negras/os. Grande inverdade!

Foram seis rodas de conversa de extrema valia e conhecimento com facilitadoras/es de universidades, de movimento negro e integrantes do Movimento Negro Unificado do Ceará, como a Professora Mestra Joelma Gentil, que nos trouxe questões sobre a mulher negra dentro de um movimento misto, sobre como lidar com o machismo, com nossas lutas feministas e negras, pois nossas lutas são completamente diferentes do feminismo de mulheres brancas.

Muito me deparei com essas questões como mulher negra lutando por uma vaga de emprego, sem modéstia nenhuma, meu

ótimo currículo não bastava para concorrer a uma vaga de emprego com uma mulher branca, um dos pontos em minha vida que me mostrou as barreiras impostas por uma sociedade racista e, por outro lado revelava também bandeiras de luta que o feminismo branco não defendia, pois não era sua pauta. Era apenas minha.

Nossas rodas de conversa, nesse curso de formação, foram momentos de muito fortalecimento, indignação, alegrias e tristezas, bem como a certeza de que a luta antirracista é um dever, um resgate ancestral em respeito aos que vieram antes de nós e nos possibilitaram estar aqui, exigindo diariamente uma reparação de quatrocentos e cinquenta anos de escravidão, a qual não se findou e segue escravizando e matando corpos negros de várias formas e com a mesma crueldade.

# 2

## **Ser negro no Ceará: dor, racismo e reexistência!**

BONFIM, Marco Antonio Lima do.  
Coordenador Municipal de Formação Política e integrante  
do GT de Formação Política e Consciência Negra do Movimento  
Negro Unificado – Fortaleza. E-mail: marcoalbonfim@gmail.com

Este texto registra alguns dos meus passos enquanto um sujeito que se tornou negro, pois antes do racismo<sup>1</sup> mais forte que vivi em minha vida eu me via e me nomeava como “moreno”. Esse tornar-se negro, como já disse a psicóloga negra Neusa Santos Souza em sua famosa obra “Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro Brasileiro em Ascensão Social” (1983, p. 18), por um lado “é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobre-

---

<sup>1</sup> De acordo com o advogado e escritor negro Silvio Almeida, no livro *Racismo estrutural* (2019, p. 32), “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam”.

tudo, *a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em sua potencialidade.*”

Eu vivia submetido as exigências do “outro”; o branco colonizador - aqui faço referência ao/a branco/a não apenas como “cor”, mas como *branquitude*, isto é, entendendo que se é branco/a por conta das circunstâncias em que a cor da pele vai funcionar como um dispositivo de poder que aciona as formas de vantagens materiais e simbólicas em uma sociedade racista - mas só fui entender melhor tudo isso quando passei a integrar o Movimento Negro Unificado do Ceará, mais especificamente, quando enquanto integrante do GT de Formação Política e Consciência Negra do MNU, organizei e participei do *I Curso de Formação Política em Relações Étnico-Raciais e Combate ao Racismo no Brasil – Turma Preta Simoa*, fui recriando-me, religando-me aos meus ancestrais africanos, devido também a outras experiências como a de pesquisador/intelectual negro e a vivência em terreiros de religiões de matriz africana, como a Umbanda e os estudos acerca do Candomblé.

Relatarei a seguir o racismo que sofri em Fortaleza – Ceará, no ano de 2015 para adiante responder as seguintes questões: De que maneira essa formação em relações étnico-raciais e combate ao racismo mexeu com a minha vida? Que conhecimentos eu obtive acerca da minha identidade racial?



O caso de racismo que aconteceu comigo ocorreu na sexta-feira, dia 21 de agosto de 2015, aproximadamente 1h da manhã (na verdade na virada de sexta para sábado) após andar de patins *In line* com uma amiga branca, fomos para o (à época) *bar e Restaurante Batata's*, no bairro Benfica, número 2274 (na Avenida 13 de maio – Fortaleza - CE) de onde fui enxotado e quase agredido fisicamente neste bar. A situação foi essa: eu, negro, com minha roupa de patins: blusa branca muito suja (porque se suja muito a roupa nesse esporte radical), calça preta e o tênis preto. Daí entrei com minha amiga e outra amiga dela no bar. Eu fui à frente e chegando ao balcão pedi um *drink*. A pessoa branca que me atendeu (o dono do estabelecimento) olhou para mim e disse que não ia me servir. Não entendi e insisti muitas vezes. Sentei a mesa e ele finalmente me serviu. Assim que sentei na cadeira o segurança do bar me disse: “não tem bebida para você! Pode sair daqui!” Eu continuei sem entender. Tomei o *drink*; paguei com cartão de débito e pedi outro. Nesse cenário agressivo, o segurança me ergueu da cadeira e ia me enxotar bar a fora; na frente de todos e todas, sem motivo algum. Na hora em que o segurança me empurrava para fora eu ainda disse (na época eu estava no fim do meu Curso de Doutorado Acadêmico na Universidade Estadual do Ceará) “Ei sou doutorando em Linguística/Letras e sei como recorrer”. Ele disse: “Não quero saber!” Foi nesse momento que minha amiga branca viu o que acon-

tecia e disse ao segurança “Ei, ele está com a gente!” “Solta ele!” E o segurança me soltou.

Na manhã do dia seguinte eu fiz esse relato viralizar nas redes sociais e obtive o apoio (e também a desconfiança) de muitas pessoas; amigos/as, colegas professores da universidade, universitários, membros de partidos de esquerda, do Movimento Negro (o irmão negro Hilário Ferreira, entre outros), lideranças do Movimento Sem-Terra, lideranças do Movimento Levante Popular da Juventude – CE, e na semana seguinte realizamos, em frente ao mesmo estabelecimento, um protesto (com aproximadamente 50 pessoas) com gritos de ordem “Batata’s, racistas, não passarão!! Cartazes e faixas com frases de luta contra o racismo. Ao passo que eu também já estava processando o dono do estabelecimento (seguindo o acompanhamento jurídico que me foi dado) por injúria racial (Art. 140, § 3º, do Código Penal Brasileiro), no entanto – e os dados estão aí para comprovar – é muito raro, em um país racista como o nosso, o agressor racista ser punido. Resultado do processo: nestes 5 anos eu e meu agressor não fomos chamados nenhuma vez pelo Poder Judiciário Estadual para a minha audiência com o agressor branco, que por ser branco tem privilégios.

Em outubro do mesmo ano (2015) eu recebi uma intimação que me intimava a comparecer a uma “audiência de conciliação” no 4º Juizado Especial de Fortaleza. Adivinhem quem tinha dado entrada nesta audiência alegando que estava sendo caluniado?

Ele mesmo! O proprietário branco do restaurante que praticou racismo contra mim. Numa frase, no Brasil, o/a negro/a, de vítima de racismo é transformado/a em agressor/a. Isso tem que acabar!!!

De 2015 para cá eu não me nomeio “moreno” como outrora fazia; após essa experiência traumática eu aprendi, como diz a querida Dra. Ana Lúcia Silva Souza (negra e linguista), não pelo amor, mas pela DOR; aprendi que eu sou negro. Eu entendi também que as identidades raciais “moreno/a”, “mulato/a” “mestiço/a”, “sará” etc., são resultado do *mito da democracia racial* que defende e reproduz a ideia de que “somos todos mestiços” (e/ou iguais em termos de raça) e portanto, “não existe discriminação racial no Brasil”. A construção do mulato, como bem argumenta o historiador negro Petrônio Domingues, no artigo “O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)”, foi uma saída para difundir a ilusão de que no Brasil não existem distinções de raça.

Então, de “moreno” eu passei a me reivindicar como NEGRO. Pois ser negro/a é ter que viver do início ao fim da sua vida combatendo práticas racistas. Ser negro/a é sentir cotidianamente na pele, no osso da carne ou nos cabelos a perseguição dos/as brancos/as, da branquitude acrítica (Cf. Lourenço Cardoso, 2017). Pergunta: como esse Curso de Formação do MNU mexeu com a minha vida? Resposta: Trazendo-me, por um lado, mais questionamentos e por outro, convencendo-me de quem eu sou

(não num sentido psicológico e essencialista) e porque eu tenho que continuar a luta que meus ancestrais travaram contra o racismo anti-negro.

Desde a primeira roda de conversa em junho de 2019<sup>2</sup> um questionamento ficou martelando durante todo o Curso (e ainda fica) em minha cabeça: quem é negra/o no Ceará? Com outras palavras, quem são as pessoas que o MNU-CE defende como sendo negros/as e que merecem estar filiados/as ao Movimento Negro?

Na 1ª roda de conversa que tratou das trajetórias do Movimento Negro no Brasil, além de eu aprender um conceito amplo de movimento negro, aprendi com a professora doutora Vera Rodrigues, três pontos fundamentais sobre a luta antirracista no Brasil: 1) temos que saber quem são os/as nossos/as, ou seja, temos que saber quem é *protagonista* nesta luta (óbvio, que somente nós negros/as!) e quem são *aliados/as*; 2) “Militância não é profissão!” E essa, penso eu, que ela disparou tendo em mente principalmente

---

<sup>2</sup> Penso ser necessário quatro escurecimentos (uso o termo *escurecimento* para não usar *esclarecimento*, dando a entender que tudo deve estar claro, isto é, branco. Trata-se de uma posição política minha): 1) o curso ocorreu durante 6 meses, aos sábados mensalmente na sede do Sindicato APEOC e no Centro de Humanidades da UECE; 2) Os temas de cada roda de conversa não foram impostos pela Comissão organizadora, mas foram colhidos na primeira roda de conversa com todos os/as participantes em um momento de escuta; 3) os facilitadores/as foram todas/os militantes e/ou intelectuais negras/os cearenses, professoras/es doutoras/es ou mestras/es, e por fim, 4) As rodas de conversa eram guiadas pela leitura de textos (artigos científicos ou capítulos de livro) indicados pelas/os facilitadoras/es e enviados pela Comissão organizadora por e-mail aos/as cursistas.

aqueles/as que estão no movimento negro priorizando sua luta partidária em busca de “fazer carreira” e secundarizando a luta antirracista.

O problema não é ter militantes de partidos políticos no Movimento negro, o problema é a frágil atuação destes militantes como, de fato, *negros/as* militantes e não meramente como militantes negros, como bem argumentou o professor mestre Hilário Ferreira (Cf. artigo deste professor nesta obra), na 3ª Roda de Conversa acerca da História do/a negro/a no Ceará. Retomando as discussões da 1ª roda de conversa, avalio que a maneira como a diferença é ou não problematizada tem profundo impacto na nossa luta contra o racismo e os/as racistas. Como disse a professora negra e facilitadora desta roda “o problema não é a diferença, é o uso que se faz dela”, denunciando a forma rasa do uso do conceito de igualdade por parte de muitas pessoas, inclusive de movimento negro, principalmente no contexto escolar, especificamente em eventos realizados no mês da consciência negra, novembro negro.

Da 2ª Roda de conversa, realizada com a professora doutora Sandra Petit, ficou o aprendizado acerca do embate existente entre o modo ocidental e eurocêntrico de conceber, por exemplo, nossos corpos e a perspectiva ou cosmovisão africana. Nesta roda aprendi e debati sobre o nosso pertencimento africano, no entanto, será que basta autorreconhecer-se “afrodescendente” para que uma pessoa seja negro/a? Boa parte de nós, brasileiros/as somos (ou

podemos reivindicar) afrodescendentes, mas será que desses, todos/as são negros? Todas, todes, todos vivem o racismo? Principalmente nas diversas situações do cotidiano? Ou há entre nós, os/as “afroconvenientes”, como denunciou a professora Vera Rodrigues na roda anterior? Ou seja, as pessoas que se reivindicam negras apenas em situações que lhe são convenientes, como para acessar as cotas raciais em concursos públicos e/ou universidades, para ter algum grau de representatividade coletiva, sem ser/saber-se negro/a etc.

Prefiro, nesse ponto, pensar como negro, como ensinou Hilário Ferreira. Pensar como negro é, entre outras coisas, denunciar o papel da historiografia oficial acerca do negro no Ceará; discurso esse que reproduz a narrativa racista de que nesse Estado não existem negros/as. É pensar que uma luta eficaz contra o racismo se faz com formação, principalmente histórica. Essa é a tônica de um movimento negro forte e combativo. É entender que o racismo não se restringe a “preconceito”, é compreender o funcionamento estrutural do racismo em suas várias dimensões. Desde a que diz respeito ao desconhecimento da memória da população negra no Ceará, passando pelo racismo recreativo (MOREIRA, 2019), até o racismo imperialista e colonial.

Para concluir, registro os aprendizados com duas mulheres negras pesquisadoras e de luta, a professora doutora Zelma Madeira e a professora mestra e militante do MNU, Joelma Gentil.

Na 4ª roda de conversa, percorremos a história da formação do Movimento Negro cearense em Fortaleza com ênfase nas memórias de mulheres negras militantes. Foi um vivo e (in)tenso momento em que aprendi muito acerca do que é ser mulher e negra em uma sociedade racista, patriarcal e machista; o que é ser uma dirigente negra em um movimento ainda tão machista e sexista quanto o movimento negro.

Na 5ª roda de conversa, aprendi junto à professora Zelma Madeira, que por um lado temos sim que combater insistentemente o racismo e por outro, lutar pela efetivação de instrumentos de promoção da igualdade racial em nosso estado, em nosso país. Fortaleçamos as Ações Afirmativas (como, por exemplo, as cotas raciais e o cumprimento da Lei Federal 10.639/2003 nas escolas brasileiras)!! Nesta roda, o tema do pardo, ou seja, do fenômeno da pardalização merece, a meu ver um destaque, pois, a pardalização retarda ou silencia o racismo, como bem argumentou Zelma Madeira.

Por fim, encerro este texto com reflexões geradas na última roda de conversa, que teve como tema *Segurança da população negra no Ceará, branquitude e necropolítica de Estado*, Jamiesson Simões e o professor doutor Lourenço Cardoso me deixaram perplexo, inquieto e indignado. Com o primeiro, eu aprendi a geografia da periferia em Fortaleza, sendo que o mapa de mortes/genocídio em todo o estado do Ceará é predominantemente negro.

Com o professor Lourenço aprendi como é fundamental na nossa luta contra o racismo, estudar e compreender os efeitos e ações da branquitude, ou seja, das pessoas lidas como pessoas brancas; pessoas que por conta da cor da pele desfrutam de privilégios e vantagens sociais.

Exemplifico com os dados de pesquisa relatados em palestra sobre branquitude e racismo no Brasil, proferida pela professora da Universidade Federal de Santa Catarina e psicóloga branca, Lia Schucman, em um Colóquio Nacional sobre Raça e linguagem, em São Paulo, 2019. Um mendigo branco, em entrevista, disse a pesquisadora, que sabe do privilégio que ele goza por ser branco. Apesar de mendigo ele – por ser branco – consegue entrar em um *shopping* em São Paulo para acessar o banheiro e não é abordado por seguranças no interior do *shopping*. Por outro lado, um mendigo negro tem, por sua condição racial, mais essa desvantagem, pois, sobre nós, negros/as, sempre paira a marca do/a suspeito/a.

Um Curso de formação, intenso como esse do MNU, serviu para me mostrar que temos um longo caminho ainda na luta contra o racismo no Brasil, pois (e não só aqui) o racismo sempre encontra uma maneira de atualizar a sua força, de fazer crescer os seus tentáculos. No entanto, é tarefa nossa cortar com o machado de Xangô, um a um, tais tentáculos.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólem, 2019.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra e o objetivo-fim. In: **130 anos de (des)ilusão: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018, p. 295-311.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil. **Dialogos Latinoamericanos**, Dinamarca, v. 10, n.10, p. 117-132, 2005.

FERREIRA, Hilário. Reflexões de um negro cearense inquieto com o combate ao racismo no Ceará. **I Curso de Formação Política em Relações Étnico-Raciais e Combate ao Racismo no Brasil – Turma Preta Simoa**. Movimento Negro Unificado do Ceará. Fortaleza, 2019.

MADEIRA, Maria Zelma. Racismo Estrutural e as Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil. **I Curso de Formação Política em Relações Étnico-Raciais e Combate ao Racismo no Brasil – Turma Preta Simoa**. Movimento Negro Unificado do Ceará. Fortaleza, 2019.

MORENO, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólem, 2019.

PETIT, Sandra. Práticas pedagógicas para a Lei nº 10.639/2003: a criação de nova abordagem de formação na perspectiva das africanidades. **Educação em Foco** (JUIZ DE FORA), v. 21, p. 85-105, 2016.

SCHUCMAN, Lia. Branquitude e Privilégio. In: Maria Lucia da Silva; Marcio Farias, Maria Cristina Ocaris, Augusto Stiel Neto. (Org.). **Violência e Sociedade: O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo Brasileiro**. 1ed. São Paulo: Editora Escuta, 2018, v. 1, p. 137-150.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Ana Lúcia. **Letramentos de reexistência**: poesia, grafite, música, dança -Hip Hop. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

# 3

## **A Pretagogia no cotidiano escolar: contribuições para implementação da Lei Nº 10.639/03**

PIRES, Regis Alves.  
Movimento Negro Unificado – MNU  
regisalvespires@gmail.com

O surgimento das políticas afirmativas no Brasil tem provocado novos movimentos de resistências para população negra que antes tinham suas origens silenciadas. Em 2003, foi aprovada a Lei nº 10.639 que torna obrigatória o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todos os estabelecimentos de ensino da rede pública e privada no Brasil, que alterou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e foi fortalecida com o Estatuto da Igualdade Racial Lei nº 12.288/10.

Este texto tem como objetivo refletir sobre as narrativas acerca das identidades negras no I Curso de Formação Relação Étnico-raciais no Brasil organizado pelo MNU/CE utilizando o conceito de Pretagogia apresentado pela professora Dra. Sandra Petit, a fim de discutirmos a construção da identidade negra, uma

vez que ser negro no Brasil é ser um sujeito marcado por desigualdades socioeconômicas e condutas discriminatórias em todos os segmentos da sociedade.

Sabemos que no Brasil o ensino de História foi e ainda é estudado obedecendo à visão do vencedor e há uma narrativa por uma parte da sociedade e pelos meios de comunicações que continua reproduzido a imagem do negro de forma estigmatizada no nosso cotidiano de acordo com o passado escravocrata. Portanto, cabe a nós, professores e professoras reconstruir essa imagem da sociedade afro-brasileira por meio de outra percepção que podemos vir a ter dos afro-brasileiros em nosso estado, por exemplo. Vale ressaltar que essa imagem negativa acerca da população negra também atravessa o ambiente escolar em que educandos são informados e formados no chão da escola acreditando em narrativas tidas como uma verdade absoluta.

Em nossa avaliação, o livro didático ainda constitui-se em uma ferramenta pedagógica por excelência no cotidiano escolar de muitas salas de aula do Ceará e especificamente do município de Itapipoca, e este fato nos permite afirmar a importância de refletirmos acerca da reconstrução de uma nova aprendizagem sobre História da África.

Um exemplo disso foi o desenvolvimento, na E.E.B. José Lins de Albuquerque, do projeto “A Pretagogia no cotidiano escolar”, que teve como referência teórica o conceito de Pretagogia e

das estações de aprendizagem criados por Petit (2015) ao sentir necessidade de tornar mais circular e transversal à apropriação dos conteúdos educativos, pois a cosmovisão africana se faz cada vez mais presente na medida em que você a vivencia em sua própria vida. Tornei-me mais consciente disto quando descobri o quanto a cosmovisão africana perpassa não somente a minha vida como afrodescendente, mas, ainda, a vida dos meus estudantes neste Ceará nordestino (PETIT, 2015).

No que diz respeito ao Curso de formação do MNU, avalio que ele foi importante para dialogar sobre a importância histórica da trajetória do movimento negro no contexto da implementação da lei 10.639/03 no ambiente escolar, já que o racismo é identificado em uma perspectiva de aplicação direta na instituição escolar, por outro lado, as memórias de uma pessoa estão associadas muitas vezes ao contexto histórico de uma época, sendo assim podemos fazer uma análise do sistema político, social, religioso, futebolístico de uma cidade ou estado e perceber a ação do racismo dentro destes sistemas.

Muitas vezes fazemos uma leitura a partir de uma imagem na qual estamos inseridos; imagens essas para nós negros e negras, representantes do racismo. Entre tantas memórias, relato aqui a maneira como minha lembrança de escola, na época de minha infância, diz muito sobre meus professores e professoras e minhas colegas de sala de aula. Hoje eu entendo porque tanta rejeição da

minha pessoa em determinados momentos da escola, como por exemplo, no período do festejo junino em que foi tirado de mim o direito de poder participar por conta da minha etnia, por conta de ser negro e não ter uma referência negra que fortalecesse a minha identidade étnica.

O fato de eu ter sido colocado para assistir aula sempre nas últimas cadeiras e não ter a oportunidade de compartilhar a experiência de professores negros ou professoras negras demonstra que eu estava convivendo lado a lado com a falsa democracia racial, e aos poucos, percebo que a escola ia concretizando a teoria do papel do negro na sociedade brasileira que defende a sua inserção no serviço braçal.

Para finalizar, trago uma última experiência passada. Aos 12 anos de idade fui apresentado ao trabalho braçal (claro que percebo que o trabalho é importante para a sociedade e que todo trabalho é digno, mas....) e não entendia a maneira como a classe dominante explorava a classe trabalhadora. Nesse sentido, acho importante dizer que há uma determinada classe econômica que se beneficia desse tipo de exploração do trabalho no qual o negro é inserido.

Apesar de tudo, consegui buscar no conhecimento acadêmico a mudança social na minha vida, através da leitura dentro do movimento negro consegui ter uma consciência política e hoje

posso ser referência para centenas de educandos para os quais ministro aula, referência essa que não tive na educação básica.

Por fim, percebi diante do desenvolvimento do projeto educativo no contexto escolar, que o referencial teórico da Pretagogia é a base para a auto afirmação étnica aos professores/as de educação básica e que esta abordagem contribui para que nossos educandos possam perceber que suas referências também estão no chão da sala de aula.

## REFERÊNCIAS

CUNHA, Junior Henrique. **Artefatos da Cultura negra no Ceará (2013)**: formação de professores: 10 anos da Lei Nº 10.639/03: cadernos de textos/organizadores Henrique Cunha Junior [et al.]. – Fortaleza: Gráfica LDC, 2013.

MACIEL, Paulo. **Itapipoca**, 314 anos de sua História, Premius Editora, 1997.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 4. Ed. – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.

PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia**: Pertencimento, Corpo-Dança Afroancestral e Tradição Oral Contribuições do Legado Africano para a Implementação da Lei Nº 10.639/03. Fortaleza: EdUECE, 2015.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **Negros livres e escravos**: sociabilidade solidariedade no Ceará no Sec. XIX.

# 4

## **Crônicas afetivas de uma jovem quilombola**

COSTA, Luiza Maria Leite da.

Quilombola da comunidade de Porteiras, Caucaia – Ce

Graduanda do 7º período em Letras pela Faculdade Maurício de Nassau – Uninassau e membro da Academia Afrocearense de Letras – AAFROCEL. E-mail: luizaleitecosta@bol.com.br

Quando começamos o I Curso de Formação em Relações Étnico-Raciais e combate ao Racismo no Brasil, eu não fazia ideia do que poderia vir pela frente. No 1º Encontro, todos chegando, fomos contemplados com fatos históricos, dados importantíssimos. Alguns eu nem sabia terem acontecido.

Depois, conversando sobre a Lei 10.639/03, a construção da identidade do povo negro no Brasil: desafios na sua implementação, me fez pensar em como essa caminhada tem sido longa (bem antes da Lei), árdua, dolorosa... e como o entendimento das pessoas, a maioria sem conhecimento, ou até mesmo por desinteresse, atrapalha o próximo passo que precisa ser dado. Até mesmo dentro das Comunidades.



A história dos negros e negras no Ceará foi mais um reforço histórico onde todos ouvíamos atentos a cada palavra do professor. Na aula sobre Racismo Estrutural, me dei conta mais uma vez de quantas vezes sofri esse tipo de crime sem saber (até mesmo dentro de casa, quando eu dizia que queria exercer uma profissão e ouvia a maldita frase: “tem que ter boa aparência”...), e que as Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil precisam ser efetivadas verdadeiramente, pois tudo é muito superficial, sempre fica a desejar em algum ponto.

Fiquei encantada com a história do MNU – Movimento Negro Unificado, no Ceará, que cada vez que escuto, fico maravilhada com os propósitos da sua fundação, com sua forma de trabalhar a consciência política, social, cultural...

Por fim, falar de segurança da população negra no Ceará, branquitude e necropolítica, é um capítulo à parte, que eu faria gerar um novo curso só para esses temas tão delicados, tão atuais e que precisamos muito falar sobre isso. Por ter uma história familiar despedaçada, marcada pelo racismo, escravidão e preconceitos, tudo foi muito significativo para mim, que ainda estou em construção da minha identidade negra, marcada por tantas experiências de dor e medo. Medo do que as pessoas vão ou podem dizer, medo do que vão pensar ou já pensaram... medo do amanhã, porque o hoje já está cheio de portas e janelas fechadas... e amanhã, o que será?

Apesar de ter tantos dons, de saber fazer tantas coisas, parece que nada agrada porque não é feito ou dito por uma “branca”, não é o currículo de uma “branca”, não são as experiências de uma “branca”. Sem contar as tentativas diárias de apagamento, silenciamento da fala, e tantas outras coisas.

# 5

## O racismo que conheci

SOUZA FILHO, Luiz de.

SINTSEF (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Ceará)

No meu registro de nascimento consta que sou moreno. Acredito que isso de certa forma foi um obstáculo que me impediu desde cedo não ter consciência de raça. Isto é, passei pela infância, juventude e maturidade sem me dar conta que era negro e também sem ter sofrido nenhum tipo de agressão racista, pelo contrário, sempre me ensinaram que não existia racismo no Brasil. Sempre convivi com negrxs durante toda minha vida; em casa, no trabalho, na escola, na universidade e isso era usado para confirmar a ausência de racismo, uma vez que a gente poderia conviver tranquilamente com pessoas negras.

Mas, sem dúvida, foi a partir do momento que passei a fazer parte do MNU (Movimento Negro Unificado) aqui no Ceará que tive a oportunidade de conhecer a literatura que abordava a questão do racismo, escrita por escritores negros e negras que foram vítimas e sofreram agressões racistas de toda ordem. Através

dessas leituras pude perceber que o racismo está presente no mundo todo e assume várias facetas. E o contato com essa literatura me mostrou que a luta dos movimentos contra o racismo feito em todo mundo é fundamental para contribuir na formação política e na consciência de classe e de raça.

No entanto, ainda na minha juventude pude perceber as contradições sociais existentes entre os meus colegas na escola e depois nos locais de trabalho. Inicialmente essa percepção foi de forma empírica e intuitiva, pois não conseguia uma explicação para compreender por que algumas pessoas tinham muito mais recursos financeiros do que outras.

Só, mais tarde, quando tive a oportunidade de trabalhar com uma equipe multiprofissional que desenvolvia um trabalho de educação voltado para se ter uma visão crítica da realidade é que teve início a minha reflexão e questionamentos sobre as diferenças sociais entre as pessoas. Foi a partir desse trabalho que iniciei uma maratona de leituras que me deram as respostas que buscava sobre a existência de tantas diferenças sociais entre as pessoas. E esse contato me levou a passar de uma visão empírica e intuitiva da realidade social para uma visão científica e assim cheguei à conclusão que foi nesse momento que aflorou a minha consciência de classe, pois até então nem o nome da sociedade em que vivia eu sabia.

Outro espaço que muito contribuiu para a minha formação crítica a respeito da análise da sociedade capitalista foi ter participado do C.A.E.P (Centro de Atividades e Estudos Políticos), pois, foi nesse período que tive acesso às principais leituras que abordavam as questões sociais e o funcionamento da sua estrutura e organização desde o surgimento das sociedades primitivas, escravistas, feudal e até a sociedade capitalista. Por tudo isso, entendo que compreendi muito cedo que as sociedades são classistas, todavia não fazia um elo entre as diferenças de classes e raça. Em todas essas leituras não era feito um recorte sobre a situação de raça, ou seja, as análises eram feitas tomando por base as classes sociais sem levar em conta a questão racial.

Por isso, entendo hoje que as leituras feitas no curso Relações Étnico-Raciais e Combate ao Racismo foram para mim o grande divisor de águas. Mesmo quando estava cursando Pedagogia na UFC (Universidade Federal do Ceará) não tive contato com leituras que abordassem a questão ético-racial no Brasil e nem mesmo a história da África e dos Africanos. É bem verdade que já faz mais de duas décadas que conclui o curso de Pedagogia, por isso esse relato refere-se àquele período, hoje não sei se é feita alguma abordagem sobre o tema racial. Acredito que não ocorreram grandes mudanças, até porque a educação formal na academia segue uma grade curricular que não permite muita discussão sobre os assuntos que não estão contemplados nessa grade.

Portanto, diante deste breve relato concluo que o conceito de racismo que conhecia é totalmente diferente do que apreendi durante essas rodas de conversas que fizemos. E ter feito parte deste curso, sem sombra de dúvidas, me fez um militante consciente do papel que posso desempenhar enquanto membro do movimento negro que luta diuturnamente no combate ao racismo em suas mais variadas concepções.

# 6

## **Reflexões de um negro cearense inquieto com o combate ao racismo no Ceará**

FERREIRA, Hilário.

Militante do movimento negro. Professor da UniAteneu lotado no curso de Serviço Social. Graduado em Ciências Sociais e Mestre em História Social – ambas pela UFC. Também é Pesquisador da História e da Cultura dos negros no Ceará. Autor do livro *Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê...": escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881)*. Fortaleza: SECULT/CE, 2011, v.1. e do didático *Abolição no Ceará: um novo olhar* – Editora IMEPH. 2009.

O presente texto tem por finalidade apresentar algumas inquietações no que diz respeito à construção de estratégias de combate ao racismo no Ceará. São 35 anos de movimento negro<sup>3</sup> completados em 2019. São três décadas e cinco anos aprendendo a combater um sistema político fundado sobre o direito de uma raça (considerada pura e superior) de dominar outras, consideradas inferiores. Ao longo de todos esses anos militando fui adquirindo ex-

---

<sup>3</sup> Aqui compreendido como uma série de movimentos realizados por pessoas que lutam contra a escravidão, os preconceitos e as diferentes formas de Racismos. Eles têm o objetivo de resgatar a memória de um povo que batalhou por sua liberdade e garantir direitos à cidadania plena.

periências a partir dos erros. Aprendi muito com os mais velhos, dentre estes, não poderia deixar de citar o nome de Ana Rosa. Esta negra militante que se aproximou de mim logo que entrei no Grupo de União e Consciência Negra do Ceará – Grucon - CE e me orientou sobre como o racismo funcionava. Uma mulher forte e combativa que me ajudou a pensar como negro<sup>4</sup>.

Durante quase 15 anos fui membro do Grupo de União e Consciência Negra do Ceará – Grucon – CE. Com o tempo amadurecemos muito e na terceira fase<sup>5</sup> começamos a questionar as orientações que vinham da coordenação nacional que não levava em consideração a realidade local e como consequência rompemos com o Grucon nacional e criamos o Consciência Negra juntamente com o povo do Maranhão. Tínhamos a ideia de fundar uma entidade negra nacional. Começaríamos primeiro pelo Nordeste. Não deu.

---

<sup>4</sup> Pensar como negro significa se auto valorizar, ter respeito e conhecimento de sua herança ancestral afro, compreender que enquanto houver um negro ou negra sendo explorado e humilhado não existirá liberdade. É lutar pelo respeito as diferenças étnicas, culturais e Religiosas do povo negro no Brasil. É combater o epstemicídio e a produção de um conhecimento eurocêntrico em todo as instancias do ensino.

<sup>5</sup> Sobre a história do Grucon-ce eu a divido em três fases: 1. Fase, quando entro e havia uma ligação forte com a igreja. 2.fase, já com uma consciência negra em processo de amadurecimento um grupo dentro da entidade começa a questionar a identidade e o caráter laico do grupo. Como consequência, há um esvaziamento: os religiosos saem da entidade e fundam sua própria entidade (Agentes de Pastoral Negros – APNs). 3. Última fase na qual há a entrada de novos militantes e o grupo passa a atuar na pesquisa sobre negros no Ceará, produzindo textos e fazendo trabalhos de base na Comunidade do Trilho e comunidades negras.



Havia entre nós uma certa maturidade que ia se desenvolvendo através de uma práxis. Considero esse período um dos momentos auge do Movimento Negro em Fortaleza. Criamos um fórum de entidades negras que realmente funcionava. Havia umas cinco entidades. Fruto desse fórum foi a tentativa de criar uma casa de cultura negra chamada *Kanoambo*. Avançamos muito neste período. O Grucon-CE sempre teve um papel significativo no fórum.

No Grucon-CE sempre houve uma preocupação com a formação dos militantes. Foi esta entidade que apresentou o debate de raça e classe e introduziu a pesquisa, reflexão e a produção de conhecimento sobre a história, cultura, comunidades negras, quilombos, resistência e a presença negra na educação no Ceará. Fazíamos leituras sobre racismo, cultura negra brasileira e africana, que nos ajudou nas pesquisas sobre Negros no Ceará. Atuávamos em comunidades negras, escolas e, posteriormente, nos fixamos na Comunidade do Trilho. A medida em que crescíamos culturalmente e politicamente sentíamos a necessidade de repassar tal conhecimento para os pretos e pretas. Não importava onde estes estivessem: periferia, escolas, comunidades negras, universidades, maracatus, capoeira e terreiros. Acreditávamos na socialização do saber. E foi com este pensamento que cresceu a necessidade incessante de conscientizar nosso povo com o objetivo de despertar a Consciência Negra, que o interesse do resgate da história do negro no Ceará

surgiu. Fomos na verdade despertados e obrigados a pensar sobre este tema. E tudo começou da seguinte forma.

Em nossas formações falávamos do racismo e da história do povo negro no Brasil. De como tínhamos uma história de luta, resistência e de como o racismo era perverso e atingia diretamente nosso povo por séculos. No início as pessoas ficavam meio tímidas para falar, mas com o tempo havia as intervenções. Uma diziam que não existia racismo no Brasil e outras concordavam conosco. O debate fluía em um dado momento.

Creio que fazíamos tão bem isso, que perguntas sobre a realidade local começavam a surgir, tais como: e no Ceará, como é a história dos negros daqui? Por que não se fala sobre os negros no Ceará? Quando tais perguntas surgiam, ficávamos em silêncio, não tínhamos respostas, pois não sabíamos nada sobre nossa história. Estávamos totalmente desinformados e, portanto, dependentes e reféns das informações oficiais produzidas por uma historiografia oficial que dizia não haver condições de se construir uma história dos negros no Brasil por que Rui Barbosa, em despacho datado de 14 de dezembro de 1890 e cumprido por intermédio de circular, em 13 de maio de 1891, mandara queimar toda documentação sobre escravidão. Era este o nosso pensamento. E essa história era verdade? Em parte, sim. Vejamos como.

Foi no Seminário *Negrada Negada – O negro no Ceará*, em 1992, que tudo mudou, o considero um marco na história da

produção dos negros no Ceará. Foi a partir dele, que nós do Grucon-CE resolvemos pesquisar sobre nossa história. Na ocasião, foi ouvindo a fala do Prof. Dr. Eurípedes Funes sobre Negros no Ceará que resolvi pesquisar sobre estes aqui em nosso Estado.

Fui apresentado, por Eurípedes, a vários autores da nova história da Escravidão e suas obras. E uma delas do Historiador Robert Slenes<sup>6</sup>, me ajudou a desconstruir aquela visão equivocada sobre Rui Barbosa. O que aconteceu, na verdade, é que ele queimou as cópias dos documentos que eram enviados para a Corte, mas os originais ficavam nas províncias e são estes que estão hoje “guardados”<sup>7</sup> nos Arquivos Públicos Estaduais. Portanto, é possível, se houver um trabalho de preservação destes documentos, o resgate histórico de nosso povo.

Assim sendo, as questões que serão aqui tratadas, são produtos de vivências que se iniciaram no período em que militei no Grucon (entidade negra esta, que foi/é referência de MN para mim) e que me possibilitam hoje refletir e apresentar caminhos para construirmos um MN forte e combativo. E para mim, um dos principais caminhos é a formação, principalmente a histórica.

---

<sup>6</sup> SLENES, Robert W. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa *não* queimou será destruído agora? **Revista brasileira de História**. São Paulo. V.5 nº 10. Págs 166-196. março/agosto 1995.

<sup>7</sup> Está entre aspas pelo fato de haver ainda hoje um descaso, por parte das autoridades públicas, em não ter muito cuidado com a preservação destes documentos. Não havendo uma política de cuidado destes acervos documentais nossa memória histórica corre sérios riscos.

## A IMPORTÂNCIA DE OLHAR PARA A HISTÓRIA

“Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça”. Provérbio africano

Marc Bloch definiu a história como uma ciência que estuda a vida do homem através do tempo.<sup>8</sup> Ter a compreensão disso é de suma importância, pois esta definição procurar ir além daquela perspectiva histórica que se limita a visão documental positivista associada a datas e fatos, onde os feitos de “grandes homens” são vistos como verdades históricas.

Durante décadas várias gerações inteiras foram educadas por uma historiografia liberal positivista que narrava a história dos vencedores como única versão dos fatos. Por isso, temos impregnado em nosso imaginário estes feitos e dos seus autores, através de datas comemorativas e reforçadas nos nomes de ruas (estratégias simbólicas para reforçar tal construção), a saber: 25 de março, abolição da escravidão no Ceará; 13 de maio, abolição da escravidão no Brasil, 21 de abril dia de Tiradentes, 22 de abril dia do “descobrimento do Brasil”, 7 de setembro dia da Independência, 15 de novembro, proclamação da República e 19 de novembro, dia da bandeira. Essas datas representam e avigoram histórias em que

---

<sup>8</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2002.

personagens da classe dominante aparecem como protagonistas das mudanças sociais de grande importância para a história do país. Éramos, desde tenra idade nas escolas, condicionados por esta historiografia e pelas datas comemorativas a participar de eventos escolares. Nestes fatos eram sempre o macho adulto, branco e cristão que estava no comando. Os outros grupos sociais aparecem como meros espectadores do processo histórico. No caso da abolição, está implícito pela forma que nos era passada, que a mesma fora uma dívida dos brancos aos negros – os mais interessados no fim desta sociedade. Tal ponto de vista compreende a história como uma ciência que busca o passado apenas pelo passado.

Bloch subverte esta perspectiva histórica acima apresentada e propõe estudar a vida dos seres humanos (no plural) no tempo. Investigar suas ações e significados dentro dos contextos históricos, a exemplo dos africanos e seus descendentes. Tal ponto de vista nos possibilita, através de um diálogo com fontes documentais, saber como estes preservaram e criaram estratégias de resistências que garantiram no presente, formas de conhecimentos, sobrevivências culturais e religiosas. Tais saberes e fazeres históricos foram/são instrumentos fundamentais de fortalecimento da identidade negra. É neles que podemos dar vida e fortalecer a ancestralidade (de que muitos falam, mas não entendem e nem vivem). É a conexão com o passado e a celebração no presente da memória dos que lutaram para que hoje estejamos aqui. Por isso, um dos pontos

importantes ao conhecermos nossa história é lembrar daqueles que lutaram e vieram antes de nós: João Malemba, Tia Esperança, Tia Simoa, José Napoleão, Dragão do Mar e tantos outros. Mas, no momento, estamos presos às armadilhas do sistema que combatemos: o racismo.

A maioria dos cearenses não conhecem sua história. E se não a conhecem, imagine a do povo negro no Ceará. Os dois pontos acima para mim são muito graves. Edmund Burke afirmava que “um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la”. Que os brancos não se interessem pela história e cultura negra no nosso Estado é até aceitável. Poder-se-ia até considerar que negras e negros que não tenham alguma consciência racial e política também não se preocupem – já que estes estão mergulhados no cotidiano e contaminados pela cultura do consumo. Porém, negros e negras militantes que dizem combater o racismo, não se preocupem em conhecer sua história, há aqui um problema sério. E por que?

Por que uma das práticas do racismo é silenciar sobre nossa história e marginalizar nossa cultura. E é neste ponto que se encontra a potencialidade das nossas tradições, das formas de cultivar o sagrado e do conhecimento de nossa descendência étnica, cultural e africana (que no Ceará é Congo-Angolana) que tanto nos empodera e é responsável pela construção positiva de nossa identidade, que a cultura ocidental tenta fazer que esqueçamos. Quando

não temos domínio sobre essas informações e silenciemos sobre as mesmas, sem perceber, estamos reforçando o racismo que combatemos através do epistemicídio.<sup>9</sup> Portanto, reproduzindo o silêncio intencional construído historicamente por um conhecimento eurocêntrico que, estrategicamente, nos priva de uma ligação com o passado. Quando esse olhar para o passado ocorre, geralmente é sob a ótica histórica que eles construíram. Para estes, é preciso que não honremos nossos ancestrais e nem conheçamos suas lutas (onde a identidade aqui se constrói e se fortalece). E quando jogamos o jogo deles, a branquitude<sup>10</sup> se apropria de nossas tradições (esvaízia elas de sentido) e as usa de diferentes formas. Forjam-se, então,

---

<sup>9</sup> O epistemicídio é, em essência, a destruição de conhecimentos, de saberes, e de culturas não assimiladas pela cultura branca/ocidental. É um subproduto do colonialismo instaurado pelo avanço imperialista europeu sobre os povos da Ásia, da África e das Américas. Fonte: Epistemicídio, a morte começa antes do tiro. Disponível em:

<https://www.almapreta.com/editorias/realidade/epistemicidio-a-morte-comeca-antes-do-tiro>.

<sup>10</sup> Definição de branquitude: (...) um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo". In, FRANKENBERG, Ruth. **White women, race masters: the social construction of whiteness**. USA: University of Minnesota. 1999. pp. 70-101. Os estudos sobre a identidade do branco ainda são incipientes no cenário brasileiro. A maioria dos estudos destina-se a destacar o lugar do negro, sem questionar o lugar do branco e a dimensão da branquitude como lugar de vantagem social. Isto vem sendo feito já faz uns 20 anos e tem contribuído para o desenvolvimento das pesquisas no âmbito das relações raciais. No Brasil o primeiro a desenvolver um estudo sobre este tema foi o Sociólogo negro Alberto Guerreiro Ramos em seu artigo, "Patologia social do branco brasileiro". *Jornal do Comércio*, jan/1955.

tradições e acabamos vitimados por uma tradição inventada por aqueles que nos oprimem. Sim, eles forjam tradições.

As tradições, segundo Eric Hobsbawm são inventadas com o objetivo de incorporar determinados valores e comportamentos definidos por meio da repetição em um processo que os ligam ao passado. No Ceará, mais especificamente Fortaleza, a memória da abolição é algo presente em nossas vidas. Encontramos prédios e ruas (Palácio da Abolição, Avenida da Abolição, rua 25 de março) e até pousadas e hotéis com referência a este fato histórico. Sem falar nos feriados e nas comemorações em escolas e agremiações culturais – ritual que nos faz lembrar destes acontecimentos ao trazer o passado para o presente.

Mentir e ocultar fatos é parte da tradição inventada, por isso que há poucas notícias da participação efetiva de índios e negros nos eventos históricos. O que seria da história do “descobrimiento do Brasil” se repetíssemos ritualmente que essas terras já eram habitadas? Daí, na história oficial da abolição do Ceará, o negro e a negra (os mais interessados na liberdade) aparecerem como coadjuvantes passivos. Apáticos, ganharam a liberdade. Esta, vista como uma dádiva dos brancos.

A apropriação e o uso dessa tradição trazem benefícios para muitos, menos para o povo negro cearense. Os ganhos simbólicos e financeiros foram capazes de trazer ao Estado do Ceará a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-



Brasileira (Unilab) em Redenção. E quanto aos descendentes dos ex-escravizados? Ao que tudo indica, entregues à própria sorte.<sup>11</sup>

Um povo que não conhece sua história é um povo perdido. Fica à mercê das produções construídas por quem está dominando. Quando temos consciência de nossa história, podemos usá-la para fortalecer nossa luta e construir na memória do povo cearense ações que representem e retratem a nossa luta, assim como nacionalmente se construiu o 20 de novembro, poderíamos fazer o mesmo aqui com o 30 de agosto. Esse mês, para o povo negro do Ceará, é um período onde ocorre uma das maiores festas afro-cearenses que o Ceará já viu e, dependendo da nossa luta, poderia ter outra.

Em Fortaleza, todo dia 15 de agosto ocorre a grande festa tradicional de Iemanjá. Vários adeptos da umbanda se dirigem às praias de Fortaleza para saudar essa divindade africana considerada deusa do mar. É um momento de muita riqueza cultural em que se assiste a diferentes casas de Umbanda, de distintas formas expressarem seu respeito e grande fé a esse orixá. Uma ocasião ímpar para os não umbandistas se despirem dos preconceitos e exercitarem o respeito a uma religião genuinamente brasileira.

---

<sup>11</sup> "Tradição inventada e o negro no Ceará", artigo publicado no jornal **O povo** em 20/04/2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/opinioao/2017/04/hilario-ferreira-tradicao-inventada-e-o-negro-no-ceara.html>

Para os negros e afro-cearenses, a tradicional festa de Iemanjá representa mais um ato de resistência e afirmação de um povo que se recusa a ser calado. Porém, neste mesmo mês, há outro acontecimento (este histórico e não religioso) que mereceria uma maior atenção dos cearenses, em especial, do movimento negro: a luta dos negros jangadeiros, em 30 de agosto de 1881, para encerrar definitivamente o embarque de cativos para outras províncias.

Importante o resgate deste acontecimento pelo fato de se tratar do protagonismo dos negros cearenses no combate ao comércio de cativos para outras províncias. A violência era materializada na quebra dos laços afetivos e de parentescos. Entretanto, em se recusar a ser separados dos seus amigos e parentes, os negros africanos, crioulos (escravizados ou não) construíram várias formas de resistência a este comércio.<sup>12</sup> É importante frisar que tanto o episódio ocorrido em janeiro quanto o de agosto, só foram possíveis pela participação contundente dos jangadeiros – maioria de negros libertos. A frente do movimento lideranças negras: o liberto José Luiz Napoleão, Preta tia Simoa e Francisco José do Nascimento (que viria a ser conhecido como Dragão do Mar).

---

<sup>12</sup> Ver o capítulo *A Resistência ao tráfico* do meu livro, **Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê...**: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011.

Pouco discutido, este acontecimento do dia 30 de agosto de 1881 revela um momento de grande tensão quando os jangadeiros e abolicionistas resolvem impedir que o filho do Major Facundo embarcasse duas cativas e os mesmos recebem adesão do comandante do 15º Batalhão de Infantaria. Em contrapartida, os comerciantes traficantes, tendo apoio da Marinha e cientes da simpatia do comandante à causa abolicionista, resolvem se munir de um aparato igual, demonstrando intenções de que, se necessário, usaria-se de todos os meios possíveis para se garantir o tráfico: “(...) mandou-se vir uma esquadrilha da marinha de guerra para ‘proteger’ o tráfico ou... bombardear a cidade dos revoltosos...” A participação dos negros cearenses nesse acontecimento foi decisiva para pôr fim ao embarque de cativos em Fortaleza.”<sup>13</sup>

Portanto, o conhecimento histórico é de fundamental importância para construirmos uma luta contra o racismo no Ceará. Desprezar este saber é fazer o jogo do inimigo. Infelizmente, é o que muitos estão fazendo já faz um bom tempo. É preciso romper com o fortalecimento ao projeto da branquitude e nos comprometer em construir um movimento negro forte e combativo.

---

<sup>13</sup> 30 de agosto - dia da resistência negra cearense, artigo publicado no Jornal **O povo** em 11/08/2016. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2016/08/11/noticiasjornalopiniao,3645946/30-de-agosto-u2013-dia-da-resistencia-negra-cearense.shtml>.

## POR UM MOVIMENTO NEGRO FORTE E COMBATIVO

“A união do rebanho obriga o leão a deitar-se com fome.”

"Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá em grupo." Provérbios africanos

O movimento negro<sup>14</sup> tem suas origens bem antes do Brasil surgir (ele estava presente no período colonial e nas primeiras décadas do império), ainda que, de forma precária e clandestina, nasce durante o período escravagista. Grandes personagens se insurgiram contra o sistema e impulsionaram o movimento negro. Dentre eles, um dos mais conhecidos foi Zumbi dos Palmares (líder do Quilombo dos Palmares). Os escravizados construíram diferentes formas de resistência, estas passavam das estratégias de negociação no cotidiano às revoltas urbanas e quilombagem (fuga para os quilombos e outros tipos de protestos) e do bandoleirismo (guerrilha contra povoados e viajantes) para rebelar-se contra a escravidão. Muitas destas revoltas e ações negras tinham na cultura africana suas referências. Na atualidade, tais referências foram esquecidas. Muita coisa mudou.

Procuró nesta parte, chamar atenção para que reflitamos sobre os problemas que impendem nossa atuação de ser mais aguerrida e resgatemos na história, estratégias de lutas que fortaleçam nossa ação hoje.

Em um livro chamado, *Atrás do muro da noite*, escrito por Joel Rufino dos Santos e William de Nascimento Barbosa<sup>15</sup>, há um artigo (capítulo 1) cujo o título: “Língua de Branco, língua de negro”, escrito por este último, que apresenta reflexões bem expressivas para as questões aqui tratadas: o “problema da identidade negra”.

O autor, neste capítulo, começa fazendo um questionamento sobre a visibilidade do Movimento Negro pela mídia e vários sistemas de dominação, como sendo algo recente, já que a presença do mesmo é bem anterior a contemporaneidade –se observarmos nos jornais do Séc. XVII, XVIII e XIX as ações coletivas dos negros africanos e crioulos eram quase inexistentes na imprensa. O mesmo ocorrendo nas primeiras décadas do Séc.XX. Sobre este fato o autor afirma:

Penso que esta difusão, este aparecimento na mídia, resulta da destruição do MN como potencialidade revolucionária, subversiva, condições que ele ostentou no passado. Agora ele é retomado a partir dos pontos-de-vista dos “brancos”, dos ocidentais, e por isso se torna passível de manipulação dos partidos políticos da superestrutura “branca”, da “cultura ocidental”, em contraposição à “cultura negra no Brasil”. Expressando-nos em ronga, uma das línguas de Moçambique, vamos ver que o MN de hoje é um movimento **Chilungu**, um movimento à europeia, em contraposição ao

---

<sup>14</sup> No início, definimos o que entendemos por Movimento Negro.

<sup>15</sup> BARBOSA, Wilson do Nascimento; SANTOS, Joel Rufino dos. **Atrás do muro da noite**. Dinâmicas das culturas afro-brasileiras. Brasília, MINC, Fundação Cultural Palmares, 1994.

que existiu antes, que era um MN **Valandi**, isto é, de negros para negros.<sup>16</sup>

A experiência que obtive todo esse tempo na luta contra o racismo no Ceará me leva a concordar com Wiliam de Nascimento Barbosa. Nossa ação não faz um arranhão ao sistema. Somos, no mínimo, tolerados.

Uma coisa que sempre me incomodou foi o fato de não construirmos uma pauta de luta e criar as notícias. Ficamos presos às datas comemorativas ou “agimos” somente quando alguém é discriminado racialmente (há aqui um ativismo ingênuo e muitas vezes irresponsável). Sim, coloco aspas. Por que? Por que na maioria dos casos de racismo há, nas primeiras reuniões, um número grande de pessoas que vão sumindo com o passar do tempo. Em muitos episódios isso esteve ligado à conjuntura de eleições, em que alguns negros (isso ocorreu com os homens) presentes na luta, abandonaram os encaminhamentos dos processos contra discriminação racial e optaram em fazer campanha para seus candidatos. Sem falar daqueles que muitas vezes, de forma tímida, aparecem em uma ou duas reuniões com aquele discurso inflamado e depois somem (alguns são conhecidos e percebe-se que se afastam por

---

<sup>16</sup> *Em ronga, xi-lungo ou chilungo é a língua, a cidade, e a maneira de viver dos brancos; e a ba-landi ou valandi significa o indivíduo dos rongas ou ladinos, o negro enfim. (nota do editor).* In, BARBOSA, Wilson do Nascimento; SANTOS, Joel Rufino dos. **Atrás do muro da noite**. Dinâmicas das culturas afro-brasileiras. Brasília, MINC, Fundação Cultural Palmares, 1994. pp. 12-24.

não conseguirem ter a visibilidade necessária e o controle da situação para fazer o teatro de “militante revolucionário” – a velha síndrome de messias<sup>17</sup>) só aparecendo no dia do ato e da ação. Para estes, a candidatura do partido é mais importante que a luta antirracista. Não é por acaso que o único processo que chegou ao STJ foi o do colunista Cláudio Cabral e a única entidade que acompanhou todo o processo foi o Grupo de União e Consciência Negra – Gruccon-CE.

Foi através deste processo que tive a experiência de observar que precisamos de um aparato jurídico e do quanto o judiciário é cúmplice e embranquecido. Por exemplo, o promotor público Marcos Renan, nas várias audiências que houve, estava conseguindo convencer o juiz de que naquele processo houve racismo. No entanto, dois dias antes do julgamento em primeira instância, fomos surpreendidos com a notícia de que o juiz tinha sido trocado e este novo juiz inocentou Cabral. O procurador então recorreu. Mesmo assim não adiantou: no Fórum Clóvis Beviláqua assistimos

---

<sup>17</sup> Há um comportamento cristão entre nós que está presente nas ações de muitos militantes negros, que é a busca constante de se destacar e ser visto como o salvador ou os salvadores (no caso da entidade) dos negrxs. Percebo que essa síndrome de messias é um obstáculo ao pensamento de construirmos uma organização que respeite e congregate a diversidade. Aqui entre nós, falo do Ceará, e especificamente de Fortaleza, temos negrxs que fazem um trabalho e são da periferia, de partidos políticos, de coletivos de cursos universitários, que atuam em quilombos, terreiros de umbanda e candomblé, mulheres negras, entidades tradicionais negras (MN) que não querem fazer parte de entidade A ou B. Entretanto, há aqueles que não respeitam tal opção e, assim como alguns evangélicos, acreditam que só na sua entidade há salvação.

sete juízes inocentarem novamente o racista com a desculpa de que o que o colunista fez, ao escrever numa coluna do jornal Tribuna do Ceará dizendo que “feijoada é comida de músicos baianos, negros e índios sub-raças evidentemente” fora apenas uma piada<sup>18</sup> que se diz em mesa de bar. Marcos Renan, então solidário e indignado recorreu ao STJ e lá, em última instância, perdemos novamente. Durante todo esse processo aprendi muito. Senti, portanto, a falta das cinco ou seis entidades que se diziam do Movimento Negro do Ceará. Percebi que temos que nos unir e nos tornar uma força política. Por esta e outras razões reitero minha concordância com a reflexão de Wilson do Nascimento quando este se refere a um movimento Valandi.

Nossas referências de táticas e estratégias de organização, lutas de movimentos contestatórios são todas ligadas a cultura branca ocidental. A forma como as entidades se estrutura é semelhante a uma estrutura partidária. Com pouca formação (quando

---

<sup>18</sup> O Prof. Dr. Adilson Moreira em uma entrevista a Carta Capital discordaria de imediato deste comentário do juiz que inocentou o colunista Cláudio Cabral ao reduzir a violência do racismo a uma simples piada. Isto apenas revela como através de piadas o racismo se naturaliza e se propaga em nossa sociedade. Adilson definirá essa prática de Racismo recreativo. Segundo este, essa forma de racismo se define da seguinte forma: o racismo recreativo designa uma política cultural que utiliza o humor para expressar hostilidade em relação a minorias raciais. O humor racista opera como um mecanismo cultural que propaga o racismo, mas que ao mesmo tempo permite que pessoas brancas possam manter uma imagem positiva de si mesmas. Elas conseguem então propagar a ideia de que o racismo não tem relevância social. Não podemos esquecer que o humor é uma forma de discurso que expressa valores sociais presentes em uma dada sociedade. Disponível: <https://www.cartacapital.com.br/justica/adilson-moreira-o-humor-racista-e-um-tipo-de-discurso-de-odio/>



tem), esta se limita a estudos sociológicos e políticos exclusivamente produzidos por autores brancos ocidentais (Não os desprezando. Alguns são importantes. Mas falo de nossa história). Há pouca preocupação com a história da cultura de resistência negra. No nosso caso, sobre as lutas dos negros e negras no Ceará contra as formas de opressão que procuravam reduzi-los/as unicamente a condição de escravos/as. Penso que tais obras e o conhecimento delas adquiridos não podem ser desprezados. As obras críticas (sociológicas, históricas e de ciência política) de autores brancos são interessantes e não devem ser colocadas de lado. Tal conhecimento e metodologia ali presente podem ser usados para investigar e resgatar nossa história e autores.

Vejo como urgente e necessário a leitura sobre a nossa história e sobre a luta de nossos antepassados para construirmos e fortalecermos uma cultura de resistência negra contemporânea no Ceará. As nossas referências tem que ser também a cultura africana e afro-cearense (que está presente nas pesquisas históricas organizadas em dissertações e teses) que merecem ser visitadas e lidas. Assim, penso que iniciaremos a construção e o fortalecimento da Consciência Negra.

A consciência negra é revolucionária. Ela é a responsável de estarmos sempre buscando formas de agir contra o racismo e de informações que nos fortaleçam. Ela é a geradora do *Negro mili-*

*tante* que desperta da falsa identidade de *militante negro*. E quem é o militante negro?

O militante negro é aquele que faz parte de partidos políticos e outros movimentos sociais e ao conhecer o MN, passa a ir nas ações e atos deste. Ele ou ela está mais comprometido com sua organização e/ou partido do que com o MN. Participa do MN para cooptar outras pretas e pretos para sua entidade. Não conhece nada de cultura negra, autores negros e da diáspora e sobre as lutas negras. Tem uma grande afinidade com as tradicionais lutas sociais. Jamais questionará que algum filósofo clássico moderno europeu tenha ideias racistas. Por serem articulados, muitas vezes alguns assumem postos de liderança nas entidades negras. Muitos deles possuem, por não conhecerem a fundo a luta racial, grande dificuldade em compreender que as contradições na sociedade brasileira são de raça, classe e gênero. O debate sobre identidade para eles é besteira.

Já o *negro militante*, pensa o contrário. Ele tem como fonte de fortalecimento a cultura negra e as entidades negras. Ele, quando milita em outras organizações como partidos, movimento estudantil e outros, leva as resoluções discutidas e aprovadas nos movimentos negros para dentro dessas entidades que também faz parte. Este age da forma inversa do militante negro. Compreende, assim como Steve Biko que

A Consciência Negra é, em essência, a percepção pelo homem negro [e a mulher negra] da necessidade de juntar forças com seus irmãos [e irmãs] em torno da causa de sua atuação – a negritude de sua pele – e de agir como um grupo, a fim de se libertarem das correntes que os prendem em uma servidão perpétua.<sup>19</sup>

É este tipo de militante que tem que ser criado e tornar-se presente. Nossa luta não é e nunca foi brincadeira. Estamos lutando porque o racismo no Brasil e, especificamente no Ceará, é o grande responsável pelo genocídio de nossa juventude. Estão matando nosso futuro. Porém, o negro militante não nasce de um estalar dos dedos. Ele é resultado de um processo de lutas, formações e atitudes sérias. Este negro militante tem grande relação com a proposta defendida de Movimento Negro Valandi apresentada por Wiliam do Nascimento Barbosa. Penso que estes se completam e se fortalecem dialeticamente. E o que seria o Movimento Negro Valandi? Segundo nosso autor:

A cultura negra **Valandi** é aquela elaborada pelos negros tal qual eles a produziram, ao chegarem ao Brasil, ao serem escravizados no Brasil, etc. Como se sabe, a inserção do negro – antes pertencentes a diferentes nações – no Brasil, é uma criação do Brasil, pelo negro. No período colonial, não ha-

---

<sup>19</sup> “A Definição da Consciência Negra”, escrito por Bantu Steve Biko, em dezembro de 1971. In: BIKO, Steve. **Eu escrevo o que eu quero**. São Paulo: Ática, 1990.

via Brasil fora da cultura do negro; e a cultura do negro era a cultura do Brasil.<sup>20</sup>

Ou seja, “o negro produzia a superestrutura, o ocidente produzia a infraestrutura”. A cultura colonial foi praticamente negra. Esta cultura negra continuou viva durante o período Imperial. Em Fortaleza, de forma específica, ela estava materializada na festa do Congo, na burrinha, no Samba de Umbigada, no Boi. A principal forma de luta contra o tráfico interprovincial teve sua base em um elemento fundamental da cultura tradicional africana – a questão do pertencimento.<sup>21</sup>

Estas formas de lutas reconstruíam a identidade negro-africana, ou afro-brasileira. Para Wilson,

A identidade assim forjada é nitidamente uma identidade revolucionária, uma identidade negra de novo tipo, um salto sobre o futuro. (...) Entende-se pois, a identidade do negro como uma autenticidade, e tal autenticidade como produção de uma intelectualidade própria, cujas representações da psicologia e da ideologia sociais configuravam o universo político e temporal da comunidade, em suas diferentes formas de existências. Esta

---

<sup>20</sup> BARBOSA, Wilson do Nascimento; SANTOS, Joel Rufino dos. **Atrás do muro da noite**. Dinâmicas das culturas afro-brasileiras. Brasília, MINC, Fundação Cultural Palmares, 1994. p. 12.

<sup>21</sup> Ver meu livro, **Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê...**: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011. Nesta obra mostro como a cultura africana serviu de instrumento de resistência contra o tráfico interprovincial.

era a identidade valandi, e esta era a intelectualidade valandi.<sup>22</sup>

À medida que fomos inseridos e integrados ao mundo dos brancos tais referências culturais e identitárias foram sendo deixadas de lado. Isto aconteceu não por que nossos antepassados desejavam, mas porque foram criadas, nas primeiras décadas do séc. XX, políticas de Estado que procuraram, pelo processo de invisibilidade imposto pelo embranquecimento e epistemicídio, combater tudo que estava ligado ao africano.<sup>23</sup> Este foi o preço que muitos dos que vieram antes de nós pagaram ao serem integrados a sociedade republicana.

Porém, esta dominação não foi integral. Durante um tempo os terreiros se tornaram o alvo de repressão diário do Estado racista brasileiro e em contrapartida o foco de resistência. É neste espaço que é preservada (não numa visão essencialista) uma memória coletiva e africana. Contudo, esta cultura tradicional africana tem forte ligação com uma religiosidade que é marcada pelo culto aos antepassados. É possível, numa lógica desta concepção tradicional africana de mundo, que estes, considerados nossos ancestrais divinizados, não deixariam isso acontecer de forma absoluta. Acei-

---

<sup>22</sup> BARBOSA, Wilson do Nascimento; SANTOS, Joel Rufino dos. **Atrás do muro da noite**. Dinâmicas das culturas afro-brasileiras. Brasília, MINC, Fundação Cultural Palmares, 1994. pp. 13 e 14.

tando esta concepção de cultura, nos é revelado *que nunca estamos sós*.

Talvez a necessidade e este sentimento (não essencialista) de resgate destas formas de luta (tendo a cultura negro-africana e afro-brasileira como base e referência) seja uma forma destes nos lembrarem que não podemos esquecer de onde viemos e de como nos fortalecer. O caminho inicial passa pela consciência de que “O grupo [a comunidade], para o africano, é significativo, pois nessa perspectiva se insere a dimensão da ancestralidade - o que sou hoje é resultado de muitos que existiram antes de mim”<sup>24</sup>.

Malcolm X, percebeu isso claramente quando, em um discurso afirmou que, *Nós não podemos pensar em nos unirmos com os outros até que sejamos primeiro unidos entre nós. Não podemos pensar em ser aceitável para os outros até que tenhamos primeiro provado aceitável para nós mesmos*. Aqui está nosso maior desafio. Desafio por quê?

Por que a dificuldade de nos unir é produto do racismo. Se não conseguirmos criar um sentimento de comunidade através de *laços de sociabilidade e solidariedade entre nós*, superando nossas divergências e aprendendo (como os nossos no passado) a conviver

---

<sup>23</sup> Ver cap. 4, "Uma transfusão de Sangue melhor" O branqueamento, 1880 - 1930. In: ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina (1800-2000)*. Trad. Magda Lopes. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2007.

<sup>24</sup> Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê...": escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011. Pags. 79-80.

com os diferentes e entendendo que há um inimigo comum muito mais perigoso (o racismo estrutural e institucional materializado na violência policial, no desemprego, na falta de moradia e etc.); estaremos neste ponto, reforçando aquilo que combatemos. Precisamos perceber que o racismo está em nossa cabeça, em nossa vida. Isto é o que mais dificulta nossa percepção de uma luta radical. Portanto, precisamos descolonizar a mente através de um saber afrocêntrico. Contudo, não será uma jornada nada fácil.

Vivemos em uma sociedade que foi construída e estruturada através dos valores brancos. Uma sociedade que se beneficia da exploração dos negros e índios e confere poder aos brancos. Por isso, falamos em branquitude e ideologia do embranquecimento. Aqueles que dominam jamais criariam mecanismos que dessem aos dominados a capacidade de se empoderarem. Temos que ter muito cuidado com as formas e expressões que usamos para nos analisarmos. Muitas vezes tais palavras trazem, de propósito, significados pejorativos que nos diminuem. Na maioria das vezes, não investigamos e nem refletimos sobre tal situação. Um dos nossos grandes entraves é justamente o de nos orgulharmos de sermos o que somos. Esta é a porta de entrada para o mundo maravilhoso da negritude. Mas, para entrarmos temos que nos aceitar.

É nos anos 1950 e 1960 que nos EUA, Caribe e África do Sul teremos um movimento que discutirá de forma positiva o significado de Negritude e Negro ou Black. Daí, termos nos EUA e

África do Sul o slogan: *Black is beautiful* (Negro é lindo). Dizer que ser Negro é algo lindo é dar um significado positivo a uma palavra que dentro da sociedade branca ocidental traz uma carga de definições extremamente pejorativas. Uma carga de sentidos que parecem ou nos é apresentada como naturalmente negativa. Será que de fato é? Vejamos com mais cuidado isso.

### **Os significados de negro e de branco**

As palavras segundo, Nietzsche, sempre foram inventadas pelas classes superiores e, assim, não indicam um significado, mas impõe uma interpretação.<sup>25</sup>

Partindo de Nietzsche e desenvolvendo uma investigação sobre as palavras que frequentemente são usadas em nosso cotidiano para discriminar e inferiorizar os negros dispersos pelo mundo e, especificamente no Brasil, veremos o quanto foi/é intencional a afirmação do racismo ainda hoje nesse país.

Para iniciar nossa reflexão (seguindo o caminho apontado pelo filósofo alemão Nietzsche) gostaria de afirmar que os argumentos aqui apresentados terão como referência a análise desenvolvida por Clyde W. Ford<sup>26</sup> em seu livro *O Herói com rosto africano: mitos da África*, onde examina o significado das palavras

---

<sup>25</sup> Os pensadores. Nietzsche. Pág. XIII.

<sup>26</sup> FORD, Clyde W. **O Herói com rosto africano: mitos da África**. São Paulo. Summus. 1990. Págs.34-40.



**negro** e **branco** a partir de uma perspectiva da mitologia. O resultado é de uma riqueza ímpar para o que se propõe fazer aqui.

No capítulo, *As vozes dos ancestrais*<sup>27</sup> Clyde W. Ford desenvolve uma abordagem diferente das que estamos acostumados a ler, quando busca entender as origens dos significados que as palavras negro e branco exprimem.

Clyde inicia sua reflexão tendo como referência um fato vivido por Malcolm X<sup>28</sup> quando este buscou no dicionário a definição de negro:

*Sente-se que ele [Malcolm X] percebe de imediato o imenso fardo carregado pelos afro-americanos relacionando semântica e valores culturais; toda definição de **negro** é negativa, enquanto toda definição correspondente de **branco** é positiva. Substitua qualquer dos sinônimos para a palavra **negro** encontrado no dicionário para a expressão “povo negro”. Assim você terá uma idéia do poder oculto nos termos que usamos ao nos referirmos a nós mesmos e aos outros. Mas nós, como Malcom, fechamos o dicionário e aceitamos as definições, deixando de perguntar por que será que **negro** e **branco** carregam pesos tão diferentes.*

A situação é ainda mais grave se pensarmos em todos os países no qual a cultura ocidental é marcante. Digo isso por compreender que a cultura ocidental é a grande responsável pela sobrevivência desses significados ao longo dos séculos e no presente.

---

<sup>27</sup> FORD. 1990.

<sup>28</sup> Ativista negro assassinado na década de 60 nos Estados Unidos. Ver filme Malcom X.

Arraigados na cultura dessas sociedades e presente em todo tecido social, tais significados passam, através de estigmas, a produzir práticas sociais que procuram desrespeitar as pessoas de pele escura, independente do sexo, idade, posição social e escolaridade.

Negros, por esta razão, serão negados em sua totalidade. No caso de famílias negras ricas (caso de outras sociedades como a americana) e de classe média há uma certa ingenuidade e equívoco por muitas pessoas acreditarem ser esta condição social um importante obstáculo a uma ação preconceituosa e discriminatória. Grande engano. Na verdade, tal posição se torna um simples fator inibidor, disfarçado de tolerância. Geralmente, em situações de conflito e/ou numa brincadeira (piadas) esses estigmas surgem seguidos, no caso do conflito, de forma impensada — inconsciente. Já no caso da brincadeira, primeiro vem (e quando vem) o constrangimento por perceber que tem um negro presente, acompanhado de um aviso direcionado para tal pessoa: “não é com você”; e quando há uma reclamação, vem a famosa frase: “não...eu não sou preconceituoso(a) tenho até um amigo ou parente negro!”. Estas são situações comuns e provocadas por esses significados e que no Brasil são bem frequentes.

Nos dicionários brasileiros essas definições e significados não são muito diferentes daquelas que Malcolm leu, como se pode ver:

*Negro... lígubre; sinistro, fúnebre; triste; execrável; nefando; odioso; maldito; desprezível, indigno; amargurado; trabalhoso, penoso; Branco...que tem a cor de neve ou de leite; com perfeição...<sup>29</sup>*

Estas são algumas definições que encontramos num glossário na internet. Percebe-se de imediato o peso das diferenças de significado. Não há dúvida de que essas são as mesmas definições que Malcolm encontrou. Como temos uma diversidade de dicionários espalhados pelo Brasil, haverá diferenças de um para outro, havendo poucas ou muitas alterações, mas com a permanência do mesmo sentido. Observe que a definição acima se encontra disponível e reproduzida atualmente na internet — um sistema de informação global.

Não há interesse na desconstrução desses significados. Na verdade, o que há é o interesse em perpetuar essas expressões na sociedade com a finalidade de parecerem naturais. Desse modo, os preconceitos se propagam e se reproduzem em todo país atuando de forma distinta com grande poder e força nos “corações e mentes” de negros e não-negros, produzindo e reproduzindo assim, tipos diferentes de brasileiros.

Isso pode ser muito bem observado. Existem aqueles que são vistos diariamente como descendentes de escravizados, por isso são marginalizados, e não por acaso compõem a maioria da

---

<sup>29</sup> [http://www.priberam.pt/dlpo/definir\\_resultados.aspx](http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx)

população pobre, estando presentes de forma significativa nos presídios e nas favelas de todo o Brasil<sup>30</sup>.

Este cenário de verdadeira *hegemonia da miséria* é muitas vezes usado para legitimar as expressões negativas construídas historicamente. A causa desta realidade pouco percebida por militantes ativistas e intelectuais brasileiros, é justificada por políticas de exclusão social. Raça e classe aqui se articulam sem a mínima contradição.

Para quem ainda não compreendeu o que seja raça e classe usaremos uma explicação do ganense pan-africanista e socialista Kwame Nkrumah:

*Qualquer situação histórica produz a sua própria força dinâmica. Na África, os estreitos laços entre os problemas sociais e raciais nasceram da exploração capitalista: a escravatura, as relações senhor-servo e a mão-de-obra barata são disso exemplos fundamentais.*

*Um exemplo clássico é a África do Sul e a dupla exploração, de classes e racial, que sofrem os Sul-Africanos. Esta situação repete-se nos Estados Unidos, nas Antilhas, na América Latina e por toda a parte onde o desenvolvimento das forças de produção engendrou uma estrutura social racista. Nestes*

---

<sup>30</sup> De acordo com o Infopen, um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro desenvolvido pelo Ministério da Justiça de 2018: Entre os presos, 61,7% são pretos ou pardos. Vale lembrar que 53,63% da população brasileira têm essa característica. Os brancos, inversamente, são 37,22% dos presos, enquanto são 45,48% na população em geral. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>

*países, a posição social é função do grau de pigmentação da pele. A cor serve para avaliar o lugar ocupado na hierarquia social.*

*Os sistemas sociais baseados na discriminação racial são o resultado de um desenvolvimento econômico capitalista, e não da colonização. Porque aí a exploração social está baseada numa discriminação racial; nestas sociedades a exploração capitalista e a opressão racial andam de mãos dadas. Para pôr fim a isso basta abolir um destes tipos de exploração.*<sup>31</sup> (Grifos meus).

No Brasil atual ainda há resquícios da ideologia escravista no tocante as ideias sobre negros. Estas se acomodaram bem ao novo regime e a nova organização social e econômica que precedeu ao escravismo no Brasil. A elite brasileira, na busca de preservar seus privilégios procurou sempre adaptar suas ideias à realidade. É claro que sem se desvencilhar completamente de uma mentalidade colonial. Portanto, conservaram-se antigas visões de mundo em um novo tempo. Isto gerou um conjunto de políticas que caminharam para uma preservação, até os dias atuais, dos direitos e regalias dos antigos senhores de escravos aos seus descendentes. Em contrapartida, garantiu que a maioria da população brasileira se

---

<sup>31</sup> Classe e Raça. In: NKURUMAH, Kwane. **A luta de classe em África**. Livraria Sá da Costa Editora. Tradução de Maria Nazaré Campos da edição Panaf Books. 1970.

limitasse ao lugar definido por ela através de políticas de exclusão — favelas, presídios, palafitas, cortiços e a rua.

Como se pode notar, a simples ação passiva em aceitar (sem questionar!) as diferentes significações sobre negro e branco no dicionário leva a resultados preocupantes. Mas, poderíamos, caso não fossemos conformados, nos perguntar se a palavra negro possui realmente esses significados negativos. É o que procuraremos demonstrar adiante. Retornemos a Clyde W. Ford.

Clyde, em sua crítica, propõe que, já que não fazemos perguntas sobre porque negros e brancos carregam em suas vidas pesos tão diferentes e quando analisamos esta temática nunca vamos, em nossas análises, além das abordagens da História da Raça, da Política, da Sociologia, Economia e da Psicologia Racial, que se busque algo novo. Após esse comentário somos advertidos que sua meta será investigar a *origem e o poder simbólico* dessas duas palavras a partir do contexto da mitologia.

O início dessa aventura em rastrear as origens do uso moderno da palavra **negro** e **branco** tem como ponto de partida o Oriente Médio, Séc. VI a.C. na antiga Pérsia (atual Irã).

Na Pérsia antiga, o zoroastrismo tornou essencial em sua mitologia à distinção e o conflito entre a população negra e branca. Segundo Clyde:

*Zaratustra, o criador dessa doutrina, afirmava que existem basicamente duas forças em vigor no mundo: Ahura Mazda e os deuses benévolos da luz; e Angra Mainyu e os deuses malévolos das trevas (também chamados de dev). Essas duas forças têm-se enfrentando desde o início da criação, mas o deus da luz acabará triunfando sobre o deus das trevas, e é dever do homem de bem identificar-se inequívoca e inteiramente com as forças da luz.*<sup>32</sup>

Observando esses ensinamentos tem-se uma ideia de como, simbolicamente, isso será utilizado. E mais, qualquer semelhança com uma religião muito conhecida de todos não é mera coincidência.

Essas ideias, segundo Clyde<sup>33</sup>, tiveram forte pressão sobre o conflito entre o bem e o mal e influenciaram “a mitologia que sustenta todas as religiões dos filhos de Abrão — as ‘Três Grandes’ religiões da civilização ocidental: cristianismo, judaísmo e islamismo. O *Avesta*, texto sagrado do zoroastrismo, pintou esse conflito em preto-e-branco.”<sup>34</sup> Portanto, já no período em que se intensificaram os contatos entre África e Europa, séc. XV e XVI, uma mitologia de deificação e demonismo, já estava bem consolidada: os deuses possuíam a pele branca e os diabos/demônios a pele negra.<sup>35</sup>

---

<sup>32</sup> FORD, Clyde W. **O Herói com rosto africano**: mitos da África. São Paulo. Summus. 1990. p. 35.

<sup>33</sup> Idem, 1990.

<sup>34</sup> FORD. p. 35

<sup>35</sup> Idem, 1990.

Ao longo da História do ocidente, essa simples ideia mitológica é incorporada à cultura ocidental, provocando no campo das relações sociais o conflito entre brancos e negros. Essas ideias passam a estar presentes e a influenciar todo o conjunto dos padrões de comportamento, das crenças, valores morais e instituições sociais. Uma cultura mitológica que nos aflige até hoje e que continua bem viva - como se pode ver nas páginas dos dicionários e atualmente na Internet.

Essa é a realidade que nos foi imposta e que nos faz acreditar que é natural, já que, pela força ideológica, simbólica e política está presente em toda sociedade. Felizmente há pessoas que não se acomodam com uma realidade aparentemente padronizada, natural e insistem em ir adiante buscando novas abordagens.

Nessa perspectiva Clyde<sup>36</sup> depara-se, em sua pesquisa, com uma genealogia bem mais autêntica da palavra negro [Black, em inglês]:

*O dicionário Webster's não registra nenhuma derivação anterior à palavra **blah** do alto alemão antigo, mas menciona a provável relação com a palavra latina **flagare** e a grega **phlegein**, ambas com o significado de "queimar". Mas outros lingüistas rastream a palavra negro como cor, na raiz grega **melan**, da qual derivamos a palavra moderna **melanina** (o pigmento da pele predominante nas pessoas negras). Melanto, deusa grega, por exemplo, é ligada à negrura da terra fértil.*

---

<sup>36</sup> Ibidem, 1990.



*Mas, ai vem a surpresa, por que esses termos relacionados com raiz da palavra **melan** podem derivar ainda de uma palavra egípcia que se escreve **M3nw**, que significa “Montanha do Oeste”.<sup>37</sup>*

Partindo dessa reflexão inicial Clyde amplia suas descobertas no campo da mitologia na busca da construção do significado do termo negro. A interpretação que faz da questão acima é bem interessante no sentido de associar o termo “*Montanha do Oeste*” ao pôr do sol. Na verdade, o sol desaparece por detrás das montanhas a oeste, deixando espaço para o surgimento da noite. O sol move-se devagar na escuridão mítica do mundo debaixo. Essa passagem é decifrada como:

*A viagem do sol para o mundo debaixo é, então, especificamente relacionada aos ciclos de morte e renovação da vida: o ciclo diário da consciência humana do mundo iluminado pelo dia para o mundo escuro dos sonhos, de onde retorna outra vez; o lançamento de semente ocorre na escuridão fértil da terra, ou seja, no útero da mulher; assim é a jornada que a alma humana deve empreender para realizar sua própria natureza divina.<sup>38</sup>*

Em sua viagem pela mitologia ele encontra essa mesma interpretação na cultura budista. Amitabha, por exemplo, o venerado “Buda da luz infinita é associado a esse movimento do sol po-

---

<sup>37</sup> FORD. pp. 35 e 36.

<sup>38</sup> FORD. p. 36.

ente para o oeste; ele manifesta compaixão infinita por todo o tipo de vida e encarna na terra na figura do Dalai Lama.<sup>39</sup>

A análise vai se tornando mais interessante à medida que a interpretação vai sendo enriquecida com outras considerações sobre o significado do sol se pôr no Oeste. São os relatos sobre a deusa egípcia do céu - Nut, que engole simbolicamente o sol no Oeste e o carrega numa gravidez durante toda a noite e o faz nascer novamente no Leste. Visto, portanto do ponto de vista da mitologia africana e de outras mitologias fora do ocidente, **negro** não possui, inerente ao seu significado, uma conotação negativa; pelo contrário, “o reino do mundo de baixo é visto como uma possibilidade real de passagem para o mundo de cima.”

O autor, no entanto, sugere que esses novos sentidos que foram encontrados para a palavra **negro** sejam utilizados na expressão **povo negro**. O resultado impressiona:

*Um povo das montanhas do oeste; um povo do pôr do sol; um povo do período dos sonhos; um povo da terra semeada; um povo do útero fecundado; um povo em viagem pelo mundo debaixo em direção à realização divina; um povo de luz infinita; um povo de infinita compaixão.<sup>40</sup>*

---

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> FORD. p. 37.

Sua abordagem não termina aqui. Em outro momento do texto o autor se apropria da palavra **Niger** que é outra expressão na cultura ocidental de origem latina, na qual deriva-se o vocábulo **negro**. O procedimento é semelhante ao utilizado quanto à expressão **Black**. Segundo o autor,

*Também aqui a mitologia revela uma palavra cuja graça, força e beleza se perderam há muito tempo. Dizia respeito ao nome **Nigretai**, um grupo étnico temido de guerreiros da Líbia, admirados pela beleza de sua pele negra. Mas a origem de todas essas palavras é uma raiz sem vogais semíticas, **ngr**, que tem o significado poético de “água que corre areia dentro”.<sup>41</sup>*

Usando o mesmo procedimento acima, que seria o de empregar a esses novos sentidos a palavra “povo negro”, observa-se o quanto, surpreendentemente, o seu significado revelou uma definição positiva e bela, a saber: *...povo da água que corre areia a dentro — uma imagem maravilhosa do poder da água em trazer a vida à terra árida.*<sup>42</sup>

Sobre o simbolismo poético das águas Gaston Bachelard acrescenta: *Uma gota de água poderosa basta para criar um mundo e para dissolver a noite. Para sonhar o poder, necessita-se*

---

<sup>41</sup> Idem. p.36

<sup>42</sup> FORD. p.38.

*apenas de uma gota imaginada de profundidade. A água assim dinamizada é um embrião; dá à vida um impulso inesgotável.*<sup>43</sup>

Em qualquer ritual religioso do Candomblé no Brasil ou em África:

*(...) a água tem significado de purificação, de mudança de estágio religioso nos processos iniciáticos. Como banho ritual para apaziguar, acalmar (Omi ero, água que acalma), a água é utilizada em meio a todo um cerimonial de celebração, que visa a potencialização, otimização e dinamização do àse, da vida e da existência, enfim. O Ano Litúrgico, nas tradicionais comunidades-terreiros da Bahia e de outros estados do Nordeste, começa pelo ciclo das águas de Òsàlá (Ibidem, pág. 59)*<sup>44</sup>

Como podemos observar a água é vista como fonte da vida e a ela estão relacionados vários adjetivos que lhe dão uma qualidade positiva como: purificação, potencialização, otimização e dinamização. Tudo isso está ligado ao significado da palavra **Niger** da qual deriva o termo Negro.

Nessa perspectiva, a análise de Nietzsche é procedente quando alerta sobre as imposições das interpretações das palavras. O filósofo alemão em um momento de sua vida resolve estudar em uma de suas obras<sup>45</sup> a morfologia das palavras bom e mau. Ao de-

---

<sup>43</sup> BACHELARD, G. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.10.

<sup>44</sup> SANTOS, J.E. dos. **Os nagô e a morte**. 6.ed. Petrópolis. Vozes, 1993. p. 39

<sup>45</sup> NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**. (tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

envolver um estudo dessas palavras na língua alemã e latina, descobre que palavra alemã *schlecht* (mau) é idêntica à *schlicht* (simples). Ao concluir tal estudo, observou que as expressões *schlichtsweg* (simplesmente) e *schlechterding* (absolutamente), trazem, desde suas origens, a função de designar o homem simples, plebeu. Isso revela que a classe dominante acabou associando a classe plebeia ao conceito daquilo que é mau – o oposto, a antítese da classe nobre. Por isso, os homens que se sentem e são privilegiados (classe nobre) é que espelham o conceito de ‘bom’.<sup>46</sup> Os significados se alteram no tempo e são utilizados com finalidades práticas.

Como se viu, há uma distância grande dos significados trazidos e analisados aqui relativos à expressão – Negro, e consequentemente, Povo Negro. Observando novamente a versão negativa: *lúgubre; sinistro, fúnebre; triste; execrável; nefando; odioso; maldito; desprezível, indigno; amargurado; trabalhoso, penoso; e a que fora resgatada por Clyde W. Ford: um povo das montanhas do oeste; um povo do pôr do sol; um povo do período dos sonhos; um povo da terra semeada... Povo da água que corre areia a dentro*, teremos diferentes significados sobre o termo negro.

---

<sup>46</sup> A genealogia de Nietzsche, escrito por Gilson Luiz Corrêa. Disponível: <https://blogdoenem.com.br/a-genealogia-de-nietzsche-filosofia-enem/>.

Novamente concordo com Nietzsche, quando este afirma que as elites são os grandes responsáveis por essa imposição de significados, prossigo chamando a atenção para o fato de que essas expressões associadas a práticas sociais, passam a desenvolver em crianças e adultos negros(as) um constante sentimento de autonegação, cotidianamente responsável por reforçar um perverso contexto excludente e racista que não é discutido e combatido como deveria ser.

Na verdade, os negros e negras são vítimas diárias de políticas sociais e ações racistas que os excluem do mercado de trabalho e do direito a uma vida digna. De fato, essas questões, que são vistas como simples aos olhos dos que estão numa situação privilegiada, não passam de fatos que podem ser resolvidos com uma repreensão. Para aqueles que a vivem na pele e na alma, essa situação tem que ser vista como uma ação criminosa e punida pela lei.

Os significados negativos atribuídos à palavra negro ou negra nos dicionários atuais devem ser vistos como parte de um todo que se articula a um conjunto de ações sociais historicamente construídas, cuja finalidade seria impedir que um conjunto grande da população brasileira não tenha acesso a direitos fundamentais na sociedade.

Enfim, busquei aqui trazer algumas inquietações que tenho já há algum tempo ao observar um movimento negro no Ceará fraco e sem proposição. Espero que as questões aqui apresentadas

provoquem um debate positivo que aponte para a construção de ações fortes e maduras contra as práticas racistas que tanto nos limitam neste Estado.

**AMANDLA !!!!!**

## **Movimento Negro, Quilombos e Democracia: trajetórias de lutas**

RODRIGUES, Vera.

Instituto de Humanidades – Programa Associado de Antropologia UFC-UNILAB

Unilab – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Já vai longe o ano de 1988 quando se instaurou no Brasil os debates e embates entre legisladores, constituintes, antropólogos, historiadores e militantes sobre as controvérsias em torno da categoria quilombo. Era um contexto de questionamentos, ressignificações e interpretações para algo visto como novo, surgido da efervescência do momento vivido no país. Momento este de pós-democratização com a retomada dos movimentos sociais na arena política, acirramento das demandas por cidadania e surgimento de novos sujeitos de direitos, no caso, as comunidades quilombolas na legislação brasileira. Era o tempo de criação da FCP – Fundação Cultural Palmares (1988) destinada à certificação das comunidades quilombolas e à promoção do patrimônio cultural negro. Hoje, décadas depois, a existência da FCP é uma incógnita em um con-



texto de retomada da luta em prol da democracia e direitos conquistados na Constituição Federal de 1988, entre estes o artigo 68 que garante o reconhecimento dos direitos territoriais quilombolas. São três décadas marcadas por uma trajetória que aproxima o movimento negro brasileiro, em toda sua diversidade e complexidade, das lutas que demarcam a própria trajetória da população negra nesse país. Assim, em tempos de negação da memória oficial, do anti-intelectualismo e das *fake news*, nos cabe, enquanto intelectuais, ativistas ou simplesmente negros(as), reiterarmos o registro e o valor dessa trajetória que nos constitui, enquanto sujeitos que sabem de onde vieram e, portanto sabem para onde vão. Assim, essa escrita se propõe a enfatizar o papel que o movimento negro vem exercendo na conjuntura social brasileira.

Partindo desse viés de retomada, não com a preocupação de construir um quadro histórico-social sobre movimento negro e/ou quilombos na literatura existente, mas buscando lançar alguns elementos que contribuam para a análise das lutas protagonizadas por sujeitos e organizações negras. Nessa retomada privilegiam-se atores e contextos que motivados por similaridades ou oposições, dialogam na elaboração de conceitos e representações sobre quilombos no Brasil, sendo assim vamos buscar na antropologia, na história e no movimento social negro as vozes e olhares que vêm construindo essa trajetória. Um caminho possível para começar é o proposto nas análises de um historiador (GOMES, 1996) e um his-

toriador e antropólogo (ARRUTI, 2003), já que em ambos há o diálogo com as diferentes interpretações sobre quilombos no Brasil.

Tomando por base a análise histórica primeira, o autor se propõe a perceber, repensar a construção de símbolos de identidade étnica, a partir de “categorizações”, “conceitos”, “representações” e “significados” que o termo quilombo suscita no pensamento social e militante. Por essa via ele classifica duas correntes interpretativas: a culturalista e a materialista. Na primeira está presente a ideia de quilombos como “persistência da cultura africana”, “recriação de Estados Africanos” e “reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos” no país sob a ótica dos clássicos dos anos 30<sup>47</sup>.

Na contramão da vertente culturalista há a ênfase na resistência produzida na fuga e resistência ao trabalho escravo. Nessa linha materialista, Gomes (1996, p. 201), destaca a obra de Clóvis Moura (1925-2003)<sup>48</sup>, especialmente entre os anos cinquenta e oitenta, que, parafraseando o próprio Moura, pretende “restaurar a verdade histórica e social desfigurada por inúmeros estudiosos”. Permeando essa interpretação, além da ideia da resistência, está o aquilombamento como representativo da não passividade diante do

---

<sup>47</sup> Nesse escopo culturalista estão os trabalhos de Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edison Carneiro e Roger Bastide.

<sup>48</sup> O autor cita “Rebeliões da Senzala – quilombos, Insurreições e Guerrilhas” (1972), outro livro interessante para se perceber essa vertente é “Quilombos – Resistência ao Escravismo”, editora. Ática, (1993).

sistema escravista. Esses pressupostos da resistência estarão na análise de Arruti (2003, p. 12-13) que, também, enfatiza a dimensão da cultura, enquanto uma possibilidade de “continuidade com a África” e da política, expressa pelo foco nas “relações de poder” e “difusão do arcabouço marxista na historiografia e nas ciências sociais”<sup>49</sup> e acrescenta a dimensão da resistência racial, trazida pelo movimento social negro.

Antes de adentrarmos na dimensão da resistência racial, cabe trazermos algumas noções sobre o que se está entendendo por Movimento Social e precisamente por Movimento Negro. Por movimento social, assumimos a ideia de fenômeno dinâmico, processual, que reúne indivíduos de forma contínua e organizada em prol de perspectivas de mudanças sociais. Nesse sentido, adotamos no âmbito deste estudo, o enfoque trazido por Melucci (1994) no qual a ideia de ação coletiva perpassa a noção de solidariedade<sup>50</sup> entre os indivíduos, conflito e transgressão do ordenamento social como pluralidade de dimensões analíticas que orientam a análise dos movimentos sociais. Transpondo essas dimensões para uma análise do Movimento Negro e dos territórios quilombolas, talvez, possa-

---

<sup>49</sup> Além de trazer a obra de Clóvis Moura como referência o autor também retoma a contribuição de Décio Freitas com “Palmares – A Guerra dos Escravos” (1990 [1978]) e diferentemente de Gomes (1996) o autor considera a obra de Edson Carneiro, dentro da ótica de resistência política com “O quilombo dos Palmares” (1988 [1958]).

<sup>50</sup> Por “solidariedade” o enfoque compreende a capacidade dos atores sociais de reconhecerem e serem reconhecidos como partes de uma unidade social.

mos estabelecer um parâmetro entre os atos de reconhecer a si e ao outro como atos inclusivos de pertencimento ao grupo social.

Por conta disso, o conflito instaura-se quando, na ordem social vigente, ocorre a resistência ou mesmo negação de demandas e reivindicações sociais e políticas que tenham na base esse reconhecimento e pertencimento orientado por uma dimensão étnica, já que ao nível das relações institucionais e interpessoais esse pleito é ilegítimo, sendo assim há uma tomada de posicionamento transgressora dessa ordem social.

Em relação ao Movimento Social Negro, temos nas contribuições de Marcos Cardoso (2002) e Abdias do Nascimento (2000), ambos intelectuais-militantes, talvez representantes de duas gerações da militância negra no país, olhares que se cruzam, negam, re (escrevem) e revelam interpretações complexas e diferenciadas sobre a construção, lógica e estratégias do Movimento Negro no Brasil, a partir do marco histórico da experiência quilombo-la e das lutas sociais contemporâneas. A opção por trabalhar a partir desses autores, ainda que correndo o risco de personalizar ou dar um caráter difusionista ao tema, se insere no propósito de perceber a ressemantização conceitual e política da categoria quilombo, ao longo das construções da intelectualidade e militância negra à luz dos acontecimentos significativos que procuram ilustrar não de forma rígida e estanque as linhas demarcatórias entre um tempo

cronológico e simbólico que antecede, mas também perpassa o debate contemporâneo.

### **Entre os anos 30 e 60: Quilombo e História**

O “velho militante”<sup>51</sup>, Abdias do Nascimento, inscreve o referencial do Movimento Social Negro na “tradição de luta quilombola”, Nascimento (2000, p. 204), a partir da sua trajetória política e intelectual<sup>52</sup>, iniciada nas organizações negras dos anos vinte e trinta do século XX, e não apenas a partir dos anos setenta com os protestos político-raciais, conforme veremos na análise de Cardoso (2002). Outro dado interessante é perceber que há na própria experiência de constituição e ação dos movimentos, toda uma diversidade de estratégias que se opõe a uma visão monolítica ou estática inscrita na trajetória das entidades organizadas, neste mesmo sentido, o termo “Quilombo” adquire significados diversos para esses intelectuais-militantes.

Situando essa problemática no início no século XX, mais precisamente nos anos 30, com o surgimento em São Paulo da

---

<sup>51</sup> Expressão cunhada por Cuti e Leite (1992); Ver Cuti, L. S. & Leite, J. C. 1992. “E disse o velho militante”, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

<sup>52</sup> Abdias, hoje com 91 anos, traz na sua biografia uma formação teórica com o sociólogo Guerreiro Ramos (1957), histórias de exílio político (1964) e carreira parlamentar (1983), além da notória fundação da Frente Negra Brasileira (1931), Teatro Experimental do Negro (1944) dentre outras entidades. Entre as publicações que evidenciam sua trajetória figura “Dois Negros Libertários – Luiz Gama e Abdias do Nascimento”, editada em 1985 pelo IPEAFRO – Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, fundado pelo próprio Abdias do Nascimento.

FNB – Frente Negra Brasileira<sup>53</sup> (1931), a qual era ideologicamente nas palavras de Guimarães (2002, p. 87), “uma organização étnica que cultivava valores comunitários específicos, recrutando e identificando com base na ”cor” ou “raça” e não na “cultura” ou nas “tradições”, buscando afirmar o negro como “brasileiro” e denunciando o preconceito de cor”, ou ainda, como coloca Nascimento (2000, p. 206), “a maior expressão da consciência política afro-brasileira da época”.

Nos anos 40 surge o TEN – *Teatro Experimental do Negro* (1944), o qual não buscava arregimentar massas como a FNB, mas organizar uma ação com significação cultural, valor artístico e função social. Isto não quer dizer que ambas as experiências não partilhassem da ótica do enfrentamento, daquilo que Nascimento (2000, p. 206) chama de sistemática segregação e exclusão à base de critérios raciais ou gritos de protesto. Há dois momentos que refletem esse enfrentamento na trajetória dessas entidades. O primeiro se dá em 1938, quando a FNB ainda que considerada ilegal pela ditadura do Estado Novo, não paralisou suas atividades e mobilizou-se contra a proibição policial do *footing*, o que consistia no costumeiro passeio dos negros paulistanos aos domingos pelas

---

<sup>53</sup> A FNB reuniu mais de 200 mil negros, número considerável para população do Brasil que era menos de 40 milhões de habitantes naquela época. Fonte: “Movimentos Negros, Sociais e Políticos no século XX” Coletânea de Obras de autores diversos, utilizada como material didático do “Projeto Universidade Livre”, realizado pelo CECUNE – Centro Ecumênico de Cultura Negra, RS, 2001.

calçadas do centro da cidade, e que estava “incomodando” os lojistas locais segundo argumentado na época. Outro momento de destaque, quase dez anos depois do evento da proibição do *footing*, foi a discriminação sofrida pela antropóloga negra norte-americana Irene Diggs (1906-1998)<sup>54</sup> que foi barrada em um hotel carioca, gerando um exemplar caso de segregação denunciado na ocasião.

Porém, enquanto a FNB conserva, nas palavras do velho militante, um caráter de luta integracionista que buscava o lugar do negro na sociedade brasileira, percebe-se que no TEN o discurso contém um apelo à identidade cultural do negro, através do reconhecimento do valor civilizatório da herança africana e da personalidade afro-brasileira. Juntamente com o TEN, constitui-se outro instrumento de intervenção social dentro da experiência de uma imprensa negra<sup>55</sup>. Assim teremos o jornal *Quilombo*, que além de enfatizar a sociabilidade e o discurso antirracista, agrega no olhar de Guimarães (2003, p. 37-38), a inserção da *intelligentsia* negra brasileira no cenário nacional, tornando-se responsável pela forma-

---

<sup>54</sup> Sobre Irene Diggs consta que foi assistente de Du Bois e concentrou estudos na área de cultura latino-americana e sociedade, especialmente quanto a influência africana em países como Cuba. Para maiores dados, uma fonte possível citada em sites biográficos é: Bolles, A. Lynn, 1999. Ellen Irene Diggs: Coming of Age in Atlanta, Havana, and Baltimore. In *African-American Pioneers in Anthropology*. Ira E. Harrison and Faye V. Harrison, eds. Pp. 154-167. Urbana: University of Illinois Press.

<sup>55</sup> Por imprensa negra, estamos entendendo os veículos de comunicação criados e mantidos por grupos negros, em todo o país, na primeira metade do século XX.

ção de uma negritude brasileira e nacionalista calcada em uma identidade racial e cultural singular.

Nós saímos – vigorosa e altivamente ao encontro de todos aqueles que acreditam, - com ingenuidade ou malícia -, que pretendemos criar um problema no país. A discriminação de cor e de raça no Brasil é uma questão de fato (senador Hamilton Nogueira). Porém a luta do QUILOMBO não é especificamente contra os que negam nossos direitos, senão em especial para fazer lembrar ou conhecer ao próprio negro os seus direitos à vida e à cultura. (QUILOMBO, nº 5, 1950, p.4).

A posição externada nessa apresentação reflete um tom de discurso mais politizado e nacionalista, segundo Guimarães (2002, p. 92), que se enquadra na lógica de perceber o povo brasileiro como negro, além de, na nossa visão, constituir uma referência à tradição de luta quilombola como refletem as palavras de apresentação do jornal. Ainda, conforme o mesmo autor, Guimarães (2003, p. 50), esta é uma posição adotada pelos intelectuais negros dos anos 50, dentre os quais Abdias e Guerreiro Ramos (1915-1981)<sup>56</sup>, que dialogam com essa perspectiva. Sendo assim, se o povo brasileiro é negro, torna-se fundamental organizar politicamente essa camada da população, em torno de uma ideia positiva

---

<sup>56</sup> Ver interessante entrevista concedida por Guerreiro Ramos, em 1981, na qual, dentre outras questões, levanta o rótulo de “mulato metido à sociólogo”, que lhe foi imputado durante a sua cassação política pelo regime militar: Oliveira, Lúcia Lippi. “A sociologia do Guerreiro”, RJ, Editora UFRJ, 1995.



desse pertencimento, portanto dissociada de uma ideia de africano ou escravo. Pode-se pensar que isso se constrói dentro da ótica do discurso nacionalista, com a valorização histórica da experiência brasileira do quilombo de Palmares.

Esse sentido histórico prepara o caminho do enfoque do quilombo como resistência cultural e política nos anos 70, pois, ao referendar a luta contra a escravidão trará o conteúdo político e revolucionário que, se nesse momento é associado com a retomada da liberdade, posteriormente será agregado à dimensão da luta contra o Estado opressor. Isso aparece, por exemplo, na tentativa frustrada de publicação do livro sobre o quilombo dos Palmares, que faz o intelectual Baiano, Edson Carneiro, em 1944, sendo impedido pelo governo Vargas, por ter sido considerado, como enfatiza Arruti (2003, p. 13), inoportuno para o momento.

Também fundamental, na construção desse quilombo histórico e sua conversão simbólica nas décadas seguintes, Arruti (2003, p. 08), ou sua resignificação pelos atores sociais, é o olhar que a obra do historiador Clóvis Moura (1925-2003), já citado anteriormente, compôs ao longo de sua produção historiográfica com a ênfase dada sobre os quilombos como focos de resistência ao sistema escravista, especialmente na sua primeira obra “Rebeliões da Senzala”, publicada em 1959, precursora de outras que, na mesma linha, terão nos termos “rebelião”, “insurreições” e “guerrilhas” percepções construtoras desse olhar histórico.

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. (MOURA, 1981, p.87).

O quilombo, visto como fenômeno nacional, também é outro aspecto trazido no bojo dessas análises que permite insinuar a concretude e presença da população negra em todo o território, em contraposição a uma lógica de invisibilização dessa presença. A discussão sobre a visibilidade da obra de Moura, aparece em Mesquita (2003), quando a autora ressalta o papel que este teve, enquanto revisionista da história do negro no Brasil, a partir dos trabalhos sociológico-historiográficos sobre as rebeliões escravas no país, ainda que, academicamente, sua postura de “intelectual orgânico”<sup>57</sup> tenha lhe trazido certa exclusão e esquecimento no seio do debate acadêmico. Entre seguidores e críticos, haverá no decorrer dos anos 80, segundo a autora, novos olhares sobre a produção deste autor que retomam a discussão sobre a interpretação e

---

<sup>57</sup> Essa postura de “intelectual orgânico” traduz-se na sua crítica às ciências sociais e ao papel do intelectual na ordem capitalista; Ver: MOURA, Clóvis (1978). **A sociologia posta em questão**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.

o pioneirismo contido na sua visão histórica da sociedade escravocrata.

Isso, também ocorre em relação ao Movimento Social Negro, que passa a incorporar alguns pressupostos teóricos de Moura, defendidos na sua *sociologia da práxis*, como é o caso da UNEGRO – União de Negros pela Igualdade, conforme se pode observar na avaliação de uma liderança.

Clóvis Moura fez uma análise que a gente acha interessante do racismo brasileiro [...]. Essa ideia que o Estado brasileiro foi formado com base racista. [...]. É também uma homenagem ao Clóvis Moura [...].

A questão racial para Clóvis Moura não é mais um estudo. É o estudo dele.

E a gente acha uma injustiça da academia com ele. Eu acho que ele deu grandes contribuições, porque ele sistematizou, ele se debruçou sobre o tema. Outros também se debruçaram, mas tem outros temas também, não foi o tema central. (MESQUITA, 2003, p. 17 *apud* CALDERANO, [2002, p. 100]).

Essa visão de quilombo em constante diálogo com a história formata o conjunto da produção desses intelectuais negros entre os anos 30 e 60. Além disso, demonstra a influência e interlocução do movimento negro com a retomada do enfoque teórico e político sobre o tema, tal qual se apresentam nos efervescentes anos 70.

## Os anos 70: Quilombo, História e Cultura

Nesse cenário que Cardoso (2002:14) está qualificando como a “primavera de maio do movimento negro”, o que se tem como movimento social são as organizações de caráter operário e popular<sup>58</sup>, amparadas na ideia de luta contra as desigualdades sociais e solidariedade entre os oprimidos, e tendo uma base discursiva elaborada na experiência da igreja católica, dos grupos de esquerda e sindicatos.

Gestado neste contexto e de certa forma tributário dos antecedentes que marcaram os anos 30 aos anos 60, o movimento social negro agregará o racismo ao horizonte das lutas sociais, trazendo assim para a cena política os debates sobre discriminação e identidade racial como marcas distintivas em relação aos demais movimentos:

A questão da identidade racial se coloca como um desafio ético, estético e político para o Movimento Negro (...) isso nos permite afirmar que a peculiaridade que distingue o movimento negro em relação a outros movimentos sociais, está na compreensão do movimento negro como uma ponte de equilíbrio entre a tradição – nossa herança cultural fundada na ancestralidade e a “modernidade”. Por essa razão, a “matriz discursiva” do Movimento Negro está fundada na herança histórico-cultural-negro-africana (ancestralidade) e daí a sua diferença em relação a

---

<sup>58</sup> Nessa denominação, o autor enquadra os movimentos comunitários como associações de moradores, clubes de mães, comunidades eclesiais de base da igreja católica, grupos de jovens, etc.

outros atores sócias da nossa realidade política, o que marca a singularidade do Movimento. (CARDOSO, 2000, p. 19).

Para o jovem historiador Mineiro, a própria ideia de movimento social é construída a partir dos movimentos operários e populares dos anos 70, e a sua referência para pensar a luta anti-racista brasileira inscreve-se neste mesmo período com a fundação do MNUCDR - Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial<sup>59</sup>, em 1978, na cidade de São Paulo.

Embora não negue a trajetória construída anteriormente pelas entidades da primeira metade do século XX, bem como os jornais que notabilizaram a chamada “imprensa negra”<sup>60</sup>, será no lastro da singularidade da ideia de resistência negra, absorvida na experiência histórica dos quilombos como a metáfora do Estado livre dentro do Estado escravocrata, que parece atender a lógica dos anos 70, em que a liberdade e garantias individuais plenas não fazem parte do cenário sócio-político. Assim como não faz parte a inclusão do negro na sociedade, conforme era a perspectiva das

---

<sup>59</sup> O MNUCDR, posteriormente MNU, surge com a proposta de unificar as diversas organizações negras, em torno da luta política contra a discriminação racial, a qual tem seu foco, naquele momento, no repúdio e denúncia dos atos de discriminação e violência policial, entendido como atos cotidianos contra a população negra brasileira.

<sup>60</sup> Exemplos desse período são, além do próprio jornal “Quilombo”, destacando-se pela constância na periodicidade (algo difícil diante dos poucos recursos de veiculação e manutenção) os jornais “O Clarim da Alvorada” (SP 1924-1932) e “A Voz da Raça” (SP 1932-1937).

organizações negras pré-anos 70. Torna-se preciso, então, de acordo com Cardoso (2002, p. 35), um discurso e uma prática de autoafirmação e recuperação da identidade étnica e cultural. Também se configurará em uma reivindicação crescente de uma cultura “negra”, Guimarães (2003, p. 37), não mais mestiça, mas calcada numa apropriação e ressignificação de símbolos identitários étnicos, como a noção de quilombos. Isso pode nos ajudar a perceber a transição que se opera nas entidades do Movimento Negro, as quais tinham nas primeiras décadas um caráter integracionista não questionador do modelo social vigente, mas que agora buscam referenciais próprios de intervenção na arena sócio-política.

Um interessante ponto levantado pelo autor é que tanto a prática quanto o discurso possuem uma influência cruzada entre uma agenda de luta nacional, inspirada na historicidade dos quilombos e uma agenda internacional que dialoga com os processos de independência colonial dos povos africanos<sup>61</sup> e da demanda pelos direitos civis nos Estados Unidos. Esse cruzamento propicia algumas reflexões. A primeira delas é que se atualmente a concepção de quilombo associado a isolamento sócio-cultural, restrito a um espaço geográfico e a uma temporalidade, não se sustenta na realidade social. Também o racismo possa ter sido percebido, na-

---

<sup>61</sup> Na década de 70, ocorrem a independência de países de língua portuguesa como Guiné-Bissau (1973), Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe (1975).

quele período, como fenômeno universal e diverso na sua objetivação.

A segunda reflexão é, a partir desse olhar, relativizar a noção de que o movimento negro brasileiro importou uma lógica ou modelo externo de relações raciais para o país, mas que tenha vislumbrado a intersecção estratégica de ação e discurso em função de um contexto local (repressivo) e global (emancipatório) que ao dialeticamente se oporem criaram condições favoráveis, não só para ampliar o campo de debate, mas também para exercitar uma ação política identificada com uma ideia de resistência à brasileira (quilombos) e uma resistência negra-africana (EUA e África) capazes de dar sustentação ideológica e identitária.

Partindo dessas reflexões e retomando o contexto sócio-político, diversas são as entidades que surgem no bojo desse período, pautadas pela reafirmação identitária e resistência quilombola, mas com o diferencial da escolha pelo viés político ou cultural na ação mobilizadora. Este é o ponto em que se agrega à dimensão da cultura a questão histórica já posta pela intelectualidade negra pré-anos 70. Tomemos alguns exemplos, que pelos contextos díspares em que estão inseridas, quanto a visibilidade da população negra e suas organizações, demonstram o alcance, os propósitos e a interface do momento vivido por essas organizações negras: Em 1971, no RS, surge o “Grupo Palmares”, três anos depois na Bahia a “Sociedade Cultural Bloco Afro Ilê Aiyê” e no final da década

1978 em São Paulo, o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial.

O grupo gaúcho que se autodenomina “Palmares”, em uma alusão ao famoso quilombo do século XVII, reunirá militantes, intelectuais, poetas e escritores na proposição do deslocamento das comemorações do 13 de maio para o 20 de novembro - data da morte de Zumbi dos Palmares e destruição do quilombo homônimo – esta data passa a ser o “Dia da Consciência Negra”. Passados mais de trinta anos da proposição trazida pelo Grupo Palmares, não só o debate permanece atual como pode nos trazer uma contribuição no tocante a ideia de quilombo. Por essa razão, trazemos um extrato da entrevista feita com um dos principais articuladores daquele momento, o escritor e militante do Movimento Negro gaúcho, Oliveira Silveira (1941-2009), o qual reflete a visão de quilombos da década de 70, a partir da experiência gaúcha.

A entrevista aconteceu em uma tarde de dezembro de 2005 em que protegidos do sol e do calor, sentamo-nos em uma das mesas do piso superior do Mercado Público de Porto Alegre/RS. O local escolhido era habitualmente frequentado por Oliveira e outros militantes para ao sabor de um cafezinho ou água mineral, como foi o nosso pedido, conversar temas afins, planejar atividades em um espaço referência, pois lá segundo a crença popular está um dos marcos da religiosidade de matriz afro-brasileira no RS - o assento do orixá Bará; bem como no entorno ao mercado



circulavam em tempos remotos, e ainda no presente, parcela significativa da população negra.

Enfim, o espaço estava demarcado simbolicamente pela ancestralidade e contemporaneidade dessa identidade, assim como estava aquele encontro entre quem muito queria ouvir e alguém que parecia ter muito a dizer. Entre nós, nenhum desconforto e algum estranhamento, ainda que ambos conhecêssemos e partilhássemos os lugares de onde estávamos falando – meio acadêmico e militante – dentro dos limites de cada um. Nosso conhecimento prévio um do outro provinha de foros de debate e encontros informais, onde na maioria das vezes fui espectadora da fala do escritor, professor graduado em letras pela UFRGS e militante do movimento negro Oliveira Silveira.

Aquela foi a primeira vez de uma proximidade, para a qual foi dado o primeiro passo na pronta aceitação do convite para aquela conversa. Iniciei expondo-lhe os objetivos do meu trabalho e o que fizera até ali. Oliveira fez-me algumas perguntas sobre as condições de vida da comunidade Quilombo Anastácia, com a qual eu desenvolvia minha pesquisa de mestrado na época. Nada perguntou de fundo teórico ou político. Na minha vez, perguntei-lhe, ou melhor, disse-lhe que desejava ouvi-lo a respeito da formação do grupo Palmares e da relação com a questão dos quilombos. Assim, ele iniciou a falar tranquila e pausadamente sobre nosso ponto de diálogo.



**Imagem 1: acervo da autora – Oliveira Silveira, Porto Alegre/RS dez/2005.**

*Então, o nome Grupo Palmares surgiu da... de uma opção do próprio grupo em função da... do quilombo do Estado Negro de Palmares. O grupo surgiu em 1971 e justamente porque nós discutíamos a questão do 13 de maio, vendo que não havia motivos para comemorar e passamos a pensar em datas alternativas, eu fiz este trabalho de estudar um pouco mais a história do Brasil e as datas; E então concluí que havia várias datas e que, talvez a principal fosse o 20 de novembro em função de que se referia à morte de Zumbi dos Palmares e a Palmares que, no meu entendimento, tinha sido o momento, a passagem mais importante da história do negro no Brasil. Aquele fato de ter durado um século todo como território livre e com aquela importância toda, não deixavam dúvida a esse respeito. Então, no momento em que pude confirmar a data de 20 de novembro é... eu sugeri ao grupo que então fizéssemos um... que aí nesse caso estávamos formando um grupo em função disso. E aí coloquei algumas*

*sugestões de nomes e o pessoal foi unânime em... na escolha do nome Palmares, já que nossa passagem mais importante tinha sido Palmares, por isso ficou assim. Agora a relação com quilombos, eu digo os quilombos de Palmares, que na verdade Palmares era formado por vários quilombos, mais de 10, e com território muito extenso que ocupava parte de Alagoas de hoje e penetrando, ainda, no estado de Pernambuco atual. Então era um território muito vasto e que não se limitava a Serra da Barriga, à capital que era o Macaco, era bem maior, muito maior. Bom, na época nós estávamos muito presos à ideia de quilombo como... aquela organização de resistência, bastante militar, e depois ela foi se ampliando, mas para nós, na época então, essa ideia da resistência, da reunião, do agrupamento para resistir, lutar junto, era muito... muito significativo. Na verdade, era a grande simbologia para nós! Nós estávamos vivendo um outro momento, claro, outra época, mas uma época em que nós precisávamos fazer coisas similares ao que os quilombolas faziam, ou seja, nos organizarmos para enfrentar as dificuldades oferecidas pelo racismo, pela discriminação racial, as condições sociais todas do nosso povo, então é nesse sentido que o nome grupo Palmares foi adotado.*

Na fala de Oliveira Silveira, o olhar repousa sobre o quilombo histórico em concomitância com o presente que incorpora a ótica e a lógica da resistência política, do quilombo como uma fortaleza militar enquadrando-se no momento vivido pelo país e, mais tarde, ecoando no final da década, mais precisamente em 1978 quando em São Paulo, o MNUDCR incorpora a proposta do 20 de novembro no conjunto de sua pauta política. Além disso, no ano

seguinte, é lançado um documento pelo MNUDCR que traz a ideia de resistência como foco de reflexão e atuação crítica, sendo que de acordo com Cardoso (2002, p. 61) são ressaltadas como formas de resistência as revoltas e insurreições negras ocorridas no período escravista e a organização em comunidades quilombolas.

A análise histórica do significado político de quilombo da experiência coletiva de organização dos quilombos como sistema alternativo ao regime escravocrata, constitui-se como um símbolo principal na trajetória do Movimento Negro. Para o Movimento, se antes o quilombo serviu como resistência ao processo de escravização do povo negro-africano, nos anos 70, a ideia do quilombo volta como um símbolo de resistência e de maneira mais ampla, como reação ao neocolonialismo cultural, através da reafirmação da herança africana e da busca de um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica e cultural. (CARDOSO, 2002, p. 62).

Aqui, nos parece que a ideia de quilombo vai compondo o cruzamento destas diferentes experiências do movimento negro, expondo fissuras e continuidades que embasam o sentido atribuído a cada momento, seja ele político ou cultural como se apresenta ao longo dos anos setenta. Nessa construção de sentidos, o bloco Afro Ilê Aiyê insere no espetáculo do carnaval Baiano de 1974, um discurso identitário de autoafirmação cultural referenciado na cultura negra de matriz africana, Cardoso (2002, p. 36), traduzido na letra da música “Que bloco é esse”, à qual pelo seu conteúdo, será alvo de críticas da imprensa local que a rotulará como apologia ao “ra-

cismo” e “comunismo”, bem como setores conservadores da sociedade que conferem ao bloco o título de “bloco do racismo”.

Que bloco é esse  
Eu quero saber (bis)  
É o mundo negro  
Que viemos mostrar pra você  
Somos crioulos doidos  
Somos bem legal (bis)  
Temos cabelo duro  
Somos black pau  
Branco se você soubesse  
O valor que o preto tem  
Tu tomava banho de piche  
Ficava preto também  
Eu não te ensino a minha malandragem  
Nem tão pouco minha filosofia  
Quem dá luz a cego  
É bengala branca e Santa Luzia.<sup>62</sup>

As ações dos grupos “Palmares”, “MNUDRC”, e “Ilê Aiyê”, tem como pano de fundo os debates sobre os usos e sentidos da cultura e da política, Gomes da Cunha (2002), que incidirão na postura adotada pelas organizações negras e na visão de seus intelectuais. Pois o que está em tensionamento é a ênfase na sociabilidade ou na politização como estratégia de mobilização e conscientização das massas. Pois, até que ponto o viés político da proposta do 20 de novembro não dialoga com a proposta cultural do Ilê Aiyê? Essa linha tênue, entre uma rígida separação ou polarização

---

<sup>62</sup> Música de autoria de Paulinho Camafeu, constante do CD “Ilê Aiyê”, Natasha Records, 1999.

dos discursos, moverá o debate protagonizado por intelectuais negros como Beatriz Nascimento<sup>63</sup> (? – 1995), Lélia Gonzalez<sup>64</sup> (1935-1994) e Eduardo de Oliveira e Oliveira<sup>65</sup>. Encontramos no pensamento de Nascimento (1985) uma reflexão acerca desse debate nos anos 70, interligada com o significado de “quilombo” para o movimento social negro naquele contexto:

Foi a retórica do quilombo, a análise deste como sistema alternativo que serviu de símbolo principal para a trajetória deste movimento. Chamamos isto de correção de nacionalidade. A ausência de cidadania plena, de canais reivindicatórios eficazes, a fragilidade de uma consciência brasileira do povo, implicou numa rejeição do que era considerado nacional e dirigiu este movimento para a identificação da historicidade heróica do passado. Como antes tinha servido de manifestação reativa ao colonialismo de fato, em 70 o quilombo volta-se como código que reage ao colonialismo cultural, reafirma a herança africana e busca um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica. (NASCIMENTO, 1985, p. 47).

O quilombo aqui surge como resistência cultural e étnica sob um enfoque que Gomes da Cunha (2002, p. 34), nos chama a atenção como sendo culturalizante e não culturalista, pois para Nascimento (1985) o referencial de quilombo deveria se prestar ao

---

<sup>63</sup> Historiadora, militante do movimento negro, autora de “O Conceito de Quilombo e a Resistência Cultural”.

<sup>64</sup> Historiadora, Filósofa, antropóloga, militante do movimento negro, autora de “O lugar do Negro”.

<sup>65</sup> Sociólogo, autor de “Mulato – Um Obstáculo Epistemológico”, 1974.

reconhecimento de uma cultura negra, percebida como de “resistência” e potencializadora de mobilização política. Este enfoque, também revela uma aproximação conceitual com “cultura hegemônica” e “cultura de resistência”, as quais ganhavam espaço nos circuitos intelectuais-militantes do período em foco, como demonstra Gonzalez (2003) ao identificar a necessidade da construção de instrumental teórico em conjunto com a ação política.

Não estamos mais no tempo de só ficar fazendo manifestações de rua. Temos que nos voltar para dentro do quilombo e nos organizarmos melhor para dar um instrumental aos que vão continuar o nosso trabalho. (GONZALEZ, 2003, p. 7).

Nessa ótica, as perspectiva culturais e políticas são complementares, a fim de garantir a eficácia da construção de um movimento nacional, forte e solidário – Gomes da Cunha (2002, p. 339) – unificado na diversidade como demarcação de atributos históricos, culturais e étnicos, o que encontra na cultura, e na referência aos quilombos, um lócus privilegiado de reafirmação da presença negra e da ideia de resistência. Ainda, segundo o autor, essa reafirmação estará presente no pensamento sociológico de Eduardo de O. e Oliveira (1974), que considerará necessária a polarização das relações raciais, expressa na cultura como instrumento político na construção de uma negritude, marcada pela alteridade do ser negro, frente a um sistema que nega ou não assume integralmente essa identidade negra.

Essas posturas intelectuais, bem como a dinâmica do movimento social reelaboram o conceito de quilombo, promovendo uma interface entre história e cultura, porém muito mais atenta para o momento vivido, como que ensaiando os primeiros passos em direção a contemporaneidade conceitual e política do tema.

### **Entre os anos 80 e 90: Quilombo, Contemporaneidade e Identidade**

Por curioso ou paradoxal que seja as últimas décadas do século XX, assim como as primeiras são marcadas pelas iniciativas de um mesmo personagem: Abdias do Nascimento. Se, entre os anos 30 e 60, a Frente Negra Brasileira, o Teatro experimental do Negro e o jornal Quilombo foram parte das matrizes geradoras dos debates e ações da época, agora dentre os relevantes marcos para se pensar quilombos, interligado às demandas da contemporaneidade, entre elas a (re)configuração de uma identidade étnico/racial, está a tese do *Quilombismo*.

Essa proposta de Abdias buscava ser um modelo de articulação ideológica e política para a sociedade brasileira em geral. Essa proposta é apresentada por ocasião do II Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado no Panamá em 1980, tomando como ponto de partida a experiência histórica dos povos Africanos nas Américas, em especial o Brasil. Tida como um conceito científico emergente do processo histórico-cultural das massas afro-



brasileiras, tal qual se refere Cardoso (2002, p.78), essa se orienta no discurso que engloba a sociedade brasileira e não apenas a parcela negra da população em torno de temas como identidade, multiculturalismo, ações afirmativas e cidadania, pois entende que a partir do legado da experiência quilombola é possível articular uma proposta afro-brasileira para o Estado Nacional contemporâneo que contemple um Brasil multiétnico e pluricultural.

Nessa linha é que o *quilombo* de agora não perde o referencial da luta histórica, mas quer dialogar com as lutas contemporâneas que emergem na sociedade brasileira, como indicam alguns princípios do *Quilombismo*<sup>66</sup>.

1. O Quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros, objetivando a implantação de um Estado Nacional Quilombista, inspirado no modelo da República dos Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem no País.
11. A revolução quilombista é fundamentalmente anti-racista, anticapitalista, antilatifundiária, antiimperialista e antineocolonialista.

Apesar da relevância que o documento traz em termos de instrumentalização teórica e política para o movimento negro, conforme reconhecem seus interlocutores, esta é uma proposta que não avança na sua consolidação. Isto porque, segundo as críticas trazidas por Cardoso (2002, p. 80), a implantação do Estado Quilom-

---

<sup>66</sup> Ver [www.ipeafro.org.br](http://www.ipeafro.org.br)

bista configurou-se como uma “utopia” de ruptura com as estruturas sociais vigentes, além de não tornar explícito se esta vinha como uma alternativa ao movimento já instaurado ou se integrava o mesmo.

A não adoção efetiva da tese *Quilombista* não significou o fim dos marcos emblemáticos dos anos 80, pelo contrário, outros vieram. Em 1988, pensando na interface entre identidade étnica, quilombos e cultura, Lélia Gonzalez propõe a categoria *Amefricanidade* para definir a experiência comum dos negros nas Américas. Nessa proposta, discutida por Bairros (2000, p. 50-51), a centralidade teórica reside na compreensão da amefricanidade como um processo histórico, cultural, moldado na experiência africana nas Américas e que nos remete à construção de uma identidade étnica, já os quilombos no Brasil e organizações similares nas Américas, incorporam os pilares de formas alternativas de organização social trazidos como referenciais míticos-históricos para a sociedade contemporânea.

A elaboração dessas premissas teóricas e políticas, desenvolvidas no âmbito do trabalho de intelectuais como Lélia<sup>67</sup> e Abdias são reflexos da tentativa de retomar fazeres e saberes que con-

---

<sup>67</sup> A temática dos quilombos, também se fez presente no trabalho de Lélia, quando esta exerceu um diálogo frequente e vigoroso com a arte e as manifestações culturais; Exemplo disso são a sua participação no roteiro do filme “Quilombo” de Cacá Diegues (1983); no enredo da escola de samba “Quilombo” no

juguem olhares sobre o Brasil ou os Brasis que desafiam as Ciências Sociais ao longo da sua constituição como campo de conhecimento. Por isso, esse desafio abraçado por esses intelectuais é pertinente para a compreensão desse trânsito de ideias que circunda a problemática da identidade étnica e quilombola, pois podemos perceber que em diferentes momentos esses temas aproximam-se, afastam-se, são ressignificados, mas não deixam de fazer parte dos encontros e desencontros travados no período.

Outro destaque é dado aos embates entre governo e militância, por ocasião do “Centenário da Abolição”, (1888-1988), já que entre as comemorações oficiais havia a expectativa de ganhos para a luta social, em função da conjuntura nacional que, conforme nos alerta Cardoso (2002:81) fez daquele ano um dos momentos políticos mais importantes na história recente do movimento negro. Uma mostra disso se dá anos antes, em 1984, quando Lélia Gonzalez, ao discursar em solenidade de homenagem a Abdias Nascimento, na Assembleia Legislativa do RJ, enfatiza a proximidade do centenário da abolição e o quadro da discriminação racial no país, bem como ressalta o papel político do movimento negro brasileiro. Essa é uma prévia dos desdobramentos futuros, pois ali começam a surgir novos atores nesse cenário, tais como a FCP-Fundação Cultural Palmares, à qual suscita a polêmica de ser um

---

RJ (1984) e na autoria do ensaio “Mulher Negra, essa Quilombola”, publicado no jornal folha de São Paulo (1981).

canal de mediação entre sociedade e Estado, ou de servir como “amortecedor” das demandas do movimento junto ao governo, já que se trata de um órgão estatal. Não esquecendo, que à FCP cumpre a atribuição, em um primeiro momento, de identificar e reconhecer as comunidades quilombolas no país, tal qual consagra o artigo 68 incorporado à Constituição Federal naquele mesmo ano.

Este quadro assinala a crescente importância que assume o referencial de quilombos nas diversas esferas sociais envolvidas. Na visão contemporânea de quilombos, este assume a perspectiva, também, de se pensar na identidade quilombola. Nos sujeitos que emergem do “passado histórico”, ou “das reminiscências” de um quilombo para fazerem a sua história, opondo-se a visões estáticas e estereotipadas que conferem estritos limites à abordagem do tema. Essa ressemantização conceitual e política de quilombo se inserem na lógica dos anos 90, em que intelectualidade e movimento social ampliam e diversificam sua atuação, encadeando a práxis com discussão e reflexão teórica, sendo o termo “quilombo” instigante para todos e dialogando cada vez mais o presente e a noção de identidade. Em 1995, por ocasião do “Tricentenário da Morte de Zumbi dos Palmares” e “Marcha Nacional Zumbi dos Palmares”<sup>68</sup>, ocorre o I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais, momento em que comunidades e movimento negro

assinam um documento conjunto de reivindicações e diagnóstico social da população negra para o Estado. Nessa ocasião são dados os primeiros passos para a criação da CONAQ- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Essa Em relação à ênfase no pertencimento rural, há de se perceber que ainda está em curso a visibilidade desses territórios negros, quanto a sua localização ou formas de organização, o que vem a se tornar mais factível em função da realidade social que traz as “terras de preto”, “terras de santo”, “quilombos urbanos” como expressões dessa pluralidade do fenômeno quilombola.

Por fim, esta aproximação entre as comunidades quilombolas e o movimento, faz parte do intrincado jogo de relações que operam no pleito de reconhecimento étnico e territorial, que nos faz chegar em 2005, cenário da “Marcha Zumbi + 10”, repensando e ampliando a discussão.

### **Anos 2000: “Tempo de nos aquilombar”**

É tempo de nos aquilombar. Assim, a escritora Conceição Evaristo<sup>69</sup> nos convida a pensar e agir no ano novo que se inicia. A sua *escrivivência*, sempre precisa e atual, se soma a um outro

---

<sup>68</sup> Trata-se de manifestação reunindo entidades do movimento negro de todo o país que realizam uma marcha na capital federal, pleiteando medidas governamentais de combate à desigualdade sócio-racial.

<sup>69</sup> EVARISTO, Conceição. Tempo de nos aquilombar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 dez. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/em-textos-ineditos-escretores-expressam-desejos-para-2020-1-24165702>. Acesso em: 19 jan. 2020.

convite vindo de outra intelectual negra, a filósofa Sueli Carneiro, a qual ainda em 2019<sup>70</sup> nos disse: “Organizem-se. Porque não há mais limite para a violência racista”. Nessas duas falas condensam-se as lutas históricas dos quilombos e do movimento negro brasileiro: o aquilombamento, a organização são resistências construídas ao longo do tempo. Na primeira década dos anos 2000 vimos demandas do movimento negro se concretizarem no cenário governamental na criação da SEPPIR- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2003). Outro evento marcante emerge da expectativa de regularização de territórios quilombolas via decreto 4887/2003. É preciso dizer que tais conquistas, sempre estiveram sob ataque como exemplifica em nível jurídico a ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade<sup>71</sup> no início de 2005 pelo DEM- Partido Democratas contra o decreto 4887, a qual só teria um desfecho, ao menos por enquanto, na recente decisão do STF – Supremo Tribunal Federal (2018) o qual julgou constitucional o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas.

Na prática desde a primeira titulação quilombola ocorrida em 1995 do Quilombo Boa Vista, localizado em Oriximiná/Pará, o cumprimento do decreto é um desafio constante. Segundo dados da

---

<sup>70</sup> Ver: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2019/04/sueli-carneiro-organizem-se-porque-nao-ha-mais-limite-para-a-violencia-racista/>

<sup>71</sup> Ver: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2227157>

CPI – Comissão Pró Índio de São Paulo foram tituladas entre os anos de 1995 e 2019 no Brasil 129 territórios quilombolas. Isso em um universo de 1669 terras quilombolas existentes segundo o referido monitoramento da CPI<sup>72</sup>. Isso nos aponta para a corda bamba dos avanços e retrocessos em que triangulam a luta antirracista, quilombola e democrática. Se em 2012 o STF julgou constitucional as cotas raciais nas universidades públicas, em 2016 o retrocesso democrático se fez sentir junto com a derrocada do governo. A partir daí aceleram-se os conflitos envolvendo comunidades quilombolas e grandes empreendimentos, bem como ameaças e/ou mortes de lideranças, invasão de territórios e desmonte da política públicas que já vinham definhando no perigoso jogo da manutenção da governabilidade em confronto com os interesses de grupos detentores de poder político e econômico no cenário nacional.

Nesse cenário é preciso destacar que há resistências protagonizadas pelo movimento negro. São exemplos disso, o próprio curso de formação política do MNU/Ceará do qual essa produção textual e outras é resultante, bem como de outras iniciativas que se somam à luta antirracista e ao feminismo negro como é o caso do projeto “Mulheres Negras Resistem: processo formativo teórico-político para mulheres negras “ realizado em Fortaleza/CE. No

---

<sup>72</sup> Cabe dizer que pode haver discrepâncias com outras fontes de dados, mas o banco de dados da CPI é exemplar para evidenciarmos o cenário das titulações no país.

cenário nacional a formação da “Coalizão Negra por Direitos” (2019) tem buscado congregar esforços nacionais e internacionais para fazer o enfrentamento às violações de direitos humanos da população negra brasileira. Na mesma linha seguem a organização da “Nova Frente Negra Brasileira” sediada em São Paulo e do “Encontro Nacional de Mulheres Negras 30” ocorrido em Goiânia. Esses, dentre outros, são exemplos de que é possível resistir e reexistir em tempos de nos aquilombar. Não esquecendo o que nos diz e Conceição Evaristo:

É tempo de ninguém se soltar de ninguém,  
 mas olhar no fundo na palma aberta  
 a alma de quem lhe oferece o gesto  
 O laçar de mãos não pode ser algema  
 E sim acertada tática, necessário esquema.

## REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Mauricio Andion. “A emergência dos” remanescentes”: Notas para o Diálogo entre Indígenas e Quilombolas”. **Mana – Estudos de Antropologia Social**, PPGAS UFRJ, 1997, (pp. 7-38).

\_\_\_\_\_. **O Quilombo Conceitual – Para uma Sociologia do “Artigo 68”**. [2003] Disponível em [www.koinonia.org.br](http://www.koinonia.org.br) acessado em 11/05/2005.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. *In*: WERNECK, Jurema et al (Orgs.). **O livro da Saúde das Mulheres Negras: Nossos Passos vêm de Longe**. Rio de Janeiro, RJ, Pallas: Criola, 2000, pp. 42-61.



CARDOSO, Marcos A. **O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2002, 240 p.

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**. Unesp Paralelo 15, DF, Brasília, 2ª ed., 2000.

GOMES DA CUNHA, Olivia Maria. Depois da Festa – Movimentos Negros e “Políticas de Identidade” no Brasil. *In*: ESCOBAR, Arturo et al (Orgs). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Belo Horizonte, ed. UFMG, 2000, p. 333-380.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra tem História: Imagens de Lélia Gonzalez. **Revista Eparrei**, Santos, SP, ano II, nº 4, 1º semestre de 2003, pp. 6-10.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Nacionalidade e Novas identidades Raciais no Brasil**. (mime) Projeto de pesquisa apresentado ao Departamento de sociologia-USP, 2002, 23 p.

\_\_\_\_\_. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo, ed. 34, 2002, 231 p.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais Negros e Modernidade no Brasil**. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, Working Paper 52, out/Dez, 2003, 64 p.

MELUCCI, Alberto. “Asumir un compromiso: identidad y movilización en los movimientos sociales”, *Zona Abierta*, 69, 1994. (pp. 153-180).

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. Série Fundamentos. Ed. Ática, São Paulo, SP, 1988, 250 p.

NASCIMENTO, Abdias & Elisa Larkin. **Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997**. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (Org.). *Tirando a Máscara – Ensaio sobre o Racismo no Brasil*. SP, Paz e Terra, 2000, pp. 203-233.

## **Memórias organizativas do movimento negro cearense: olhares de mulheres negras militantes**

GENTIL, Joelma.

Militante do Movimento Negro Unificado do Ceará, sendo uma das fundadoras deste movimento. Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Especialista em Linguística Aplicada (Alfabetização e Letramento) e Graduada em Licenciatura Específica em Português pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Foi coordenadora pedagógica da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Arte-educação, Africanidades Brasileiras, Juventudes, Gênero, Alfabetização e Educação Ambiental.

E-mail: jogentil12@gmail.com

O presente texto tem por finalidade apresentar alguns pontos discutidos em minha dissertação de mestrado defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, sob o título “*Memórias organizativas do Movimento Negro Cearense: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes na década de oitenta*”, principalmente aspectos ligados à história do Movimento Negro no Ceará e a luta

das mulheres negras cearenses. Desse modo, início com a seção “pluralidades organizativas: a década de oitenta em foco”, depois passo para o “Movimento Negro no Nordeste na década de 80”, em seguida falo acerca do “Contexto social e cultural do Movimento Negro no Ceará” e, por fim, apresento o “Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza”.

## **PLURALIDADES ORGANIZATIVAS: A DÉCADA DE OITENTA EM FOCO**

Domingues (2002) fala que na década de setenta o movimento negro se rearticulou, em seguida, articulou uma reunião em São Paulo, no dia 18 de junho de 1978, em que estiveram presentes vários grupos esportistas, entidades culturais, artistas negros e segmentos do comércio afro-brasileiro. Assim, decidiu-se instituir o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU-CDR). Posteriormente, a entidade foi lançada publicamente com um ato nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo no qual reuniu cerca de duas mil pessoas, no dia 7 de julho de 1978. Na ocasião, foi lida uma carta aberta entregue à população, convidando negros e negras a construir “Centros de Luta”. O ato público foi em repúdio à discriminação racial sofrida por quatro esportistas no Clube de Regatas Tietê impedidos de treinar na equipe de vôlei, como também em protesto ao assassinato de Robson Silveira da

Luz, trabalhador e pai de família negro torturado até a morte no 44º Distrito de Guainases, para onde tinha sido levado preso, acusado de roubo.

No seu 1º Congresso, em 1979, realizado no Rio de Janeiro o MNUCDR, novamente foi efetuada alteração na sigla da entidade, que resultou na denominação Movimento Negro Unificado (MNU). Além do exposto, o autor aqui citado está atento para um dos documentos orientadores do MNU, o Programa de Ação. Este documento em 1982 anunciou a desconstrução do mito “democracia racial” brasileira, e tornou o Movimento Negro Unificado em movimento de massa, entidade de massa, articulada no interior dos sindicatos e partidos políticos, além da formação de parcerias na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador. Domingues (2002) afirma que o Programa de Ação apontava para os mecanismos para enfrentar a violência policial, a procura pelo apoio internacional contra o racismo no Brasil. Ainda acerca desse documento norteador do MNU, preconizou uma educação direcionada a população negra, e oprimidos, História da África e do Negro nos currículos escolares. Por fim, o autor diz ainda que o Programa de Ação do MNU continha a luta por mais vagas nas escolas públicas municipais, estaduais e federais. E pela participação de negros/as na elaboração dos currículos escolares. (DOMINGUES, 2009).

## **O MOVIMENTO NEGRO NO NORDESTE: A DÉCADA DE OITENTA**

Apresentaremos neste tópico algumas das iniciativas de intervenção desenvolvidas no âmbito pelo movimento negro em diversos espaços e com várias parcerias. Pretendemos descrevê-las em linhas gerais nos aspectos referentes à imprensa, as culturas, as linguagens artísticas, a educação e as religiosidades.

Pinto (2007) na sua pesquisa sobre o Centro de Cultura Negra do Maranhão CCN afirma que concomitantemente aos novos rumos tomados nacionalmente pelo movimento negro, na cidade de São Luís, surgiu a proposta de formar grupo de estudos sobre a questão racial. Esta iniciativa partiu da professora e jornalista Maria Raimunda Araújo, conhecida nos movimentos sociais como Mundinha Araújo. Em 1979, aconteceu a primeira reunião do grupo formado por oito ativistas na sede da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos. (PINTO, 2007, p. 16). Esse processo organizativo culminou com a fundação do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) em março de 1980.

Sob o tema “A educação e a escola na reprodução do racismo e suas práticas”, o CCN realizou a 3ª edição em 1982 da semana do negro, em parceria com a rede escolar de ensino oficial e particular, apoiada pela Secretaria Estadual de Educação. Esta iniciativa produziu material didático-pedagógico, adicionou as experiências a Pedagogia de Paulo Freire e a metodologia de proje-

tos do pedagogo Celestin Freinet, para que os participantes dos projetos realizados pela entidade fossem motivados educadores professores e militantes a perceberem os conhecimentos relacionados com os problemas da realidade da população negra.

Por sua vez, Cardoso (2005) no seu trabalho fala sobre a atuação do MNU na Bahia no campo educacional. A autora diz que em 1981, um grupo de professores/as militantes do Movimento Negro Unificado organiza em Salvador o Grupo de Educação Robson Silveira da Luz, do MNU. O grupo atuou junto às entidades negras, as escolas públicas e particulares, as Universidades, espaços que desenvolveu intervenções com os/as estudantes a convite dos professores/as nas datas comemorativas Dia do Folclore e/ou do dia 13 de maio, e ações na reconstrução da história do negro no Brasil e na África, a história dos quilombos e das insurreições negras na ótica dos educadores/as negros/as.

Entretanto, a autora diz que o MNU percebeu que nas escolas os docentes eram apenas expectadores/as que sentiam que sua obrigação educacional estava realizada. Diante disso o grupo priorizou as atividades com os professores/as. Para resolver essa situação, a autora afirma que o Grupo de Educação do MNU mobilizou outras entidades do movimento negro, com o intuito de pressionar/ negociar com a Secretaria de Educação do Estado a realização de um curso de especialização sobre Estudos da História e da Cultura da África para professores/as e que, porém, a proposta do

MNU é que os/as professores/as fossem preparados/as a serem protagonistas do enfrentamento do racismo na educação.

## **CONTEXTO SOCIAL E CULTURAL DO MOVIMENTO NEGRO NO CEARÁ**

A capital do Ceará, dos anos 80, viu surgir o movimento negro numa intensa diversidade cultural, etária, religiosa, afetiva e política. Tudo se deu numa teia de significados, simbologias e questionamentos que permeiam a história do movimento negro cearense, com suas singularidades ideológicas e derivados culturais. Conforme afirmam Ratts e Ferreira Sobrinho (1992) o movimento negro no estado do Ceará instituído - em 1982, por meio da fundação do Grupo de União e Consciência Negra - foi caracterizado por um empenho constante pela descoberta da identidade. O movimento negro nesse período foi marcado também pela luta contra o racismo e pela ação solidária a outros movimentos sociais. Bem como pela memória coletiva negro-africana, por uma reconstrução da história dos negros/as cearenses.

## **O GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA E SUA PRIMEIRA FASE**

No ano de 1982, surgem no Ceará as primeiras discussões sobre a formação de uma entidade sobre a questão racial. De acordo com os expoentes que militaram na década citada, a primeira

organização negra contemporânea teve a liderança de Maria Lucia Simão. Ela articulou na própria família e no bairro onde residia um grupo inicial de estudos. Depois de alguns anos, o grupo de União e Consciência Negra tinha em seu quadro de militantes homens e mulheres, Maria Lúcia Simão Pereira destacou o engajamento de José Hilário Ferreira Sobrinho.

O engajamento de novos militantes na opinião desta liderança ocasionou situações de conflitualidade, devido às concepções de movimento negro e de ações destes ativistas, que poderiam mudar a ideologia que o grupo mantinha desde a sua fundação. No nosso entendimento, o que ocorreu nessa primeira fase do Grupo de União e Consciência Negra foi devido à sociedade viver em dinamismo, os movimentos sociais são fenômenos que acompanham os impactos advindos de tais mudanças. Conseqüentemente, a militância é o sujeito de transformação e de construção de pensamento e prática. Nesse sentido, contribuem para reconfigurações e elaborações de novas estratégias de ação no movimento negro.

## **O GRUCON NO CEARÁ**

Devemos considerar que na consolidação do movimento negro organizado, ocorreu a entrada de novos ativistas, marcando a segunda fase do Grupo de União e Consciência Negra, que numa outra dimensão é denominado de GRUCON, até o encerramento de suas atividades. Diante dos relatos dos militantes da primeira fase,



ficou explícito que o rompimento aqui no Ceará teve como motivo principal uma visão diferenciada de novos militantes. Neste sentido, a segunda parte da história dessa organização, fundada em 13 de julho de 1982, suscitou a discussão de raça e classe.

Nesta segunda fase, de acordo com o entrevistado José Hilário Ferreira Sobrinho, outro questionamento se deu no tocante à quantidade de trabalhadores/as negros/as nas lojas de shopping Center. Nesse aspecto, a entidade apontou para a ideia de boa aparência exigida no mercado de trabalho formal. Indicou também o critério da boa aparência exigido nos anúncios de classificados de empregos nos jornais, seria uma forma de exclusão de negros/as no mercado de trabalho. O GRUCON também fez a relação entre a educação e a cultura tornando outra marca desta organização no Ceará. A entidade ampliou o sentido educacional: dessa forma, quando José Hilário Ferreira Sobrinho disse que visitou grupos de capoeira, por isso demonstrou a manifestação de intervenções para a Lei Orgânica do Município - inserindo a capoeira e outras manifestações da cultura negra no Ceará.

## **GRUPO FILHOS D'ÁFRICA**

Neste tópico daremos uma perspectiva acerca da história desta entidade negra, alguns aspectos de seu surgimento relacionado às Comunidades Eclesiais de base, a Teologia da Libertação e as linguagens artístico- culturais. Abordaremos, outrossim, o ati-

vismo desta entidade em outros movimentos sociais, os intercâmbios com outras organizações negras do estado e de outros. Veremos as experiências socioculturais, as práticas educacionais e comunicativas.

O surgimento desta entidade aconteceu em 1987, do século XX em Fortaleza, ano em que os segmentos da Igreja Católica faziam as preparações para o lançamento da Campanha da Fraternidade de 1988. Nesse contexto organizativo, cada paróquia e as capelas mobilizaria suas pastorais sociais e grupos. O objetivo da articulação seria divulgação e a motivação para se construir a CF/88. A dinâmica utilizada pelo padre Luís Fornasier, pároco das capelas que formavam a Paróquia Nossa Senhora das Graças, foram os encontros. Nestes se discutiu de que forma as comunidades iriam se integrar ao tema “A Fraternidade e o negro”. Afora estas reuniões ampliadas, o padre Luís Fornasier em 1987 conversou com todos os grupos existentes na igreja no intuito de motivá-los a participar e também de ver quem dentre os animadores de Ceb“s poderiam organizar um grupo, no qual iria estudar documentos da CF/88, preparação do lançamento e articular grupos, pessoas que pudessem contribuir na temática. Portanto, um grupo de reflexão-GR, que são dentro da estrutura organizativa das Ceb“s. “Grupos” porque reúnem, congregam, convocam parentes, vizinhos e amigos; de “Reflexão” porque refletem, pensam, estudam por meio do método pedagógico ver-julgar-agir.

Um dos primeiros encaminhamentos no Parque Santa Maria (Ancuri) foi exatamente viabilizar a implantação de uma rádio com um grupo de comunicadores/as, que iriam coordená-la. O grupo, chamado pelas pessoas das CEB“s de “a comunicação” ou “pessoal da rádio” começou sozinho, com ajuda do padre, e da biblioteca com um rico acervo de livros, periódicos, tais como o Jornal Maioria Falante (RJ), Jornal do MNU e o Maria Mulher (RS), informativos que o padre Luís Fornasier adquiriu para que fosse subsídio na elaboração dos programas, mas, também utilizável pelos moradores/as.

Neste sentido, durante o período de discussões iniciais, inicialmente foi sugerido o nome Netos de Zumbi. O professor Francisco Assis propôs Vozes d’África em homenagem ao poema de Castro Alves, mas havia um maracatu cearense com o mesmo nome. E surgiram outros nomes, até que foi feito um trocadilho com o nome do poema e ficou Filhos d’África. Francisco Antônio Ferreira Lopes, ainda dentro das ações iniciais e posteriores da entidade, o entrevistado, ao falar da amplitude de uma montagem teatral sobre a questão racial na década de 1980 como um elemento agregador de pessoas. Portanto, a peça Zumbi Ganga Meu Rei (GENTIL 2009; GENTIL, SILVA, 2011) foi o marco inicial do Grupo Filhos d’África. Reitera ainda os tais registros que em 1989 deu-se a parceria dos Filhos d’África com o Agente de Pastoral Negros, Frei Fernancio Barbosa, membro da negritude capuchinha.

Além disto, representantes do grupo foram ao Encontro de Negros do Sertão, em Catolé do Rocha (PB), em 1990, coordenado por Arquecelina Sá e a quilombola Francisca Maria da Silva (Bidia). Foi um importante momento de troca de experiências e vivências de aspectos do movimento negro paraibano.

O núcleo da localidade Parque Santa Maria (Ancuri) realizou, ao lado dos APN's (Agentes de Pastoral Negros), representado por Frei Fernancio Barbosa, com apoio de integrantes da rádio comunitária, um baile funk, A festa ocorreu e foi possível com o lucro trazer a Associação de Capoeira Angola Navio Negreiro (ACANNE) da Bahia. O evento aconteceu com a presença de mestres angoleiros da ACANNE/Bahia: Renê Bittencourt e Jaime de Mar Grande. A igreja Nossa Senhora das Graças estava lotada de pessoas que demonstravam estranhamento com a mandinga da Capoeira Angola (1990).

Na ocasião, os mestres baianos devolveram atividade de transmissão de tradição oral africana. Mestre Renê expôs sobre Muzambu" tradição oral africana, princípio de filosofia da ACANNE. Enquanto que Mestre Jaime de Mar Grande abordou sobre Escrava Anastácia, no qual relacionou a sua figura à força da mulher angoleira que aparece e sobressai pelo princípio do equilíbrio, sendo esta portadora do axé.

## **GRUPO DE MULHERES NEGRAS DE FORTALEZA**

Nesta seção serão apresentados alguns dos principais elementos relacionados à constituição do Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza. Para isto, entrevistamos Vânia Lúcia Martins. Esta liderança tinha 23 anos quando iniciou a sua militância primeiramente no GRUCON. E a emergência de um trabalho para as mulheres negras estimulou esta liderança junto a seu coletivo de mulheres construíssem mecanismos que viabilizasse um ativismo feminino surgido no âmbito do GRUCON. No relato de Vânia Martins, no final de 1980, aconteceram muitas esterilizações de mulheres. Foi naquela época um fato comum e de qualquer maneira eram feitas as esterilizações.

Nesse momento descreve a condição significativa de mulheres, que devido sua submissão perante o homem e a sociedade eram submetidas. Ela ressalta o casamento como uma condição social que reforça a autoridade do homem sobre o corpo da mulher. Segundo a militante do Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza, essa problemática norteou as primeiras discussões da organização. Nas palavras da militante, o enfoque do Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza era compreensão da questão do feminino. Para o grupo, somente a conscientização - por parte das mulheres - de seus entraves sociais não contemplaria a ausência de discussões sobre o corpo da mulher. Afirmou que esta articulação de mulheres negras nasceu e se objetivou a falar de assuntos importantes para as mu-

lheres, que raríssimas vezes se abordavam, a exemplo do orgasmo. Conforme, Vânia Martins, o feminismo não teria espaço de discussão naquele grupo, pelo menos naquela época, conforme ela entendia o movimento feminista.

Da trajetória desta entidade também foi revelado que o grupo encontrou alguns desafios para ampliar a participação de mulheres, segundo Vânia Martins, devido à própria aceitação de si. Ela ainda diz que é uma consequência da negação da existência de negros/as no estado do Ceará. Além dessa condição, há o acúmulo de estereótipos sociais atribuídos ao corpo da mulher negra. Em outras palavras, a fala dessa liderança traduz a representação do corpo negro feminino, marcado pelas evidências de preconceitos, devido às referências de beleza física estabelecidas pela sociedade. Uma construção social diretamente ligada a um ideal de corpo magro, alto e branco. Isso significou para Vânia Martins, aspectos de singularidades associadas aos valores culturais e sociais a serem trabalhados no Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza. Uma forma encontrada para dar significados a determinadas práticas do Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza esta liderança lembra do boletim informativo Malungos.

No final da década 1980 para 1990, o Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza estava na composição do fórum de entidades negras do Ceará. Contudo, encontrava sem a mesma força de antes. Mesmo com os obstáculos de mobilização, mantinha as reuniões,

que ocorriam na casa de militantes do movimento negro, entre eles, o Luís Axé. Faziam-se presentes em festas de reggae no Centro de Formação Dom Aloísio Lorscheider, promovidas pelo Grupo Filhos d'África. No início da década de 1990, haviam planejado ampliar a entidade para o Conjunto Palmeiras e município de Caucaia, e tinha como objetivo trabalhar em cima dos dados do IBGE de 1988-1992 sobre a mulher negra, abrangendo as empregadas domésticas. O Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza encerrou as atividades em 1993, com participação do curso de formação para o Movimento Negro do Ceará-MNC. No ano citado, participaram do 1º fórum de mulheres negras, nos dias 29,30 e 31 de janeiro no Maranhão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, esse conjunto de organizações negras estudado passou a reivindicar e ter a consciência de uma identidade negra. Com olhos voltados para a história do Ceará, para o continente africano e para os negros/as da diáspora, neste caso, decorrentes da escravidão colonial, marcados pelo passado comum de escravidão, opressão e racismo. Por outro lado, tivemos um movimento negro na década 1980 e 1990, voltado para as referências nacionais e locais. Desta forma, a ligação com a África tornou-se um dos pontos centrais para o movimento negro cearense e também no aspecto de ressignificar a identidade. Tanto aqui como no resto do país, a

designação afro, por exemplo, tornou-se adjetivo para práticas identitárias: kizomba afro; missa afro; feirinha afro; cabelo afro; colar afro; dança afro; religião afro, entre outras. Em virtude disso, afirmamos que a identidade negra ressignificada pelas entidades do movimento negro no Ceará daquele decênio é também um longo processo histórico. (MUNANGA, 2003).

Ao tecer considerações acerca das pesquisas acadêmicas sobre presença negra e de africanos no Ceará, e pesquisas de levantamentos sobre as comunidades negras no interior do estado, nós concluímos que o movimento negro cearense por meio destas iniciativas citadas ampliou a sua condição de sujeitos sociais. Nesse sentido, vimos a evidência do protagonismo e dinamismo para investigar a história no qual estavam inseridos e, a partir dos apanhados, contribuir em diversas frentes de atuação. Outro aspecto evidenciado nessa pesquisa sobre o movimento negro cearense que atribuímos como uma característica foram as ações articuladas de algumas entidades por meio de visitas a ocupações, movimento por moradia própria, a populações em área de risco, inserção em manifestações culturais e, ainda, grupos de mulheres, escolas, famílias, igrejas, casas de umbanda e candomblé, atividades em diversos bairros e região metropolitana de Fortaleza.

Destarte, as organizações negras aqui abordadas, fizeram uso da dimensão cultural para positivar a identidade negra, nisto concluímos ter tido um sentido político de intervenção, assim co-



mo uma afirmação de elementos da cosmovisão africana (FERREIRA, 2000), haja vista que cosmovisão aqui entendida em Eduardo Oliveira (2006) não se limita a recuperação de elementos culturais do passado. Ainda consideramos nesta pesquisa que a militância das mulheres tem a sua representação nas relações na socialização da vida comunitária, da cultura, da educação, das famílias e da religiosidade. As narrativas nos mostraram que estas lideranças do movimento negro reconhecem no ativismo, uma experiência de ganhos políticos e de ampliação de conhecimentos sobre a identidade étnico-racial. Este trabalho foi possível graças às redes ainda presentes, algumas décadas depois dos movimentos sociais negros e inúmeras lideranças da cidade, que contribuíram com seus pensamentos, sentimentos e memórias (orais ou impressas).

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Nádia. CARDOSO, Nádia. Movimento Negro pós-70: a educação como arma contra o racismo. In: **Instituto Steve Biko** - juventude negra mobilizando-se por políticas de afirmação dos negros no ensino superior. Vitória da Conquista: Universidade Estadual da Bahia - Dissertação de Mestrado, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** 2007.

FERREIRA SOBRINHO. José Hilário. A Presença Negra e de Africanos Livres no Ceará do Séc. XIX. In: COSTA, Ivan; NASCIMENTO, Joelma Gentil do. **Trajetórias**

**Históricas e Práticas Pedagógicas da População Negra no Ceará.** Fortaleza, Imprece, nº 1, 2009.

GENTIL, Joelma; SILVA, Joselina. **Artefatos da Cultura Negra no Ceará.** In: Henrique Cunha Junior, Joselina da Silva e Cicera Nunes (org.) Fortaleza: Edições UFC (Coleção Diálogos Intempestivos, n.106, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil. In. **Diversidade na Educação: Reflexões e Experiências.** Secretaria de educação Média e Tecnologia. Ministério de Educação. Programa Diversidade na Universidade. 2003.

NASCIMENTO, Joelma Gentil do. Nas Escolas de Meus Bairros: Nossas Histórias, Falas e Construções Coletivas. In: LIMA, Ivan Costa; NASCIMENTO, Joelma Gentil do. **Coleção Formação do Movimento Negro Unificado: Trajetórias Históricas e Práticas Pedagógicas da População Negra no Ceará,** Imprece, 2009.

OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmovisão Africana no Brasil:** elementos para uma filosofia Afrodescendente. 3º. ed. Curitiba: Editora Gráfica popular, 2006.

PINTO Kátia Regina. **A ação educativa do Centro de Cultura Negra do Maranhão:** combate ao racismo. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Piauí, 2007.

# 9

## **Racismo estrutural e as políticas de promoção da igualdade racial no Brasil<sup>73</sup>**

MADEIRA, Zelma.

Professora Adjunta da Graduação e do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social – MASS/ UECE. Coordenadora do NUAFRO – Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afro-brasilidade, Gênero e Família da UECE. Coordenadora Especial de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial do Ceará – CEPPIR desde 2015. Coordenadoria vinculada à Secretaria Executiva de Direitos Humanos da Secretaria Estadual de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos – SPS. E- mail [zelmadeira@yahoo.com.br](mailto:zelmadeira@yahoo.com.br) e [zelma.madeira@sps.ce.gov.br](mailto:zelma.madeira@sps.ce.gov.br)

### **IDEIAS CENTRAIS AO TRATAR DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL**

- Escravismo Moderno e Racismo;
- Projeto político = projeto de nação Racista e antinegro;
- Onda negra, medo branco – como classe perigosa, porque “destituído de ética e moral para o trabalho”, sair da escravidão com essa “sina”;

- Racismo estrutural – desigualdades persistentes e naturalização das hierarquias raciais;
- Movimentos negros e o enfrentamento ao racismo;
- Estado e Políticas Públicas Clássicas e as específicas de promoção da Igualdade Racial;
- Políticas Repressivas, Valorativas e de Ação Afirmativa.

## **ESCRAVIDÃO NO BRASIL**

Tratar do Brasil escravista, no dizer de Clóvis Moura, exige entender esse país com seu arcabouço jurídico legal que legitimou o escravismo e suas passagens históricas, por um lado perpassado pelo esquema de poder senhorial hegemônico descrito quase sempre como mundo dos brancos. E por outro lado cabe explicitar o Brasil escravizado, constituído de negros e negras que edificaram essa nação mediante seu trabalho forçado e que historicamente lutaram pela sua emancipação, resistiram de diversas formas pela dissolução do regime servil, a partir da criação e recriação de elementos culturais.

Vale então pontuar as contradições, os conflitos, os embates, as disputas de interesses entre o Brasil escravista e o Brasil escravizado, daí a relevância de dar voz, visibilidade a estes atores

---

<sup>73</sup> Nota de aula para formação junto aos membros do MNU – Movimento Negro Unificado do Ceará. Fortaleza, setembro de 2019.

tão apagados, discriminados, negados de sua história, abandonados das cenas históricas dessa sociedade que insiste em reeditar o preconceito, a discriminação e racismo.

A vida de negros e negras no Brasil historicamente foi atravessada por vulnerabilidades e certamente por resistências, essas resistências e insubordinações deram-se de diversas formas: via direta, indireta, como formação dos quilombos, religiosidades (matriz africana, irmandades religiosas católicas) cultura, artes em suas múltiplas expressões , lutas políticas, reivindicação por direitos, acesso à justiça racial, luta pelo reconhecimento identitários por distribuição de renda , redistribuição econômica, por políticas de ação afirmativa, por ação valorativa e também repressiva – do racismo como crime .

Esse debate é importante e oportuno porque traz para os dias atuais as especificidades da escravidão (herança e recriação) que vigorou por quase quatrocentos anos no Brasil e as consequências que deixou e como temos nos debatido com ela – as repercussões, os rebatimentos nas trajetórias individuais e coletivas de negros e negras.

A escravidão foi um sistema que permitia o tratamento de homens e mulheres negros como objetos, propriedades cujo valor se media em moeda. Perdurou no Brasil primeiro a escravidão Indígena e depois a escravidão Africana, sobressaindo a escravidão colonial (moderna) – modo de produção que surgiu com o mercan-

tilismo e a expansão do capitalismo, sendo um dos elementos constituintes básicos da acumulação de capital.

Especificidades da escravidão no Brasil:

- Estratificação social da classe escravizada de acordo com a divisão do trabalho, com as principais categoriais: escravo do eito e de atividade extrativa; escravos da mineração, escravos domésticos nas cidades ou nas casas grandes; escravos de ganhos na cidade, e outros tipos. Estes se articulavam e integravam internamente, mas apenas naquele espaço social que lhe permitia a estrutura escravagista.
- Famílias dos escravizados - era norma o desrespeito aos laços de parentescos, separação, famílias dissolvidas, vendas, trocas, o proprietário era quem regulamentava o relacionamento entre os sexos, a vida familiar, a morada, isso tudo provocava enorme instabilidade familiar. No entanto, essas agruras não justificam as teses de que durante a escravidão não foi possível formar famílias negras, certamente conviviam em meio a muitas adversidades, porem funcionaram sim como elemento de resistências.

No seu livro – *A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava Jato*, Jesse Souza afirma que a escravidão define o Brasil. Considera que o pacto construído e sedimentado pelos donos do poder para perpetuar uma sociedade excludente e perversa, forjada ainda na escravidão. O autor nos fala por meio do que ele denomina cultura-

lismo racista que norteou as mentalidades e atitudes no Brasil, passado criminoso que deixou marcas perversas profundas na atualidade, estão presentes nas instituições fundamentais que moldam, dão direcionamento aos nossos comportamentos (família, escola, mercado de trabalho, a política, a justiça foram baseadas na escravidão). Assim, para Souza o que define o Brasil não é a herança maldita luso-brasileira para a corrupção, mas sim o abandono da classe dos ex-escravizados, o abandono do liberto a sua própria sorte/azar.

A abolição podia acontecer por meio de um movimento revolucionário ou como o que aconteceu no Brasil, por meio de uma norma jurídica- Lei Aurea de 1888. Com a Abolição saímos da escravidão sem política de reparação, e não só isso mais a criminalização das condutas dos ex-escravizados (a capoeiragem, vadiagem e mendicância). Os indígenas tiveram que se ater com o estigma de serem preguiçosos. E negros e negras com a dimensão atribuída de praticantes da magia africana, feitiçaria que os fazia acreditar que “no fim vai dá certo”.

Célia Maria Marinho de Azevedo (2004) na sua obra *On-da negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites Século XIX*, fala do dia após abolição a população negra sai como classe perigosa. Quais eram as preocupações de uma minoria de proprietários ricos e brancos com essa maioria que inspira medo, que é “sem regra, inclusive sem moral e sem ética para o trabalho”.

A obra *Raízes do Conservadorismo Brasileiro: A abolição na imprensa e no imaginário Social* de Juremir Machado da Silva ilustra bem essa preocupação estampada nos jornais um dia após a abolição – o que fazer com essa massa despreparada, sem humanidade, infantilizada, com traços fortes da vagabundagem. O Diário do Maranhão cobrava programa governamental contra os novos cidadãos livres do Império, leis que reprimissem a ociosidade, pela via da disciplina, de um rigoroso regime policial.

Como é possível notar, não veio agradecimento pelos trabalhos gratuitamente prestados, geração de riquezas que consolidaram esse país como nação, não veio pedido de desculpas, mas medidas contra a vagabundagem dos libertos.

Em meio a décadas de debates entre teóricos do assunto, remanesce uma certeza: a de que o pensamento racista e as práticas discriminatórias que sustentaram o sistema escravista até 1888 atravessaram os mais de 130 anos seguintes sob novas formas.

*“Não se estuda o escravismo sem emoção e sem sentimento de vergonha e remorso”*, afirma Alberto da Costa e Silva no Prefácio *Escravidão e liberdade* (2018: p.14). Para debater sobre as relações raciais na sociedade brasileira temos de recorrer a escravidão, não que consideremos que haja uma relação direta entre escravidão e racismo. No dizer de Silvio de Almeida (2018) não podemos fazer uma ligação direta, linear entre escravidão e racismo. É preciso compreender que não estamos vivendo numa escla-



vidão, com o pós-abolição o jeito de tratar o/as negro/as se reconfigurou em forma de racismo. O racismo não é resquício da escravidão, pois assim podemos crer que a solução estará em termos um choque de modernidade. O racismo foi reconfigurado dentro da nova institucionalidade brasileira no pós-abolição. O jeito como os negros/as foi tratado na escravidão se reconfigura estruturalmente, no pós-abolição, sobressai o Racismo.

## **RACISMO ESTRUTURAL**

O racismo para Silvio de Almeida (2018) mais do que ser produzido pelos indivíduos, produz sujeitos. Portanto o racismo se configura como um fenômeno que está atrelado a outras condições como condições políticas, econômicas e a própria constituição das subjetividades. O autor busca com o conceito de racismo estrutural deslocar a análise da questão da raça para os elementos da política, das relações de poder, do direito, da economia e das relações subjetivas.

O racismo só pode existir se tiver uma estrutura social que identifica esses grupos, que cria subjetividades dentro desses grupos e que estabelece relação de poder, que independe inclusive do propósito do indivíduo. Não existe racismo sem teoria que o sustente, além da teoria carece de narrativas históricas, de instituições que reproduzam a subjetividade para funcionar a partir dessa lógica de desigualdades.

O racismo é estruturante dos padrões capitalistas de apropriação/expropriação do trabalho, da terra e do conhecimento. E precisa ser superado. Ele se dá nas relações pessoais, nas instituições, está arraigado em nosso imaginário, práticas e nas estruturas sociais. Racismo que persiste em nossa sociedade desde os tempos coloniais racismo estrutural, estruturante e ambíguo. A sua principal característica, é a sua capacidade de se afirmar através da sua própria negação.

*Onda negra, medo branco* (2004), Célia Marinho de Azevedo já falava de como a classe tida como perigosa estava imbricado historicamente nas relações de poder, reeditado e acirrado pelo sistema capitalista, pois o racismo beneficia-se dos efeitos psicológicos que consegue produzir, principalmente, nas elites e na classe média. Um deles é o medo. As classes detentoras do poder econômico, político e midiático induzem grande parte da sociedade por meio dos meios de comunicação em massa, das igrejas fundamentalistas, dos seus representantes no Congresso Nacional, a se sentirem vítimas de determinados coletivos sociais diversos, ou seja, daqueles que foram ensinados a temer: os negros, os pobres, a população LGBT, os Sem Teto, os Sem Terra, entre outros. A esses coletivos são imputados todo tipo de crime, violência e distorção justificando os próprios atos de violência e a injustiça a eles dirigidos. E nessa neurose coletiva, parte da grande massa populacional brasileira passa a projetar no outro, no seu igual, um senti-

mento de medo que, na realidade, é o medo de si mesma. (GOMES; LOBORNE; 2018, p. 13).

Portanto, ao contrário do que apregoam as leituras liberais, racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico. Racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente.” (ALMEIDA, 2016, p.23):

- **Concepção individualista:** que trata o racismo como uma espécie de “patologia” social; um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou ainda, uma “irracionalidade”, cuja providência mais adequada a ser tomada é no campo jurídico (sanção penal ou civil). Não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo. O racismo é notado na forma de discriminação direta. Racismo Interpessoal - Convivemos com o racismo no âmbito privado, das relações interpessoais com piadas ofensivas, atos cotidianos que não são mensuráveis pela estatística, dados difíceis de medir. (narrativas sutis e perversas).
- **Racismo Institucional** -O racismo é o resultado do *mau funcionamento* das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça. Admite-se aqui, portanto, o racismo como *discriminação indireta*.

Por serem as instituições lugares de *produção de sujeitos* é necessário que haja medidas de “correção” dos mecanismos institucionais, como *ações afirmativas* que aumentem a *representatividade* de minorias raciais e que alterem a lógica interna dos processos decisórios;

- **Concepção estrutural:** o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. Aqui, considera-se que comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo pensar sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.

As expressões do racismo se apresentam concretamente na organização política, econômica e jurídica de nossa sociedade. É válido destacar que a designação de seu caráter “estrutural” não significa afirmar uma situação imutável, ou que ações e políticas antirracistas sejam infrutíferas, ou mesmo que os sujeitos que praticam atos racistas devam ser eximidos de sua responsabilidade. “O propósito desse olhar mais complexo é afastar as análises superficiais ou reducionistas sobre a questão racial, que além de não re-

solverem o problema dificultam em muito o combate ao racismo” (ALMEIDA, 2018, p. 39).

## **DESIGUALDADES PERSISTENTES**

Desigualdades raciais no Brasil comprometem oportunidades de trabalho e desenvolvimento humano. Estudos mostram que a cor da pele é componente central na estruturação das desigualdades no Brasil, afetando o acesso ao emprego e a maiores níveis de desenvolvimento. No país, negros vivem, estudam e ganham menos do que brancos. A precarização das relações de trabalho tem um impacto maior nas famílias negras, já que seus membros têm, em geral, possibilidades menores de ingresso e mesmo de ascensão no mercado formal. Segundo a PNAD Contínua/2018, o número de desempregados em 2017 estava em 13 milhões sendo que, desse total, quase 64% eram negros.

Segundo o IBGE (2018), crianças, jovens e mulheres negras são os mais afetados pela pobreza. No Nordeste estão 44,8%, isto é, 25,5 milhões de pessoas. Os que mais sofrem com a pobreza são pretos ou pardos (34,5%). Quando consideramos as mulheres pretas ou pardas sem conjuge e com filhos, esse índice sobe para 64,4% como grupo mais afetado. Acresce a informalidade que atingiu 37,3 milhões de trabalhadores em 2017 e pretos ou pardos são maioria entre os trabalhadores informais (46,9%), estes rece-

bem 60% de um branco que está na mesma situação de informalidade.

Dados sobre a juventude revelam a geração N – nem estudam e nem trabalham. Segundo pesquisa em Fortaleza em 2017, do total de pessoas desocupadas no Brasil, 32,6% tinham entre 18 e 24 anos. (PNUD 2018).

O Atlas da Violência (2017) relata que: “de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra” (p. 30).

De fato, ao se analisar a evolução das taxas de homicídios considerando se o indivíduo era negro ou não, entre 2005 e 2015, verificamos dois cenários completamente distintos. Enquanto, neste período, houve um crescimento de 18,2% na taxa de homicídio de negros, a mortalidade de indivíduos não negros diminuiu 12,2%. Ou seja, não apenas temos um triste legado histórico de discriminação pela cor da pele do indivíduo, mas, do ponto de vista da violência letal, temos uma ferida aberta que veio se agravando nos últimos anos (CERQUEIRA, LIMA e BUENO et al, 2017, p. 30 *apud* GOMES e LOBORNE, 2018 , p.6 )

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017 (BRASIL, 2017), ao trazer o recorte de gênero pela primeira vez, revela que as jovens negras com idade entre 15 e 29 anos têm 2,19 vezes mais chances de serem assassinadas no Brasil do que as brancas na mesma faixa etária. No mesmo sentido, o Atlas da Vio-

lência (2017) mostrou que entre 2005 e 2015 a taxa de homicídios de mulheres brancas teve redução de 7,4%, enquanto a taxa de mortalidade de mulheres negras aumentou 22%. (FEMINICÍDIO NEGRO JUVENIL).

A perversa articulação entre racismo e vulnerabilidade social impõe a essa parcela da população que, antes, deveria ser muito mais cuidada pela sociedade, pelo Estado. Devemos considerar a responsabilidade do Estado diante do quadro alarmante de violência que atinge jovens negros e negras.

Negros e negras sofrem enormes disparidades em diversos setores da vida social. No mercado de trabalho dados recentes divulgados pelo IBGE mostram que negros ganham 59% dos rendimentos de brancos. Além disso, representam 70% da população que vive em situação de extrema pobreza, concentram maiores taxas de analfabetismo do que brancos - 11% entre negros e 5% entre brancos – (PNAD, 2016), além de constituírem mais de 61% da população encarcerada (DEPEN, 2014), embora representem 54% da população (IBGE).

A educação no Brasil ainda se caracteriza como um espaço onde persistem históricas desigualdades sociais e raciais e este caráter seletivo está especialmente localizado na Educação Superior. Em 2010, 62% da população branca com mais de 18 anos possuía o ensino fundamental completo. Na população negra, esse percentual caía para 47%.

A violência urbana, a pobreza e a vulnerabilidade social, o tráfico, a ausência de uma política democrática de segurança. Somado a elas existiria, ainda, toda uma situação de falta de acesso à educação escolar, a ausência de equipamentos públicos de lazer nos bairros pobres, vilas e favelas, baixa ou pouca inserção no mercado de trabalho de maneira digna, pouco acesso aos bens culturais, disputa entre os próprios jovens resultando em morte por armas de fogo. (GOMES; LABORNE, 2018, p.11). “esta morte precisa ser evitada e, para isso, é necessário que Estado e sociedade se comprometam com o fim do racismo – elemento chave na definição do perfil das vítimas da violência” (p.12).

O Brasil tem uma população prisional que não para de crescer, e é negra. Vejamos alguns dados do Censo realizado pelo Conselho nacional de justiça (2014) e do Infopen (2016) apresentado por Juliana Borges no seu livro *O que é encarceramento em massa*:

- Temos a terceira maior população prisional do mundo (Infopen: 2016) ficando atrás de Estados Unidos e China;
- São 726.712 mil pessoas presas no país;
- da população prisional é negra, enquanto que este grupo compõe 53% da população brasileira- dois em cada três presos é negro no Brasil;



- 55% da população prisional é composta por jovens, ao passo que esta categoria representa 21,5% da população brasileira;
- 56% da população prisional masculina é jovem, 50% da população prisional feminina é jovem;
- Caso mantenhamos este ritmo, em 2075, uma em cada 10 pessoas estará com privação de liberdade no Brasil (Infopen, 2014);
- Interseccionalidade de gênero – mulheres negras – famílias negras produzem geração de delinquentes;
- mulheres estão em situação prisional (Infopen Mulheres 2014);
- Entre 2006 e 2014, a população feminina nos presídios aumentou em 567,4%, ao passo que a média de aumento da população masculina foi de 220 % no mesmo período;
- Temos a quinta maior população de mulheres encarceradas do mundo ficando atrás de Estados Unidos (205.400 mulheres presas), China (103.766), Rússia (53.304) e Tailândia (44.751);
- 50% das mulheres encarceradas têm entre 18 e 29 anos e 67% são negras

No Socioeducativo a maioria das internas tem entre 15 e 17 anos, sendo 68% negras. Sobressai no Brasil a ideologia racista e sistema de justiça criminal como instituição relevante no ordenamento sistêmico pela manutenção deste sistema racial de castas. Neste sentido Borges assinala que o Sistema de justiça criminal brasileiros em cores 84,5% dos Juízes, Desembargadores e Ministros do Judiciário são brancos, 15,4 % negros, e 0,1% indígenas;

- 64% dos magistrados são homens, 36% das magistradas são mulheres;
- 82% das vagas nos tribunais superiores são ocupados por homens;
- 30,2% de mulheres já sofreram reação negativa por serem do sexo feminino;
- 69,1% dos servidores do Judiciário são brancos, 28,8% são negros, 1,9 % amarelos;

No atual cenário político e econômico brasileiro sobressai o aumento das históricas desigualdades socio raciais, com sério desdobramentos a partir da decisão do governo Temer de cortar recursos destinados a efetivação de políticas sociais, sendo visível a restrição dos direitos sociais para amplos setores que sobrevivem em cenário de pobreza, desemprego e convivem com processos de exclusão, como a população negra.

[...] Emenda Constitucional nº 95/2016, que congela os limites constitucionais para as despesas primárias da administração pública federal (aquelas que não envolvem juros — Saúde, Educação, Assistência Social, Defensoria Pública etc.) por vinte anos, sob o velho argumento de que investir em políticas sociais amplia a dívida pública. [...] (SILVA, 2018, p.145).

Podemos afirmar que com o corte dos gastos públicos em áreas essenciais como educação, geração de trabalho e renda, saúde, assistência social, previdência social dentre outras compromete diretamente a melhoria da qualidade de vida da população negra, haja vista ser essa a que mais precisa de serviços públicos. Aumenta a dificuldade de acesso de jovens negros/as nas universidades públicas, diminuem as oportunidades de acesso aos benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda para os pobres.

Quanto ao rendimento de trabalhadores/as negras foi de R\$ 1.531,00 e dos brancos R\$ 2.757,00, os dados revelam que o racismo se inscreve nos índices de desigualdades em áreas estratégicas para processos de desenvolvimento social e econômico.

A população negra tem dificuldade de inserir-se no mercado formal de trabalho, de se aposentar, tem menor expectativa de vida, jovens negro/as tentam insistentemente ingressar mais cedo no mercado de trabalho e comprometem seu processo de escolarização. Estes em meio às vulnerabilidades buscam acessar os direi-

tos da seguridade social (saúde, previdência social e assistência social). Contudo, com a PEC 95 (Proposta de Ementa Constitucional) evidencia-se a drástica redução do financiamento da seguridade social, está em disputa o fundo público, e a alegação de garantia do equilíbrio das contas públicas tem aprofundado a situação de segmentos populacionais que já conviviam com diminutas oportunidades de mobilidade e ascensão econômica e social, e que sofrem as consequências do racismo estrutural.

Acirra-se o acesso desigual a direitos, fomenta-se ainda mais a naturalização do racismo e o silenciamento acerca das desigualdades advindas do preconceito e das práticas discriminatórias como eixo estruturante da forma como a sociedade está organizada para produzir e se reproduzir. Devemos considerar que a crise econômica não atinge a todos indistintamente, para além dos condicionantes da atual conjuntura, é preciso se ater que o país falha na disposição de garantir direitos com a manifestação do racismo como relação social que define política e economicamente lugares para brancos e negros.

No atual governo a pauta da segurança pública atinge diretamente a população negra, o pacote anticrime

Pacote anticrime atinge diretamente a população negra, a juventude negra. No rol das causas apontadas estariam ainda o frágil sistema de segurança pública no Brasil, os impedimentos constitucionais para que a União possa atuar mais fortemente junto

aos Estados com ações eficazes de segurança pública debatida com a comunidade, os autos de resistência, a impunidade policial, a impunidade dos traficantes. (GOMES; LABORNE, 2018, p.11).

Contudo, desde que aqui chegaram em navios negreiros, negros e negras resistiram, e o fizeram por diferentes maneiras. Desde o final do século XX e início do XXI que a população negra, em movimento a partir da reivindicação ao direito à diferença, à diversidade étnico-racial, vem propondo novo pacto civilizatório, ações de reparação pelo crime que foi a escravidão e por outro projeto societário em que se leve em conta o bem viver, a igualdade de direitos e oportunidades, em que os sujeitos saiam da ação individual para uma dimensão universal com a direção voltada para a emancipação humana.

## **POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

A política de igualdade racial no Brasil possui suas raízes nas mobilizações populares do movimento negro, e atender as demandas apresentadas significa democratizar o poder público. Nesse sentido, são elucidativas as palavras de Jaccoud quando trata do debate público do tema da igualdade racial:

[...] Este debate foi apresentado à sociedade brasileira pelo movimento negro, que defendeu, de forma renovada nas últimas décadas, a necessidade não apenas de combater o racismo, mas de efetivar instrumentos de promoção da igualdade racial. Tais

demandas provocaram a ampliação do reconhecimento da relevância do tema do racismo e da discriminação racial como fenômenos sociais ativos na sociedade brasileira, diante do qual, entretanto, levantaram-se resistências e oposições (JACCOUD, 2009, p. 11).

Para o enfrentamento do racismo e das desigualdades raciais, fazem-se necessárias as políticas de cunho universal, direcionadas a todos os cidadãos sem qualquer distinção, mas também por políticas específicas, voltadas aos grupos historicamente discriminados em termos raciais na sociedade. As políticas de promoção da igualdade racial no Brasil têm natureza essencialmente transversal, o que significa dizer que sua efetividade depende de uma incidência direta nas diversas esferas da vida social da população. E, para isso, é necessário que todas as políticas setoriais assumam em suas ações o objetivo de reduzir as desigualdades raciais (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 42).

A execução dessa política pública está subordinada aos ditames do sistema capitalista, e os agentes que nela atuam são desafiados a compreendê-la em suas contradições, limitações e potencialidades.

Nesse ponto, a promoção da igualdade racial, assim como outras políticas transversais, resguarda ainda mais peculiaridades. Além dos obstáculos inerentes aos processos de planejamento setoriais e dos limites dos instrumentos atuais, há que se considerar que a gestão do tema racial como objetivo transver-

sal é especialmente desafiadora. O propósito não se restringe a ampliar a dotação e aprimorar as ações dos órgãos incumbidos de coordenar a política. O mais importante é garantir que todas as demais políticas sejam sensíveis ao objetivo de reduzir as desigualdades raciais e que procurem incluir, em suas ações setoriais, este desígnio (SILVA et al., 2011, p. 3).

Os sujeitos políticos inseridos nas organizações negras, partidos políticos, mídia e outros grupos de pressão denunciaram o racismo e exigiram com urgência uma ação coletiva pública. Logo, essa política pública, constituída historicamente por meio de relações sociais tensionadas e permeadas de contradições, é de recente inserção na agenda governamental e legislativa. Apenas em 1988 foi criado o primeiro órgão federal dedicado à questão racial – a Fundação Cultural Palmares, voltado, no entanto, à temática cultural.

Ações históricas como a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, em 1995, proporcionaram maior visibilidade à pauta e forçaram o governo brasileiro a reconhecer oficialmente, pela primeira vez, a existência do racismo no país.

É importante elucidar aqui que existem diferentes tipos de políticas de promoção da igualdade racial. Essas podem ocorrer por meio de políticas universais ou por meio de políticas especificamente direcionadas aos grupos discriminados racialmente no

Brasil. Em relação a esta última, existem ao menos três tipos de políticas ou ações de combate ao racismo e às desigualdades raciais que merecem destaque: **as repressivas, as valorativas e as afirmativas.**

As políticas repressivas<sup>74</sup> buscam combater o ato discriminatório através da legislação criminal existente. As valorativas<sup>75</sup> referem-se às ações ou políticas que reconhecem ou valorizam a pluralidade étnica e buscam desconstruir estereótipos racistas que marcam a sociedade brasileira, tendo caráter permanente e focalizado, diferente do terceiro tipo: as ações afirmativas<sup>76</sup>, que são de caráter temporário e direcionado ao grupo étnico discriminado. Esta última possui o intuito de oportunizar o acesso a direitos sociais e ampliar a participação nos setores sociais em que a discriminação étnico-racial dificultou seu desenvolvimento ou os excluiu (SANTOS; SILVEIRA, 2010).

A formulação e prática dessas políticas ganharam maior espaço e força a partir dos anos 2000, com o início do governo

---

<sup>74</sup> São exemplos: a Constituição Federal (CF) de 1988, no seu art. 5º, inciso XLII, que determina que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito de reclusão nos termos da lei”, e a Lei nº 7.716/1989, comumente conhecida por Lei Caó, que regulamenta aquilo que preceitua a CF.

<sup>75</sup> São exemplos: as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da cultura e história dos africanos, afro-brasileiros e indígenas nos currículos escolares.

<sup>76</sup> Como a lei das cotas sociais e raciais nas universidades federais, Lei nº 12.711/2012, nas universidades estaduais do Ceará, Lei 16.197/2017, e das cotas para os concursos públicos, Lei nº 12.990/2014, que reservam 20% das vagas para os que se autodeclaram negros(as).



Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), com *status* de ministério e tendo como objetivo formular e coordenar políticas e articular ações do governo federal de combate à discriminação e à desigualdade racial.

Foram criados ainda o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR) e o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir). Passaram a ser realizadas as Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial, tendo ocorrido a primeira em 2005 e a segunda em junho de 2009. A terceira ocorreu em 2013 e a quarta em maio de 2018 (JACCOUD, 2009).

Em 2010 foi criado o Estatuto da Igualdade racial lei no. 12.288, importante marco legal ao definir discriminação racial como a exclusão, distinção, restrição ou preferência baseada na etnia, descendência ou origem nacional e desigualdade como toda situação injustificada de diferenciação de acesso e de oportunidades em virtude de etnia, descendência ou origem nacional.

O Brasil conta com 16 anos de política de igualdade racial sob o comando da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Entretanto, como bem elucida Behring (2009, p. 315-316), as políticas sociais são concessões/conquistas mais ou menos elásticas, a depender da correlação de forças na luta política entre os interesses das classes sociais e seus elementos envolvidos

na questão. No período de expansão, a margem de negociação se amplia; na recessão, ela se restringe.

No decorrer desse curto período de institucionalização de ações governamentais para o combate ao racismo e redução das desigualdades raciais, alguns elementos têm imposto entraves para a consolidação das ações governamentais ao formato de política pública. Conforme Theodoro (2008), dentre as dificuldades encontradas para a efetivação de políticas públicas da temática étnico-racial, destacam-se: o caráter residual dessas políticas, com poucos investimentos e fragmentação dos programas e ações; ausência de uma base conceitual para a formulação dos programas e ações que proporcionem, dentro das próprias instâncias do Estado, entendimento sobre o caráter estrutural do racismo; a insuficiente compreensão da conexão entre as desigualdades étnico-raciais e as desigualdades sociais; bem como o racismo institucional que promove a desigualdade étnico-racial por meio da oferta hierarquizada dos serviços, benefícios e oportunidades.

Dito em outros termos, a construção da questão racial como campo de intervenção política, no Brasil, ainda está por ser concluída. [...] O Estado tergivera, afirmando a existência da desigualdade racial, ao mesmo tempo em que não prioriza programas e ações nesse domínio. Além disso, uma parcela da sociedade insiste em não identificar essa temática como um problema, e a parte que o faz mantém-se dividida entre aqueles que advogam pela necessidade da ação do Estado e o reconhecimento da questão

racial, e os que, de outro lado, postulam, ao que se entende, equivocadamente, a suficiência da perspectiva universalista e do tratamento igualitário para o enfrentamento das desigualdades e para a própria estabilidade da democracia. O recente debate sobre as cotas para negros nas universidades, em sua forma e conteúdo, é o exemplo mais emblemático de tal embate (THEODORO, 2008, p. 177).

O contexto político e econômico é definidor para a consolidação do que está previsto nos marcos legais da política de promoção da igualdade racial. O contexto iniciado a partir do *impeachment* da presidente da República Dilma Rousseff em 2016, materializado por meio de um golpe de Estado jurídico parlamentar que destituiu a presidenta e empossou o vice-presidente Michel Temer, foi definidor para o aprofundamento de ações de desmonte das políticas sociais e subtração de direitos sociais.

Merece destaque a própria situação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, criada por meio da Lei nº 10.678 de 23 de maio de 2003. Em 5 de abril de 2016, a Lei nº 13.266 extinguiu a Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República e criou o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e Direitos Humanos. Também em 2016, a Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, extingue o Ministério das Mulheres da Igualdade Racial da Juventude e dos Direitos Humanos. Na estrutura do Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos, pelo Decreto nº 9.673 de 2 de janeiro de 2019,

essa secretaria passa a ser denominada Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR) e conta apenas com dois departamentos: Departamento de Igualdade Racial (Depir) e o de Promoção da Igualdade Racial e Departamento de Promoção da Igualdade Racial para Povos e Comunidades Tradicionais (Decomt). O ano de 2019 inicia com essa instituição de grande relevância nacional rebaixada em seu *status* institucional e fragilizada em seu quadro profissional.

Toda política pública é um canal de intervenção na sociedade para assegurar direitos, reduzir desigualdades e a política de promoção da igualdade racial não assume função diferente. O propósito é melhorar a eficiência do setor público na efetivação da política de promoção da igualdade racial, elaborando de forma sistemática uma gestão coerente com o enfrentamento ao racismo, com metas explícitas de redução das desigualdades sociorraciais, ações de fortalecimento/reconhecimento identitários desses grupos étnico-raciais discriminados, por meio de estratégias da transversalidade nas políticas setoriais, do eixo da descentralização e do controle social.

Silva afirma sobre as políticas de promoção da igualdade racial (2018, p. 148):

[...] Avalia-se que, embora se tenham avanços no domínio estrutural, esses ainda não parecem ser dotados de robustez suficiente para o enfrentamento da questão, tanto porque são resultados de conflitos e

conciliações que alteram seu escopo, como porque os progressos nos domínios disciplinar e hegemônico parecem ainda não ter alcançado o mesmo patamar.

Logo, não restam dúvidas que a organização de instituições, agentes públicos e a participação da sociedade no controle social são elementos essenciais à consolidação dessa política. O desafio atual é assegurar o reconhecimento da relevância da política de promoção da igualdade racial e a responsabilidade do Estado em intervir nas desigualdades raciais e no combate ao racismo. É necessário assegurar que a perspectiva racial esteja nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas de forma a alcançarmos a equidade no acesso a oportunidades de diversos grupos raciais e sociais (JACCOUD, 2009, p. 14).

No que se refere a **política de promoção da igualdade racial no Ceará** apresentaremos uma sistematização das ações realizadas pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial (Ceppir), no período de 2015 a 2018, com vistas a compreender as especificidades que assumem as desigualdades raciais, o racismo e o movimento empreendido para a constituição de uma política pública de caráter transversal e com controle social.

No Ceará, de acordo com a PNAD Contínua 2018, a população por cor ou raça está assim distribuída do total de 9.073 milhões: 2.561 milhões se autoafirmam brancos (28,23%); 480 mil

pretos (5,29%); e 5.962 milhões pardos (65,71%). Essas categorias não conseguem expressar as identidades étnico-raciais dos brasileiros, e desde o primeiro recenseamento em 1872 o sistema de classificação é praticamente o mesmo. A população negra (pretos e pardos) totaliza 71%. É notável o fenômeno da pardalização no estado. O termo pardo é maioria – corresponde a 65,71% – e remete à miscigenação de origem preta ou indígena; como coringa, agrega infinitas nomenclaturas numa mistura de fenótipo e descendência, recheada de indefinições. Captura todos aqueles que não se enquadram nas outras categorias, mas não é usado pela maior parte da população. Como grande guarda-chuva, abriga ambiguidades, evitando um debate crítico e propositivo de classificação racial em que negros(as) e indígenas não sejam invisíveis, e que não impeça o estudo das desigualdades entre brancos e não brancos.

Para fins de formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades raciais, faz-se necessário compreender os processos que resultaram na exclusão social, na discriminação racial, a herança e recriação da escravidão, os impactos do racismo estrutural e a necessidade de revelar as diversas composições étnicas em todas as regiões do Brasil.

No Ceará, a abolição da escravatura ocorreu em 25 de março em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea – desse modo, isso dá base ao discurso de inexistência de negros(as), provocando a

invisibilidade desse grupo étnico no Ceará. Contudo, os indicadores sociais e econômicos têm revelado sua existência em lugares de vulnerabilidade, de desigualdades socio raciais, alvo das práticas persistentes do racismo.

Esses problemas são colocados na sociedade e demandam atenção por parte do poder público, quando incluída na agenda governamental, por meio das políticas transversais de promoção da igualdade racial. O Governo do Estado do Ceará criou em 2010 a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial (Ceppir),<sup>77</sup> tendo sua estruturação se efetivado no ano de 2011. Dentre as competências da Ceppir, destacam-se inicialmente: assessorar a direção e gerência superior do Gabinete do Governador em assuntos relacionados às políticas para a promoção da igualdade racial; coordenar a formulação e implementação de políticas públicas e de diretrizes para a promoção da igualdade racial no estado do Ceará; articular ações governamentais de enfrentamento e combate à discriminação racial de indivíduos e grupos étnicos, com ênfase na população negra, nas comunidades quilombolas, indígenas, povos de terreiro (religiões de matriz africana e afro-brasileira), ciganos e demais comunidades tradicionais, entre

---

<sup>77</sup> Em janeiro de 2010, o Governador do Estado do Ceará propôs, através de mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa, alteração da Lei estadual nº 13.875/07, o que foi realizado na forma da Lei Estadual nº 14.869/11, de 25/01/2011. E, com o Decreto nº 30.801, de 10 de janeiro de 2012, define as competências da Ceppir.

outras. A Coordenadoria esteve até o final de 2018 vinculada à estrutura do Gabinete do Governador do estado do Ceará. Com a reforma administrativa,<sup>78</sup> atualmente faz parte da estrutura da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS).

Entre as ações voltadas para promoção da igualdade racial, a Ceppir desenvolveu no período de 2015 a 2018: ações de fortalecimento institucional de órgãos e conselhos de promoção da igualdade racial, tanto em âmbito estadual quanto municipal; capacitações e articulação com movimentos sociais para fortalecer a implementação de políticas públicas e o enfrentamento ao racismo e a discriminação racial; reuniões de articulação política e institucionais com secretários e gestores estaduais e municipais visando a fomentar políticas públicas de igualdade racial de forma transversal, por meio de aprovação e execução de Monitoramento de Ações e Programas Prioritários (Mapp) voltados a projetos produtivos e outras ações de reconhecimento identitários desses grupos; criação e implementação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Coepir); iniciativas voltadas para a educação escolar indígena, quilombola e implementação das leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008; acompanhamento e encaminhamentos

---

<sup>78</sup> Reforma administrativa pela Lei nº 16.710 de 21 de dezembro de 2018 (DOE 27/12/2018), que dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo e altera a estrutura da administração estadual.



para resolução de conflitos fundiários e regularização dos territórios das comunidades indígenas e quilombolas.

Em 2015 foi celebrado um convênio para execução do Projeto Municipalizando a Promoção da Igualdade Racial no Ceará, realizado junto à Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal, com o objetivo de fortalecer os municípios na superação do racismo e desigualdades, subsidiar os municípios com orientações para o funcionamento de conselhos, planos e órgão de promoção da igualdade racial.

Foi criado o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Coepir) como instância de máxima importância para a efetivação do controle social e promoção de diálogo entre governo e sociedade, por meio da Lei nº 15.953, de 14 de janeiro de 2016, funcionando efetivamente na primeira gestão (2016-2018) e na segunda iniciada em 2018 até 2020. O Coepir é um órgão de caráter normativo, consultivo e de deliberação colegiada composta por representantes do Governo e da Sociedade Civil Organizada, possuindo a finalidade de acompanhar e deliberar critérios e parâmetros para a implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de igualdade à população negra, indígenas, quilombolas, ciganos e povos de terreiro.

Com ênfase nos processos participativos de fortalecimento da esfera pública em 2017 foi realizada a IV Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial e oito conferências macror-

regionais com a finalidade de conferir o que vem sendo realizado e propor novas iniciativas que melhorem os serviços públicos prestados aos povos indígenas, quilombolas, de terreiro, ciganos e população negra. O tema da conferência foi: Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento na Década dos Afrodescendentes, com foco na equidade entre as pessoas e na superação do racismo.

Considerou-se relevante realizar capacitação de servidores com enfoque no combate ao racismo institucional, como forma de reduzir a discriminação dentro das instituições públicas. Por meio de capacitação, visa-se a contribuir para que o servidor identifique em seu cotidiano de trabalho como são realizados os atendimentos e implementadas as políticas públicas para os segmentos historicamente discriminados por questões étnicas e raciais. Dentro dessa perspectiva, no período de 2016 a 2018 foram capacitados servidores estaduais e municipais de diversas áreas, destacando-se: agentes de segurança pública, profissionais da política de educação, gestores municipais, equipes técnicas de nível médio e superior da política de assistência social, discentes e servidores públicos das universidades federal e estaduais do Ceará.

A partir dessa breve análise das iniciativas de Política de Igualdade Racial no Ceará, foi possível verificar que houve alguns avanços com a criação de Lei nº 16.197 de 2017 de cotas nas universidades estaduais. Embora as cotas representem democratização do acesso de grupos étnico-raciais discriminados, temos nos depa-

rado ultimamente com casos de fraudes, e a Ceppir tem realizado articulações junto às universidades estaduais e recomendado a implantação da Comissão de Heteroidentificação, composta preferencialmente por conhecedores da temática da promoção da igualdade racial e de enfrentamento ao racismo.

Diante da discriminação e sub-representação dessas populações na realidade cearense urge a efetividade das políticas específicas, ainda que provoquem controvérsias nos quadros institucionais. Sua efetividade rompe com estruturas de reprodução desigualdades e redefine relações de poder. Assim, em contexto de ameaça aos direitos humanos é preciso ratificar as políticas de igualdade racial na garantia de direitos e na codificação de valores civilizatórios.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites — século XIX.** Rio de Janeiro: Annablume, 2004.

BORGES, Juliana. **O que é Encarceramento em massa?** Belo Horizonte - MG: Letramento: Justificado, 2018.

GOMES, Nilma Lino e LABORNE, Ana Amélia de Paula. **PEDAGOGIA DA CRUELDADE: Racismo e extermínio da juventude negra.** *Educ. rev.* [online]. 2018,

vol.34, e197406. Epub 23-Nov-2018. ISSN 0102-4698. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698197406>.

JACCOUD, Luciana de Barros. Igualdade Racial, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Políticas sociais: acompanhamento e análise – vinte anos da constituição**, v. 3, n. 17. Brasília: 2009.

\_\_\_\_\_. **A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos**. Brasília: Ipea, 2009.

\_\_\_\_\_; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 21-31, jan./abr. 2017.

\_\_\_\_\_ e GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 131, p. 130-154, jan./abr. 2018

SANTOS, S. A. dos; SILVEIRA, M. Políticas de promoção da igualdade racial e ação afirmativa. **Salto para o Futuro**, v. 12, p. 39-54, 2010.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: IPEA, 2008.

# 10

## **Por uma educação antirracista: algumas reflexões sobre o currículo escolar e o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na escola cearense**

SILVA, Maria Edleuza da.  
Mestranda em Educação no Mestrado Acadêmico Intercampi em  
Educação e Ensino (MAIE/UECE).  
E-mail: edleuza.silva@aluno.uece.br

MENDES, José Ernandi.  
Doutor em Educação pela Universidade de Federal do Ce-  
ará (UFC).  
E-mail: ernandi.mendes@uece.br

### **INTRODUÇÃO**

Existe uma verdadeira naturalização e incorporação do modelo europeu por parte dos países considerados inferiores. Isso nos faz perceber o quanto a nossa educação reflete as relações sociais e se constrói nas bases do positivismo e de uma ciência dita neutra que negam qualquer tipo de análise dialética da realidade e da história. Como consequência, nossos currículos são fragmenta-

dos e não levam em consideração os diversos tipos de conhecimento e as diversas culturas existentes.

Diante dessa realidade, torna-se urgente pensarmos em alternativas descolonizadoras. Pensar em uma educação descolonialista é pensar para além das amarras do consenso que nos é imposto. É levar em consideração tudo o que é produzido socialmente pelos diversos povos e culturas.

Reconhecendo que a escola pode contribuir significativamente para uma nova consciência sobre a história da população negra e sua importância na construção da sociedade; e que o currículo constitui-se em um dos instrumentos que podem fazer essa mediação, é que o presente artigo foi elaborado, a fim de situar a figura do negro no percurso histórico educativo, revelando não apenas o que lhe foi negado ao longo da história, mas a necessidade de reparar uma dívida que coloca-o em desvantagens em todas as esferas da sociedade, inclusive na Educação.

A Educação é, portanto, espaço que reproduz ações racistas, as quais são tratadas pelo movimento negro ao propor ações afirmativas, a exemplo da lei 10.639/03, que trata de conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que devem ser trabalhados em sala de aula.

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que é preciso desconstruir a imagem negativa do negro, para que o respeito às políticas e às leis de combate ao racismo, preconceito e discrimi-

nação racial não seja devido às punições reservadas para quem pratica crimes dessa natureza, mas através da compreensão de que o negro é um cidadão, tem seus direitos e não deve ser oprimido em razão da sua cor.

## **CURRÍCULO ESCOLAR, RACISMO E A LUTA DE CLASSES**

O transcorrer da História nos apresenta que no período pós-abolição, quando afrodescendentes iniciaram a luta pelos seus direitos, a educação também fazia parte das reivindicações, visto que a desigualdade existente entre brancos e negros atinge todas as esferas da sociedade. Com o passar dos anos, somente o acesso<sup>79</sup> às escolas não era suficiente para a população negra, que, mais tarde, passou a reivindicar uma educação que não trabalhasse apenas a cultura eurocêntrica, mas uma educação que também os contemplasse e na qual fosse posto em prática um currículo que valorizasse a cultura africana. Na esteira desta discussão, Lima e Almeida evidenciam que:

---

<sup>79</sup> Ressalta-se que a escolarização dos negros, assim como da classe trabalhadora em geral, foi uma estratégia burguesa de escolarização das massas para melhor servir aos interesses capitalistas. A escola pública foi uma concessão da burguesia para formar trabalhadores minimamente qualificados, cujo currículo visava reproduzir a estrutura de valores e poder de uma sociedade racista e de classes (MENDES, 2010)



Certamente, a ausência de estudo sobre a história dos negros ou até mesmo a forma superficial que estava sendo desenvolvida na sociedade e dentro das escolas culminou em atitudes inaceitáveis, preconceituosas e que pouco favoreceu para uma aceitação das influências negras em cada um de nós, não relacionadas só a cor da pele, o que pra muitos alunos é a única forma de identificar os negros (LIMA; ALMEIDA, 2018, p. 181-182).

Nessa direção, o currículo é considerado uma prática social, na medida em que foi construído historicamente, e reflete intencionalidades da classe dominante no processo educativo. Assim, o modo como o currículo escolar encontra-se estruturado está diretamente ligado aos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais do momento histórico no qual está inserido e, conseqüentemente, acaba-se privilegiando o saber dos que possuem o poder na tessitura hegemônica, e nesta linha de entendimento, pode-se notar que a seleção dos conteúdos visa à manutenção do *status quo*.

Nesse contexto, Althusser (1983), em seus estudos, compreende a escola como um Aparelho Ideológico do Estado, um instrumento de classe, e assim, utilizando o currículo para reproduzir as relações sociais que propiciam a permanência da ordem vigente em detrimento de uma parcela da sociedade, inclusive os negros. E apesar de sabermos que o sistema funciona a favor dos interesses da classe dominante, é necessário que haja questionamentos diante dos fatos os quais envolvem os negros e o currículo escolar.

A seleção de conhecimentos, privilegiando a classe dominante, portanto, se explica pelo fato de a escola ter sido construída sob as bases do positivismo com sua “razão instrumental” que nega qualquer tipo de análise crítica da realidade e se manifesta através de diversos aspectos – tais como: o eurocentrismo e a moldagem das mentalidades dos indivíduos – a partir dos quais os conteúdos europeizados são tidos como únicos e verdadeiros e a humanidade passou a permitir atrocidades como escravidão, racismo, exploração e desigualdade social; tomando-as como naturais ou algo externo à vida individual (SILVA, 1999).

Isso faz com que se estabeleça um consenso onde as pessoas se deixam levar pela análise reducionista da mídia local e global sem procurar fazer uma leitura da realidade em sua totalidade, pois, a razão instrumental inibe o conflito como um elemento propulsor da sociedade. O currículo nesta realidade passa a ser apreendido como algo natural, desta maneira, os conflitos oriundos da organização curricular são “ocultados” em prol da estabilidade da classe dominante.

Porém, salienta-se, que o currículo escolar não é apenas um cronograma de disciplinas a ser seguido, partimos de uma concepção sobre o currículo, entendendo que o mesmo não é um instrumento neutro, por ser capaz de reproduzir as ideologias dos sujeitos envolvidos na sua construção. Como os interesses dos sujeitos não são homogêneos, tais ideologias serão reproduzidas sob a

existência de conflitos inevitáveis, visto que o currículo é um território aberto às relações de poder e disputa. Assim como Sacristán (2013, p. 16) afirma que,

[...]o currículo é evidente e que está aí, não importa como o denominamos. É aquilo que um aluno estuda. Por outro lado, quando começamos a desvelar suas origens, suas implicações e os agentes envolvidos, os aspectos que o currículo condiciona e aqueles por ele condicionados, damos-nos conta que nesse conceito se cruzam muitas dimensões que envolvem dilemas e situações perante os quais somos obrigados a nos posicionar.

O processo de dominação dos conteúdos do currículo não acontece passivamente, ainda que as resistências e lutas não sejam latentes, pois, “[...] O processo de transmissão de ideologia na escola não ocorre sem conflito. Aos valores da classe dominante que os professores conservadores impõem na sala de aula, os alunos reagem de modo dinâmico [...]” (MEKSENAS, 2003, p. 81 *apud*, SANTANA, 2012).

Neste sentido, dialeticamente, além de reprodutora das relações sociais baseadas na desigualdade de direitos, a escola também pode se efetivar como um espaço aberto, democrático e que pode contribuir para a formação de sujeitos críticos e ativos que buscam a transformação da sociedade. É diante desta perspectiva que precisamos pensar o currículo de forma crítica, articulada e integradora, se fazendo urgente a elaboração e efetivação de uma

educação *antirracista* que vislumbre, segundo Santos (2001, p.105):

[...] a erradicação do preconceito, das discriminações e de tratamentos diferenciados, na qual [...] estereótipos e ideias preconcebidas, estejam onde estiverem (meios de comunicação, material didático e de apoio, corpo discente e docente etc.) precisam ser duramente criticados e banidos.

Contudo, no âmbito do nosso país, é somente a partir da década de 1990 que são formuladas as principais leis sobre o ensino de história da África nos currículos e nas escolas, ensino este que sempre foi deixado em segundo plano nas abordagens escolares das décadas anteriores. Conforme afirma Oliva:

[...] a presença da História da África nos Currículos e nos livros escolares brasileiros, até meados dos anos 1990, pode ser considerada insignificante, já que o continente africano aparecia sempre retratado de forma secundária, associado ao périplo marítimo dos séculos XV e XVI, ao tráfico de escravos e aos processos históricos do Imperialismo, Colonialismo e das Independências na África, esse quadro passou a sofrer uma modificação a partir de 1996 (OLIVA, 2009, p. 144-45).

Ainda de acordo com Oliva (2009) é somente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) e a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que se começa a discutir e a contemplar nos livros didáticos os conteúdos relativos à história africana. Dentro

de seus limites, a LDBEN e os PCNs já apontavam para uma educação que levasse em conta “[...] as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (LDBEN, 1996, §4º); bem como considerando “o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas-culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas etc.) e desigualdades (socioeconômicas) que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada” (PCN, 1997, p. 20).

O currículo sugerido pelos PCNs traz os temas transversais como um importante componente na construção de uma educação para a cidadania, que requer, portanto, que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos. Por ser um parâmetro nacional, um dos critérios usados para a escolha dos temas foi a urgência social, em que buscou-se contemplar questões que fossem pertinentes a todo o país, porém, sem excluir a possibilidade de que sejam acrescentados outros temas relevantes à realidade das redes estaduais, municipais e as escolas.

Sendo assim, foram integrados ao currículo, por meio do que se chama de transversalidade, um conjunto de temas composto da seguinte forma: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual; pretendendo que esses temas integrem as áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas, relacionando-as às questões da atualidade (PCN, 1997, p. 25).

Apesar dos PCNs terem dado um caráter social às áreas convencionais do currículo escolar, somente nos anos 2000 são formulados projetos que valorizam a história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, através das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana formuladas, em 2004, em que o MEC, vem instituindo medidas que tem o objetivo de reparar as injustiças, erradicar a discriminação e promover a inclusão social, buscando corrigir um modelo de desenvolvimento excludente desde os sua origem, que impedia uma parcela da sociedade de ter acesso à escolarização (BRASIL, 2004).

Nessa esteira, em Brasil (2004), está expresso que:

O Brasil busca efetivar a condição de um Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana, contudo, ainda possui uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afrodescendentes, que, historicamente, enfrentam dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas (BRASIL, 2004, p. 9).

Nessa direção, as diretrizes Curriculares incentivam a criação de projetos, políticas educacionais e estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade, com a intenção de superar a desigualdade etnorracial presente na educação brasileira. As ações de tais políticas, os sistemas de ensino, os estabelecimentos e os professores terão como referência, entre outros pertinentes às bases filosó-

ficas e pedagógicas que devem assumir os seguintes princípios: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; e ações educativas de combate ao racismo e discriminação (BRASIL, 2004, p. 18).

A obrigatoriedade dos estudos relacionados à cultura e história negra mediante lei nº 10.639/03 é uma forma de pensar um currículo com perspectiva crítica para que as formas de representações dos negros sejam socializadas contra os discursos e práticas racistas. A aprovação da Lei, sancionada em 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio, o ensino sobre História e Cultura afro-brasileira e africana é considerada uma das mais recentes conquistas do movimento negro na luta contra o racismo ao alterar o currículo escolar, o qual era essencialmente eurocêntrico. Sendo assim, Brasil (2004), explicita que:

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros (BRASIL, 2004, p. 06).

A apresentação da cultura africana como positiva é importante para a desconstrução do racismo, mas é a partir da reflexão

do professor sobre diversas situações que ocorrem no cotidiano da sala de aula que se constrói a prática transformadora e a efetiva desconstrução das ações discriminatórias.

Através da educação e da prática educadora é possível gerar a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade. A erradicação das práticas preconceituosas não está nas leis implantadas nas escolas em si, mas elas legitimam a existência do preconceito e oficializam a luta do movimento negro pelos seus direitos. Em Munanga (2008, p. 17) encontramos a seguinte afirmação:

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas e que existem nas cabeças das pessoas (...). No entanto, cremos que a Educação é capaz de dar tanto aos jovens quanto aos adultos a possibilidade de questionar e de desconstruir os mitos de superioridade e de inferioridade entre grupos humanos que foram socializados (...) não temos dúvidas que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção de individualidades históricas e culturais das populações que formam a matriz plural do povo e da sociedade brasileira (MUNANGA, 2008, p. 17).

Nessa direção, a compreensão do papel do professor exige uma reflexão do próprio professor, mas tal reflexão nada tem a ver com ser flexível às demandas impostas e sim, com o ato de questionar a realidade, perceber as contradições, detectar indícios de



desigualdades e desenvolver a sua prática com perspectivas de ruptura do processo desigual que existe na escola, que reflete os interesses da ordem vigente.

Sobre as percepções docentes, Cavalleiro (2001, p. 152) acrescenta que “(...) na educação, nem sempre os agentes estão conscientes de que a manutenção dos preconceitos seja um problema. Dessa forma interiorizamos atitudes e comportamentos discriminatórios que passam a fazer parte do nosso cotidiano, mantendo e/ ou disseminando as desigualdades sociais.” Assim, a visão do professor sobre as políticas públicas impostas à sua profissão é no mínimo relevante, visto que os fenômenos sociais, como por exemplo, o racismo, se mostram no interior da sala de aula e somente podem ser socializados através dos seus relatos.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, é importante salientar que aos professores cearenses é exigida uma compreensão das questões sociais e saber relacioná-las, pois, a sua participação é imprescindível no tocante às reformulações dos currículos na intenção de construir um currículo que realmente propicie a formação humana e desconstrua o racismo e conseqüentemente os seus desdobramentos no estado do Ceará.

A sanção da Lei 10.639/03 é considerada um marco na história da legislação educacional, pois a população negra constitui grande parcela da população brasileira. Entretanto, somente a sanção não é garantia de que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana serão postos em prática. Dessa forma, destacamos os professores como agentes que podem promover as ações propostas pelas diretrizes, neste caso, etnoraciais, mas, reconhecendo que são inúmeras atribuições ligadas à figura do professor, fazendo-se necessário verificar como ocorreram as mudanças do currículo escolar referentes à história da África e como foi a adaptação dos professores nesse processo.

Sendo assim, compreendendo a escola como um espaço capaz de desconstruir os preconceitos, o foco das formações não deve ser o conteúdo, mas a preparação desse profissional para que eles passem a analisar a questão racial, no sentido de se desprenderem dos hábitos eurocêntricos. A apresentação da cultura africana como positiva é importante para a desconstrução do racismo, mas é a partir da sua reflexão sobre diversas situações que ocorrem no cotidiano da sala de aula que se constrói a prática transformadora e a efetiva desconstrução das ações discriminatórias.

Através da educação e da prática educadora é possível gerar a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade. A erradicação das práticas preconceituosas não está nas leis implantadas nas escolas em si, mas elas legitimam

a existência do preconceito e oficializam a luta do movimento negro pelos seus direitos.

Por fim, argumentamos neste artigo, em prol da perspectiva de uma educação enquanto instrumento que pode contribuir para a superação das desigualdades em consequência do racismo, concebendo a escola como um lugar de construção, não só do conhecimento, mas também da identidade, de valores, de afetos, enfim, uma educação antirracista. Uma educação que compreenda que por meio do currículo são reproduzidos conhecimentos de uma cultura dominante, que conceba o currículo como um campo onde ocorrem relações de poder, conflitos e disputa de poder, sendo, portanto, passível de transformações também a favor da classe dominada.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. Disponível em <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/1945/1686>>. Acesso em 03 de 03 de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.uel.br/projetos>>. Acesso em: 30 de julho de 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>> Acesso em 29/07/2019.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>> Acesso em: 22/07 de 2019.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. (Org) **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001. p. 83-96.

LIMA, Luana Caetano de Medeiros; ALMEIDA, Marcos Teodorico Pinheiro. **Cultura Lúdica, Educação Física e Africanidades**. (In Escola Lugar de brincadeira, cultura e diversidade). Editora Imprece, Fortaleza, 2018.

MENDES, Pedro Vítor Gadelha. **Racismo no Ceará**: herança colonial, trajetórias contemporâneas. Monografia. Universidade Federal do Ceará, 2010.

MUNANGA, K. **Negritude**: Usos e sentidos. São Paulo. Editora Ática, 1986.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A história africana nas escolas brasileiras**: entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). São Paulo, 2009. pp. 143-172.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTANA, José Valdir de. **Cultura, Currículo e diversidade étnico-racial**: Algumas proposições. Disponível:

[http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/uploads/20170427133130.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/uploads/20170427133130.pdf) Acesso: 29/07/2019

SANTOS, Isabel Aparecida dos. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Belo horizonte: Autêntica, 1999.

## **A representação de corpos de mulheres negras no cinema: reprodução de estereótipos racistas ou empoderamento feminino?**

SILVA, Vanessa Rodrigues da.

Graduada em Produção Audiovisual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Integrante do Coletivo Audiovisual MACUMBALAB, formado apenas por cineastas negros. Cursista do Coletivo ATINUKÉ, composto apenas por mulheres negras. E-mail: [vanessarodrigues7099@gmail.com](mailto:vanessarodrigues7099@gmail.com)

### **PALAVRAS INICIAIS**

Como uma forma de contribuir para o debate ocorrido no âmbito do I Curso de Formação Relação em Étnico-Raciais e Combate ao Racismo no Brasil realizado pelo MNU -CE, em 2019, este texto tem como objetivo refletir acerca da relação entre as práticas de linguagem elaboradas pela produção audiovisual nacional e a representação do corpo feminino negro. Para tanto, realizei uma pesquisa bibliográfica a respeito da constituição social de cor-

pos negros femininos no cinema brasileiro na sua relação com o racismo estrutural. Desse modo, começo falando sobre o movimento negro brasileiro, sigo com as políticas de ações afirmativas, até chegar à apresentação de pesquisas científicas referentes a representação de mulheres negras no cinema.

## **MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO, POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO CINEMA**

No Brasil, quando se fala de Estudos para as Relações Étnico-Raciais, é possível apontar várias pesquisas de intelectuais negras/os em campos distintos do conhecimento (Educação, Antropologia, Ciências Sociais, Filosofia, História, Comunicação, Sociologia, Linguística, entre outros) que tem tido a preocupação com o combate ao racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) buscando igualdade racial e a inclusão, de fato, da negra e do negro na sociedade brasileira. Um pouco antes dessa ascensão de pesquisas em relações raciais, os movimentos negros, como o Movimento Negro Unificado (MNU), a partir 1978 começaram a gritar com mais força que “a desigualdade no Brasil não era apenas consequência das diferenças de classe, mas que a ‘raça’ determinava de forma muito evidente a posição social dos indivíduos” (REZENDE; MAGGIE, 2001, p.14).

O movimento negro foi um dos grandes responsáveis por mudanças significativas para os negros no país, pressionando o poder público para que ele responda aos problemas raciais surgidos desde o período escravocrata. Desde os anos de 1989 até os anos 2000, durante o período republicano, o movimento negro desenvolveu diversas estratégias de luta para a inclusão social da mulher negra e do homem negro e a superação do racismo. Dentre estas estratégias, Domingues (2007, p.103) destaca que para reverter o quadro de marginalização da mulher negra e do homem negro no Brasil, criou-se através de ex-escravos e seus descendentes, os movimentos de “mobilização racial negra no país, criando dezenas de grupos (grêmios, clubes e associações) em alguns estados do Brasil, a fim de disseminar conhecimento sobre cultura, educação e tratar sobre assuntos voltados a população negra”.

Outro momento de luta do movimento negro foi à Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida, em 1995. Tal luta representou uma maior aproximação e pressão do movimento negro para com o poder público. Entre os resultados obtivemos uma proposta de políticas públicas do Governo Federal chamada “Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial” que tinha como metas:

Incorporar o quesito cor em diversos sistemas de informação; estabelecer incentivos fiscais às empresas que adotarem programas de promoção da igualdade racial; instalar, no âmbito do Ministério do Trabalho, a Câmara Permanente de Promoção da Igualdade



de, que deverá se ocupar de diagnósticos e proposição de políticas de promoção da igualdade no trabalho; regulamentar o artigo da Constituição Federal que prevê a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; implementar a Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino; conceder bolsas remuneradas para adolescentes negros de baixa renda, para o acesso e conclusão do primeiro e segundo graus; desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta; assegurar a representação proporcional dos grupos étnicos raciais nas campanhas de comunicação do governo e de entidades que com ele mantenham relações econômicas e políticas (Marcha Zumbi, 1995).

Fortalecidas/os com esse programa, em 2007 foi implantada na Universidade Federal no Rio Grande do Sul (UFRGS) a política de ações afirmativas. Em pesquisa acerca dessas ações afirmativas na referida universidade, Rodrigues e Sito (2016) afirmam que tais ações tiveram como principal objetivo entender as principais necessidades de estudantes cotistas negras e negros na UFRGS e identificar suas práticas de permanência na mesma, dando ênfase nas estratégias e desafios das alunas e alunos, permanência e sucesso na vida universitária. Durante a pesquisa as autoras analisaram e entrevistaram sete alunas e alunos cotistas negros que falaram sobre suas inseguranças dentro da universidade, da falta de perspectiva de futuro acadêmico haja vista o racismo sofrido, a falta de representatividade e a forma como o corpo negro feminino era representado naquele meio acadêmico.

Sobre este último ponto (representação da negra nas mídias da universidade ou fora dela), é importante trazeremos o que afirma Martins (2009), ao pesquisar as representações do negro na publicidade brasileira entre 1985 e 2005, diz ele que “os diversos estudos dedicados a compreender as relações do negro com os meios de comunicação são (praticamente) unânimes em afirmar que, de um modo geral, o negro [e a negra] pouco aparece na mídia, e nas raras vezes em que isso acontece é quase sempre apresentado sob estereótipos pejorativos ou subalternizantes” (MARTINS, 2009, p.53). Poderíamos afirmar que mais recentemente esse cenário tem sido alterado, exatamente por conta dos efeitos positivos das políticas de ações afirmativas para negras e negros em nosso país, no entanto, não deixa de ser verdade que a forma como nós, negras, aparecemos nas mídias não está descolada do racismo e do machismo cotidiano de cada dia.

Ainda no que diz respeito à representação do corpo negro feminino, Nogueira (1985) diz que existem dois preconceitos raciais, ou melhor, duas formas de discriminar racialmente; o preconceito vinculado a origem e o preconceito vinculado a aparência das pessoas. Segundo Inocêncio (2006), no Brasil seguimos a discriminação vinculada a aparência, pois ao tratar as pessoas como negras ou brancas, mostramos apenas algumas heranças fenotípicas, independente de saber acerca dos antepassados das mesmas.

Diante disso, questiono: Após o avanço, no Brasil, das lutas do movimento negro, das contribuições de intelectuais da academia, da implementação das políticas de ações afirmativas visando a igualdade racial, a representação do corpo feminino negro no cinema nacional remonta a estereótipos racistas forjados para a mulher negra no século XIX ou aponta para a superação destes estereótipos? Como o campo da Comunicação Social pode nos ajudar a redesenhar essa trajetória?

## **OS ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE CORPOS NEGROS FEMININOS NO CINEMA**

Os estudos na área da Comunicação Social têm focalizado assuntos voltados para as audiovisualidades e a comunicação cultural. Ao abordar o significado da palavra audiovisual que, por sua vez se constitui na formação composta de dois adjetivos originados pelo som e a imagem, Barbosa e Marquette (2007) abordam como o cinema pode ser compreendido como uma audiovisualidade, demonstrando que a mesma é uma atualização do audiovisual que se viabiliza na combinatória de som e imagem. Essas atualizações acontecem de diversas maneiras, pois todo o conteúdo audiovisual criado dialoga com as tecnologias novas criadas no decorrer do tempo.

Baseados nessa definição, os veículos midiáticos de comunicação se atualizam através de seus materiais, ou seja, o cinema se atualiza através dos filmes. Lotman (1979), por seu turno, complementa tal definição ao argumentar a favor de uma semiosfera, isto é, um espaço que oferece a possibilidade de realizar processos comunicativos e a produção de novas informações funcionando como um conjunto de diferentes linguagens. Partindo dessa mesma percepção sobre as audiovisuais entendemos que comunicação cultural é a utilização do audiovisual como um meio de comunicação em que podemos falar sobre e investigar culturas nas suas mais variadas linguagens.

Kellner (2001), ao falar da relação entre mídia e cultura, demonstra como essa relação pode ser benéfica ou maléfica para a população que acessa tal comunicação, pois é através dos mecanismos e técnicas da cultura da mídia que ocorre a construção de identidades e desejos que, de alguma maneira, moldam as ações das pessoas. Se identidades são representadas/construídas nessa relação cultura e mídia é necessária uma abordagem crítica de cinema acerca de corpos racializados e a cinematografia brasileira (GOMES, 2005; MONTORO e FERREIRA 2014; CARVALHO e DOMINGUES, 2017; SILVA; SILVA, 2017).

Nesse sentido, entendemos que tal perspectiva pode ser efetivada dialogando com o Cinema Novo que surge como uma das formas de combate às opressões existentes em produções ci-

nematográficas em que o corpo negro era tratado de forma estereotipada e práticas racistas eram normalizadas. Entendemos estereótipos (ou estigmas) raciais como as representações coletivas cristalizadas culturalmente no mundo social acerca do que é ser negro, do que é ser branco, etc., em uma dada sociedade, que, em geral, estabelecem hierarquias e, por conseguinte, processos de exclusão social (GOFFMAN, 2006).

Para Domingues e Carvalho (2017), o Movimento do Cinema Novo traz consigo os cinemanovistas que tinham como objetivo criar um cinema real, produzindo filmes com a missão de denunciar e combater a miséria, as injustiças de classe e a condição de alienação em que vivia o povo brasileiro. Por essa visão de cinema, a representação do negro e os aspectos culturais brasileiros aparecem sob novas visões de simbolização do Brasil e do negro, com o ingresso de novos atores afro-brasileiros no cinema, como protagonistas, alguns destes, mais tarde, seriam diretores cinematográficos, como Zózimo Bulbul, Antonio Pitanga e Valdir Onofre.

Entretanto, a existência de diretores negros, segundo Stam (2008, p. 472), não significou uma maior participação da mulher negra, que ele considera “a ausência mais notável do cinema brasileiro”. Nesse caso, vale ressaltar também a repercussão do filme *Xica da Silva* (CACÁ DIEGUES, 1976), que oferece uma reflexão sobre a representação da mulher negra no cinema brasileiro.

Passarei agora para a apresentação de duas pesquisas que investigaram a questão da representação de corpos negros femininos no cinema. Início pela pesquisa de Montoro e Ferreira (2014), intitulada “Mulheres negras, religiosidades e protagonismo no cinema brasileiro” que teve como principal objetivo identificar e discutir o papel da mulher negra nas religiões afro-brasileiras através de filmes nacionais e a ligação das identidades de gênero e raça, além de observar a visibilidade e múltiplas narrações do feminino negro nas produções audiovisuais tendo como base os Estudos Culturais, a Crítica Feminista e a Teoria do Cinema. A pesquisa concluiu que as visões sexistas e racistas no âmbito audiovisual em que essas mulheres estão atuando continuam existindo na visão de empregada, dona de casa e servidora ao seu homem, mas ao mesmo tempo tais visões mostram a relação de pertencimento da mulher negra com as religiões de matrizes africanas apresentando a liderança das mães negras e, especialmente, a pluralidade de feminismos e feminilidades negras, nos filmes analisados.

O segundo estudo é o artigo de Santos (2017), intitulado “a (auto) representação da mulher negra no cinema contemporâneo” que teve como principal objetivo levantar questões que envolvem personagens femininas negras representadas no filme “Café com canela”, também dirigido por uma mulher negra, como desconstrução de estereótipos depreciativos da mulher negra. A pesquisa concluiu que a representatividade da mulher negra e a forma

como ela é abordada no filme foi muito tocante e positivamente significativa, diferente dos anos de invisibilidades e estereótipos pré-estabelecidos.

## CONCLUSÃO

O principal objetivo deste texto foi discutir como se configuram as práticas de comunicação acerca do corpo feminino negro a partir da produção audiovisual cinematográfica. Nesse sentido, após a reflexão realizada acima concluímos que é de fundamental importância para a luta antirracista no campo da Comunicação Social analisar os fatores que contribuem para a ocorrência e ritualização do corpo negro feminino em contextos audiovisuais, pois estudos que tenham essa perspectiva podem revelar os momentos em que o corpo negro feminino é marcado, no discurso cinematográfico nacional, com significações estereotipadas, ao mesmo tempo em que aponta momentos de rompimento, de problematização destes estereótipos raciais atribuídos aos nossos corpos, corpos de mulheres negras e desse modo pode orientar – no caso de produtoras negras – ações empoderadas de cunho emancipatório.

Outra conclusão é a de que tem ocorrido um crescimento científico, principalmente em Programas de Pós-Graduação em Comunicação e áreas afins, acerca do tema da representação de corpos femininos na produção audiovisual e isso, a nosso ver, pode

contribuir para que a sociedade brasileira, por meio de suas/seus produtoras/es audiovisuais representem a mulher negra de maneira não estereotipada, colaborando desse modo, para a desnaturalização de práticas racistas por meio de filmes, principalmente se estas produtoras forem mulheres negras com consciência racial.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARBOSA, Camila; MARQUETTO, Liselote. Audiovisualidades nas mídias: o cinema e os mundos artísticos. **ANAIS do VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul** (Intercom), 2007. p.1-15.

CARVALHO, Noel; DOMINGUES, Petrônio. A representação do negro em dois manifestos do cinema brasileiro. **Estudos Avançados**. vol.31 n.89. São Paulo jan/abr. 2017.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro e alguns apontamentos. **TEMPO**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, 2007. p. 113-136.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: la identidade deteriorada. 1ª edição 10ª reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

GOMES, Nilma. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Ricardo Henriques. (Org.). **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03. Ed. Brasília: SECAD/MEC, 2005, v. p. 39-62.

INOCÊNCIO, Nelson. **Corpo negro na cultura visual Brasileira**. Ministério da Educação. Secretaria de Educa-



ção Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD-Educação Africanidades Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

KELLER, Douglas. **A cultura da mídia**: Identidade e política entre o moderno e o pós moderno. SP, EDSC, 2001.

LOTMAN, Iuri. **A estrutura do texto artístico**. Lisboa: Estampa, 1978.

MARTINS, Carlos Augusto. **Racismo anunciado**: o negro e a publicidade no Brasil (1985-2005).115f. Dissertação (Mestrado) Departamento de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

MONTORO, T.; FERREIRA, C. Mulheres negras, religiosidades e protagonismos no cinema brasileiro. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 27, p. 145-159, jun. 2014.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco**: estudos de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

REZENDE, Claudia Barcellos; MAGGIE, Yvonne. Raça como retórica: a construção da diferença. In: Rezende, Claudia Barcellos e Maggie, Yvonne (Orgs). **Raça como retórica**: a construção da diferença. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.

RODRIGUES, Vera; SITO, Luanda. “Eu, cientista?!”: trajetórias negras e ações afirmativas na UFRGS. **Revista ABPN**, v.11, 2019.p.207-230.

SANTOS, Beatriz. A (auto) representação da mulher negra no cinema brasileiro contemporâneo. **O Mosaico – Revista de Pesquisa em Artes**, n.14, jul/dez. Curitiba, 2017. p. 150-164.

SILVA, C. R; SILVA, A. Transgressão de gênero, performatividade e violência em Tomboy. **Orson - Revista dos Cursos de Cinema do Cearte UFPEL**, v. 1, 2017. p. 135-148.

Este livro constitui-se enquanto memória da **existência e reexistência** dos saberes antirracistas produzidos pelo Movimento Negro Unificado do Ceará (MNU-CE) por meio do **I Curso de Formação em Relações Étnico-Raciais e Combate ao Racismo no Brasil** planejado e executado pelo MNU-CE em parceria com o Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará e o Sindicato dos Servidores da Educação e Cultura do Estado e Municípios do Ceará (APEOC), e é aqui apresentado a leitora e ao leitor na forma de um instrumento cuidadosamente organizado para a fixação dessa experiência como memória das nossas lutas antirracistas. Composta de textos analíticos e reflexivos das/os intelectuais negras/os debatedoras/es e das/os cursistas, essa publicação, é mais que o registro de muitas horas de trabalho. É parte dos nossos sonhos, como aquele que inspirou Martin Luther King, de vivermos em um país livre do ódio racial e de qualquer ódio.

